



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

O enigma das Jornadas de Junho: “Ocupa Câmara Rio” e as resistências  
democráticas

**Diego Blanco de Amorim**

Rio de Janeiro  
2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

Diego Blanco de Amorim

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Giuseppe Cocco

Rio de Janeiro  
2016

**O enigma das Jornadas de Junho: “Ocupa Câmara Rio” e as resistências democráticas.**

Diego Blanco de Amorim

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura (linha Tecnologias da Comunicação e Estéticas).

**Rio de Janeiro, 10 de junho de 2016.**

---

Prof. Dr. Giuseppe Cocco – orientador  
ECO-UFRJ

---

Prof. Dr. Alexandre Mendes  
UERJ

---

Prof. Dr. Marcelo Casteñeda  
PPGCOM/UERJ

Rio de Janeiro  
2016

AMORIM, Diego B.

**O enigma das Jornadas de Junho: “Ocupa Câmara Rio” e as resistências democráticas.** Rio de Janeiro; UFRJ/ECO, 2016.

129 f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação – PPGCOM, 2016.<sup>[1]</sup><sub>[SÉP]</sub>

Orientação: Giuseppe Cocco

1. “Ocupa Câmara Rio” 2. Jornadas de Junho 3. Ocupações 4. Biopoder 5. Documentário. I. COCCO, Giuseppe (orient.) II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação III. Título

Ao meu pai e minha mãe,  
que me guiaram com muito  
amor até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Ao Ciro, que me fez e me faz acreditar que podemos mais, me inspirando a ver no Ocupa Câmara Rio uma verdadeira luta social, feita com muita entrega, determinação e companheirismo.

Agradeço também pelo nosso intenso trabalho em montar o documentário, nas nossas jornadas na ilha de edição.

Aos meus amigos e amigas que lutam cada um de um jeito me ajudando a continuar com força nessa minha empreitada acadêmica.

Ao meu orientador Giuseppe, que durante minha trajetória me ajudou dando liberdade para decidir meus caminhos e por sua compreensão diante das minhas dificuldades.

Ao Alexandre e ao Marcelo, que na banca de qualificação souberam me apontar, com calma e pontualidade, algumas reflexões que abrangeriam minha análise.

A minha tia Rosa Helena, pelo cuidado com o que se dispôs a corrigir e revisar minha tese.

Às parcerias ecoínicas que sempre caminham pela minha consciência me fazendo lembrar das infinitas ideias e encontros que tive e tenho dentro da universidade. A ECO para mim foi um acontecimento, um divisor de águas, que sempre lembrarei com alegria.

## RESUMO

AMORIM, Diego Blanco. **O enigma das Jornadas de Junho: Ocupa Câmara Rio e as resistências democráticas**. Orientador: Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Essa dissertação analisa os protestos no Brasil em 2013, denominadas “Jornadas de Junho”, com foco na ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro também em 2013. Através do conceito de acontecimento, tenta-se enxergar a profundidade desse momento histórico, buscando ligações com algumas mudanças paradigmáticas na sociedade contemporânea. A partir de certas digressões macro políticas, baseadas principalmente nos conceitos de trabalho imaterial, das discussões sobre sociedade em rede e biopoder, busca-se compreender algumas reflexões micropolíticas sobre a dinâmicas da forma “ocupação”. Acompanhada de um documentário, denominado “Ocupa Câmara Rio”, esta dissertação tenta, em paralelo, elaborar uma análise estética sobre o ocorrido, discutindo algumas relações do documentário na era digital.

**Palavras-chave:** “Ocupa Câmara Rio”, Ocupações, Jornadas de Junho, documentário, biopoder

## ABSTRACT

AMORIM, Diego Blanco. The enigma of the Journey of June: "Occupies Rio's Chamber" and democratic resistances. Tutor: Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro, 2015. Dissertation (Master's Degree in Communications and Culture) – Communication College, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

This dissertation analyzes the protests in Brazil in 2013, called "Journey of June", focusing on the occupation of the City Council of Rio de Janeiro in the same year. Through the concept of event, attempts to see the depth of this historical moment, seeking links with some paradigmatic changes in contemporary society. From certain macropolitics digressions, mainly based on the concepts of immaterial labor, the discussions about the network society and biopower, we seeks to understand some micropolitical reflections on the dynamics of the form "occupation." Accompanied by a documentary called "Occupy Rio Chamber", this dissertation tries, in parallel, to develop an aesthetic analysis of the event, discussing some documentary relations in the digital age.

**Keywords:** "Occupy Rio's Chamber," Occupy, Journey of June, documentary, biopower



<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>1. O mundo não é bipolar.....</b>	<b>14</b>
1.1 A história é intempestiva: a crise atual, a bipolaridade e a guinada subjetiva.....	14
1.2 Da sociedade disciplinar à sociedade de controle: os dispositivos de poder.....	23
1.3 Ação, <i>poiesis</i> e o saber compartilhado.....	33
1.3.1 As redes e a mobilização democrática.....	36
1.4 O Acontecimento.....	37
<b>2. As Jornadas de Junho e o enigma da esfinge.....</b>	<b>42</b>
2.1 As Jornadas de Junho foram um acontecimento.....	42
2.2 O enigma da esfinge.....	44
2.3 Uma possível periodização narrativa.....	52
2.4 A tentativa de desconstrução das Jornadas de Junho pela polaridade.....	60
2.5 A esfinge não é bipolar.....	67
<b>3. Ocupa Brasil.....</b>	<b>73</b>
3.1 Contágio Brasil.....	74
3.2 Ocupa Câmara Rio.....	79

3.2.1	A	Ocupação	ganha	uma	outra	
dinâmica.....						82
3.2.2		A	Micropolítica		da	
ocupação.....						87
3.3	A	Estética	do	“Ocupa	Câmara	
Rio”.....						91
3.3.1	Ocupa Câmara Rio: entre o documentário direto e o cinema					
<i>verité</i> .....						96
<b>Considerações finais.....</b>						<b>100</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>						<b>104</b>
<b>Anexo</b>						
<b>1.....</b>						<b>108</b>
<b>Anexo</b>						
<b>2.....</b>						<b>127</b>

## INTRODUÇÃO:

“Nas constelações cambiantes da matilha, o indivíduo se manterá sempre em sua periferia. Ele estará dentro e, logo depois, na borda, na borda e, logo após, dentro. Quando a matilha se põe em círculo ao redor de seu fogo cada um poderá ter vizinhos à direita e à esquerda, mas as costas estão livres, as costas estão expostas à natureza selvagem”  
(CANETTI, 1966 *apud* DELEUZE, 1997a: 45).

Escrever sobre algo que ainda não terminou é certamente se jogar no indeterminado. Sentir o vento tatear a pele em pleno voo, sem saber ao menos se existe um fim. Tenho essa estranha sensação de quem sabe que deu um salto no vazio, misturando o medo de se estatelar no chão com a alegria de experimentar o pulo. Não tenho muitos problemas em dizer que minha leitura sobre as Jornadas de Junho de 2013<sup>1</sup> foi muitas vezes baseada em sentimentos e opiniões, longe de uma perspectiva isenta. Nesse sentido, pode conter exageros e mesmo erros de avaliação. Também não vejo problemas em deixar essa dissertação como uma obra inacabada, aberta mesmo às contingências do presente e do porvir. Nunca tive a pretensão de ser um analista político

<sup>1</sup>Nome dado ao conjunto de protestos ocorridos no Brasil em 2013, que enfatizam o mês de maior participação social. Em diversos momentos, abreviarei para, simplesmente, Junho.

e não pretendo estabelecer nenhuma verdade concreta sobre o mundo. Também não pretendo argumentar sobre um prisma de neutralidade, até porque sei que a isenção é pressuposto impossível na formulação de qualquer prerrogativa política. A “política real”, como alguns ostentam defender, muitas vezes deixa de lado aqueles aspectos subjetivos tão determinantes para compreender as mudanças sociais. Digo isso porque o que mais vejo são pessoas com certezas cristalizadas, opiniões deterministas, ideologias que almejam respostas ao todo. Não são muitos os dispostos ao diálogo com a alteridade, e muito menos aqueles que assentam suas análises diante do imponderável, daquilo que escapa à lógica de causa e consequência, naqueles aspectos que fogem à História

O momento político atual está completamente nublado. Uma espessa neblina cobre o céu brasileiro e está difícil enxergar por trás dessa cortina de fumaça. O ano de 2016 será um daqueles anos determinantes para a política brasileira, assim como foi 2013. São quase três anos que separam o vislumbre dessa dissertação e tenho a nítida convicção de que Junho de 2013 não acabou. E isso é próprio de um acontecimento (DELEUZE 1992) como tentarei desenvolver mais à frente. O curto período da democracia brasileira será certamente marcado profundamente pela maior onda de protestos que já se viu no país. Meu objetivo ao escrever essa dissertação é construir um olhar que consiga contribuir para uma visão ampla sobre esse acontecimento. São múltiplas as interpretações e narrativas criadas a partir das Jornadas de Junho, que, não se resumem à este mês, mas nele encontram o símbolo do ápice de sua participação popular. A meu ver, as Jornadas de Junho são um enigma que escapa a qualquer precipitação analítica, uma força viva a repetir a sentença ameaçadora da esfinge: Decifra-me ou te devoro!

Dentro de Junho, olho com mais precisão e esperança para um evento específico que começou no dia 9 de agosto do mesmo ano. A ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi algo que surgiu no ensejo das Jornadas de Junho e, a meu ver, foi um dos momentos mais sintomáticos e potentes das manifestações. O “Ocupa Câmara Rio”, como foi posteriormente denominado, tem paralelo evidente com o movimento “Occupy Wall Street” em 2011, mas ganha proporções e contornos próprios no país. Sua constituição traz algumas premissas fundamentais para os movimentos sociais na atualidade e está atrelada, às novas possibilidades de se fazer política na contemporaneidade.

Essas possibilidades estão em sintonia com uma política que aposta na autonomia, na auto-organização vivencial, no uso das redes sociais, no criar a própria mídia, numa dinâmica de decisão por consenso e sem lideranças formais, entre outras características próprias desses movimentos sociais, que acima de tudo desejam experimentar uma organização coletiva comunitária. A forma-ocupação é certamente um abre-alas para se repensar a clássica discussão do “como fazer? ”, em contraponto ao “o que fazer? ” e, essa, imbricada com uma mudança subjetiva mais ampla, revendo alguns paradigmas da tradicional polarização do pensamento político ocidental, questionando as hierarquias dos tradicionais movimentos sociais (sindicatos, frentes, partidos) e o próprio modelo representativo formal.

As ocupações em 2013, é fundamental lembrar, foram pouco discutidas e reverberadas pela mídia tradicional e até mesmo pelos meios acadêmicos, e isso deveria causar estranheza. Desde capitais como Porto Alegre, Salvador, Belém, Belo Horizonte à cidades pequenas como Santa Maria (RS), Itapetininga (SP) e Divinópolis (MG), foram pelo menos 27 Câmaras Municipais ocupadas pelo país. O “Ocupa Câmara Rio”, por exemplo, durou quase 55 dias (12 dias no interior do prédio e 43 dias de ocupação externa), outras ocupações foram bem mais rápidas, como a de Campinas, que durou apenas 1 dia. Nesse sentido, esta dissertação busca também resguardar a memória desse amplo movimento, contribuindo para a permanência desses fatos na historiografia brasileira.

Além disso, esta dissertação é acompanhada de um documentário feito sobre a ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, intitulado “Ocupa Câmara Rio”. Este filme foi realizado por mim e por um dos ocupantes e está disponível para visualização<sup>2</sup>. Acredito que a leitura desta dissertação se torna mais potente ao ser acompanhada dessa obra audiovisual. Há no fluxo narrativo deste documentário, lugares que não conseguiria alcançar pela escrita, falas que não conseguiria reproduzir com a mesma intensidade, rostos que não conseguiria descrever a não ser pelas imagens captadas durante a ocupação. Nesse sentido, convido o leitor a também ser um espectador.

Em termos estruturais, esta dissertação é dividida em três capítulos. O primeiro capítulo desenvolve algumas questões teóricas tentando, mesmo que brevemente, analisar algumas mudanças no capitalismo contemporâneo e seus efeitos sobre a atualidade. Questões como o paradigma do trabalho imaterial, o sistema de informação

---

<sup>2</sup> “Ocupa Câmara Rio”, de AMORIM, Diego e OITICICA, Ciro. Disponível em: <https://vimeo.com/149302079>

em rede, a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle e a filosofia do acontecimento são desenvolvidas para dar base às análises a seguir. Além disso, faço uma rápida conjectura sobre a atual crise global.

No segundo capítulo, busco desenvolver um retrato sobre as Jornadas de Junho, através do conceito de acontecimento, o que me libera para conduzir uma narrativa mais pessoal do mesmo. Busco também delinear uma possível periodização das Jornadas, além de retratar algumas das disputas discursivas acerca dos protestos. Por fim, tento responder ao enigma lançado pelas Jornadas de Junho, encontrando algumas possíveis respostas diante da Esfinge.

No último e terceiro capítulo, lanço-me à análise das ocupações de Câmaras Municipais no Brasil, pensando as mesmas como *possíveis* derivados de Junho. Em seguida, descrevo com maior vigor e densidade a ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. Busco fazer uma narração descritiva dos dias em que a Câmara Municipal carioca foi ocupada, para depois alinhar a mesma com algumas características mais amplas sobre a dinâmica de uma ocupação. Por fim, me dedico a uma pequena análise estética da ocupação, discutindo algumas questões referentes ao cinema digital e o documentário contemporâneo.

## **CAPÍTULO 1: O MUNDO NÃO É BIPOLAR**

### **1.1. A história é intempestiva: a crise atual, a bipolaridade e a guinada subjetiva**

É preciso, antes de uma análise mais específica das Jornadas de Junho e do “Ocupa Câmara Rio”, compreender as características da passagem do paradigma do capitalismo fordista para o capitalismo contemporâneo<sup>3</sup>. É claro que aqui, não seria possível destrinchar com profundidade essas transformações, que remetem a diversos aspectos econômicos, sócio-políticos e subjetivos, num amálgama social complexo. Nesse sentido, o interesse maior desta pesquisa é focar nas questões referentes às modificações no campo subjetivo dentro dessa reviravolta paradigmática. Acredito que o aprofundamento de alguns conceitos será fundamental para podermos analisar com mais densidade os objetos desta dissertação.

Mesmo que de maneira condensada, em primeiro lugar vale lembrar alguns aspectos sobre nossa atual conjuntura evocando algumas reflexões históricas. Vivemos em um momento de crise global. A crise na qual estamos inseridos atravessa, ao mesmo tempo, questões ambientais, econômicas e socioculturais. Poderíamos dizer, que para entendê-la seria necessário compreender as dinâmicas que permeiam as transformações do próprio capitalismo. É um quadro novo, que apresenta novos paradigmas e paradoxos. Mas nada que é novo surge sem um movimento que conteste a própria noção de presente. Presente conectado em muitos aspectos ao passado, indissociável das consequências de seus movimentos, mesmo que estes nem sempre sigam, em suas múltiplas apreensões, a uma lógica de causalidade.

Deleuze e Guattari (1997), na esteira do pensamento de Nietzsche, pensam a história para além de seus próprios fatos, da lógica da causa e da consequência, do evento em si. Não se trata de negar a história e sim compreendê-la sobre outro prisma. A noção de acontecimento, elaborada por eles, ressoa a filosofia defendida pelo pensador alemão e seu fascínio pelo caráter intempestivo do tempo. Para Nietzsche, era preciso combater o fatalismo da história, aquela posição que implica aceitar o presente como ele é, como coisa consumada, curvando-se diante do peso da história, da tradição e abortando “o que é novo e está em via de nascer” (PELBART, 2003, pg. 187). Esse

---

<sup>3</sup>Há diversas nomenclaturas possíveis para designar o atual capitalismo, como por exemplo, pós-fordista, cognitivo e/ou conexista. Aqui, com o intuito de abranger essas múltiplas opções, adotarei somente "contemporâneo".

novo, para surgir, deve carregar consigo a possibilidade do esquecimento, a “força plástica” do presente, conseguindo obliterar a carga excessiva do passado, da memória.

Na filosofia nietzschiana, “Todo agir requer esquecimento” e a própria felicidade dependeria dessa habilidade constitutiva. Isso não quer dizer, como ressalta Pelbart, que “é preciso esquecer tudo, fazer tábula rasa, fingir que o passado não existe” (PELBART, 2003, pg. 188) e sim que a vida “opera uma seleção, uma parcialidade, uma ignorância necessária” (PELBART,pg. 188)quando privilegia o presente. Nietzsche diz que é preciso ter força para utilizar o passado em favor da vida, justamente ignorando a perspectiva histórica quando a mesma se apresenta em sua aura neutra, objetiva, científica – aquela mesma que pretende ser justa, igualitária e asséptica com o passado. Pelo contrário, reafirma a potência de tudo aquilo que “acontece na paixão, na crença desmedida, na sombra, no gosto pela ilusão, na parcialidade, segundo uma perspectiva interessada, amante, instintiva.” (Ibidem, p.189)

Transpassado por essa força não-histórica nietzschiana<sup>4</sup> Deleuze, 1992, concebe a noção de acontecimento ou de devir<sup>5</sup>, como um gesto que “rasga o presente”, abrindo o futuro - o porvir. Nesse sentido, a disjunção com o passado, citada acima, não pode dar margem para uma exaltação do presente, até porque Nietzsche já afirmava sua desconfiança da prevalência do presente sobre a vida, do peso do presente como fato consumado, como encarnação do processo. Descrever alguma história é também se fazer no mundo. Seguindo essa linha de pensamento, tentaremos abordar dois *acontecimentos* históricos, que nos ajudem a interpretar a crise que hoje estamos inseridos. Debruçamo-nos, assim, sobre o passado, como quem projeta um futuro, sonha, delira talvez, assumindo o risco de interpretar a história, de colocar a paixão como combustível, como amor pela arte, pela vida, pelo destino, seja ele qual for: *Amor fati*. Com cuidado, para não cair na armadilha de uma idealização, brindamos a potência e essa visão da história, nessa bela passagem de Pelbart:

“A interpretação do passado, de qualquer maneira, deve sempre vir de uma força do presente, mas igualmente de uma luta contra o presente. O juízo histórico deve ser uma preparação, uma limpeza de terreno para o que se está construindo, para aquilo que o instinto criador tem capacidade de engendrar. Daí essa oposição, num certo momento, por um lado a história como um exercício científico, inosso, neutro, objetivo, e a arte como criação do presente. E é apenas se a história suporta ser transformada em obra de arte, em

---

<sup>4</sup> Nietzsche resumiu a força plástica do esquecimento como “faculdade de esquecer e de fechar-se num horizonte limitado”

<sup>5</sup>Retomaremos essa discussão no capítulo 1.3

criação, que ela pode despertar os instintos, e não aniquilá-los. É só se deixarmos de nos comportar com a história como se fôssemos eunucos, que a olham de modo castrante e castrado vigiando-as para que dela saiam apenas histórias, só se deixarmos de ser estes guardiães impotentes é que dela poderemos liberar, em vez de histórias, acontecimentos.” (PELBART, 2003, p. 190)

Em primeiro lugar, voltemos um pouco no tempo para imaginarmos as referências que conduziam os debates sociopolíticos durante a guerra fria e seu deslocamento posterior. O mundo era então dividido em dois pólos, os dois lados do muro de Berlim, que separavam os vitoriosos da segunda grande guerra mundial. Para Cocco<sup>6</sup>, os dois modelos, do “primeiro” e do “segundo” mundo, apesar de se designarem como opostos tinham uma simetria constitutiva primordial: suas linhas econômicas se alinhavam na ideia de um progresso pautado hegemonicamente pelo processo de industrialização. A retórica “progressista” servia como base para a condução das políticas nos países de “terceiro” mundo, sempre oscilando entre um dos lados da balança. Nas ruínas “do socialismo realmente existente”, foram abaixo também “os modelos de referência do ocidente mais em geral”, deixando de haver assim, um centro, um “ideal-tipo de mundo”, no qual os países de terceiro mundo pudessem ter como guia. A queda do muro de Berlim, como ressaltou Cocco, significou “o desmoronamento de um conjunto de visões do mundo, poderíamos até dizer uma série de “devires mundo” (COCCO, 2008, pg.1), e não a afirmação linear da hegemonia de um dos modelos, aquele neoliberal personificado pela última superpotência, os Estados Unidos da América.

Se em primeira instância, os norte-americanos pareciam se consolidar como a referência única, na triunfante vitória neoliberal sobre o socialismo soviético, inúmeros fatores fizeram com que essa perspectiva fosse diluída de maneira progressiva. O ápice da crise do capitalismo financeiro em 2008 evidenciou, definitivamente, esse deslocamento. O impacto do colapso das bolsas mostrou as vísceras de Wall Street para o mundo. A crise global desencadeada pela especulação evidenciou ainda mais a decadência e a aberração da lógica financeira. O Estado Norte Americano socorrendo com cifras astronômicas aqueles bancos “muito grandes para falir” simbolizou o engodo da ideia de um mercado “livre”. A retórica ideológica que separava de maneira estanque o estado do mercado se mostrou ainda mais arbitrária, já que os dois estavam intimamente relacionados, se misturando em combinações corrompidas, em associações

---

<sup>6</sup>No artigo intitulado “Democracia e Socialismo na era da Subsunção Real: a construção do Comum. COCCO, Giuseppe Outubro, 2008”



entre o poder institucional e o poder dos grandes “players” empresariais. A falácia liberal coincide com a falácia de um Estado igualitário, já que foram os *CEO's* que foram socorridos pelo governo e não a população como um todo, que viu suas finanças simplesmente desaparecerem. A crise atravessou os sete oceanos, perpassando diversos países europeus, chegando na Ásia, no Oriente Médio, na Oceania, na África e na América do Sul, em consequências diversas. As ondas chegaram em diferentes intensidades, conflagrando suas consequências em tempos também diferentes. Analisar as forças que protagonizaram essa pane sistêmica é entender que a dinâmica do poder contemporâneo é imediatamente globalizada.

A percepção atual é que os domínios econômicos e políticos já não pertencem mais às tradicionais soberanias nacionais e sim a um novo tipo de soberania transnacional. Em Império (NEGRI E HARDT 2000), essa transformação é decorrente de uma aliança entre o aparato militar norte-americano, diversas multinacionais e instituições supranacionais (FMI, BM, BID, OMC, UE etc.) que ao expandirem seu domínio para além das fronteiras nacionais, consolidaram-se num âmbito global, não tendo, assim, nem um fora e nem um centro. Nesse sentido, não prescindem de um território fixo e modulam seu poder através de uma globalização uniforme, na qual a esfera do capital se reproduz seguindo uma espécie de governança pelas finanças. Essa governança, no entanto, necessita propagar um estado de instabilidade permanente, gerando de tempos em tempos, ciclos de crises. Isso porque para manter um “nível desproporcional de acumulação de riqueza” (COCCO, 2008, pg.2), o sistema financeiro necessita, intermitentemente, “serrar o galho onde está sentado”. É um mecanismo de controle eficaz, que se pauta numa desregulação sistêmica, e essa desregulação é construída por uma lógica que tem sérias consequências.

Hoje parece existir um paradoxo que leva a um desentendimento sobre a economia real. Evidentemente, não se trata aqui de uma análise econômica, apenas uma simplificação de um quadro sintomático: nos últimos 30 anos o sistema financeiro se tornou ainda mais parasitário, consolidando um nível absurdo de concentração de renda e monopólio. Existe um discurso que parece ser verdadeiro em diretrizes matemáticas: o capital entrou na esfera do virtual, quase a totalidade do capital circulante não tem nenhuma base material, a chamada riqueza real (bens produzidos, imóveis etc.). Essa afirmação pode nos levar à conclusão que o capital é fictício.

Entretanto, essa suposta ficção, que alimenta uma posição de descontrole geral sobre as finanças, não é real: “A ficção não diz respeito às finanças em si, mas à ilusão

que eles poderiam ser capazes de assegurar uma “regulação” do regime de acumulação cognitiva do capitalismo global.” (COCCO, 2014, pg.7). E é nesse ambiente de uma sensação de dívida permanente, que as rendas se apossaram da maioria dos serviços essenciais: é a privatização educacional, o seguro de vida, seguro saúde, o transporte, alimentos, cultura, o lazer, quase tudo se tornou financeirizado. Os meios são financeiros e reais porque se reproduzem não só nas materialidades, mas também no seu aspecto virtual, o universo onde os salários viraram “um jogo de crédito e de débito”. (idem, pg.8). O mercado não é regulado por si mesmo, não é livre e muito menos libertário. E isso não faz do Estado nossa fonte de ar puro.

Thomas Piketty (2013) nos demonstra como aquilo que o ocidente parece tomar como prova cabal (uma gigantesca base numérica, que detinha as contas, poupanças, comprovantes de transações financeiras datadas desde o século XIX), já era evidente no espectro do conhecimento: o regime de acumulação capitalista é cada vez mais monopolista, numa curva ascendente depois do pós-guerra, colocando toda a retórica sobre o crescimento produtivo, da mão livre do mercado, dos parâmetros e índices oficiais ( PIB, cotação de mercados, agências “reguladoras”, FMI, BDI) em dúvida. A economia e suas formas de reprodução e escassez geram políticas públicas, planos e definições de como investir, o que financiar. Em países periféricos, a exemplo do Brasil, ficam muito claros os postulados sobre como e em que devemos investir – a divisão internacional do trabalho é o pilar de nossos mecanismos de exploração e esses se transformam constantemente.

No âmbito ambiental, a crise se relaciona, por exemplo, com a permanência por matrizes energéticas fósseis, a devastação das florestas pelo ciclo da água e do boi, a gestão predatória de nossos recursos naturais pela monocultura, a desconsideração da perspectiva indígena etc. A ideia de avanço, de progresso (de ambos os lados do espectro político) está nitidamente relacionado ao uso instrumental da natureza. A mesma é vista como matéria, racionalizada industrialmente para a expansão tecnológica, para a construção civil, para a industrialização. Tanto o desenvolvimentismo como o liberalismo (em suas versões *neo*) estão levando diversos ecossistemas ao colapso. A terra, em si, está em eminente perigo: “Há um mundo porvir? ”, pergunta Viveiros de Castro (2014). Não se trata de alarmismos, mas a própria condição ambiental. Esse “produtivismo” e o nível de consumo material precisam ser repensados. Nunca a ideia de *Antropoceno* esteve tão evidente, ou seja, a interferência geofísica da ação humana

chegou numa escala em que a mesma inaugura uma nova era geológica. Essa é a dimensão do nosso impacto sobre a biosfera terrestre.

Por um outro viés, poderíamos compreender essas transformações, evocando outro acontecimento histórico: o deslocamento da dualidade que guiava os devires mundo durante a guerra fria, já estava em desconstrução desde maio de 1968. Ali nascia um horizonte completamente diferente. Depois das revoltas estudantis na França, os debates políticos sobre democracia, socialismo e Estado mudaram profundamente de perspectiva. Essa perspectiva é guiada por um “ponto de vista subjetivo, atrelado a um novo sujeito em transformação.” (COCCO, 2008, pg.8) Aquele acontecimento era o florescer do desejo por outras liberdades, por mais liberdades, imediatamente ligadas a um *ethos* alternativo, multiplicando as formas de resistência, de revoltas, de organizações em contraponto às formas de dominação culturais, políticas, sexuais da época. Lazzarato e Negri definem assim esse momento:

“É em torno de maio de 68 que acontece o verdadeiro deslocamento epistemológico. Esta revolução, que não se assemelha a nenhum modelo revolucionário conhecido, produz uma fenomenologia que implica uma nova “metafísica” dos poderes e dos sujeitos. Os focos de resistência e de revolta são “múltiplos”, “heterogêneos”, “transversais” em relação à organização do trabalho e às divisões sociais. A definição da relação com o poder é subordinada à “constituição de si” como sujeito social. Os movimentos dos estudantes e os movimentos das mulheres, que abriram e fecharam esse período, são característicos, em sua forma e conteúdo, de uma relação política que parece evitar o problema do poder” (NEGRI e LAZZARATO, pg.33, 2001)

Maio de 68 não se reduz só ao universo dos estudantes franceses, e sim ao *zeitgeist*<sup>7</sup> daquele período no mundo, um acontecimento que havia disparado uma série de lutas, aberto devires que iriam reconfigurar o modo de fazer e pensar política. As formas tradicionais de disputas pela hegemonia do Estado, das lutas partidárias, do próprio funcionamento do sistema representativo e a própria representação sobre as classes também eram questionadas. O que estava em jogo era uma luta contra os consensos tradicionais, uma revolta contra o modo disciplinar de ser no mundo. Os ecos de 68 eram afinados ao crescimento da contracultura, da luta anti guerra (Vietnã), as lutas étnicas, os direitos das mulheres, dos negros, dos estudantes, dos *yippies*, dos pobres, dos LGBT's etc.

As “minorias” mostraram que na verdade eram a maioria e exigiam um outro constituir. As lutas vão de encontro a uma abertura e expansão democrática,

---

<sup>7</sup> A expressão, em alemão, significa espírito do tempo.

sensivelmente ligada à multiplicidade de mundos, de modos de ser. Infiltrada nos setores culturais, esse período foi marcado por uma proliferação qualitativa da produção artística (que pese também o momento da indústria cultural e os confrontos ali estabelecidos). A qualidade das obras no cinema, na pintura, na música e em quase todos os segmentos de arte foi marcada por uma autêntica renovação, atingindo não só a juventude, mas todas as camadas sociais. Foram também diversos os movimentos espirituais, independentes ou misturando diferentes religiões – negando dogmas, invertendo morais, desconstruindo sistemas de crenças ou mesmo sintetizando novas e velhas cosmogonias.

Negri vê Maio de 68 em consonância com 1989 e a queda do muro de Berlim: “Na minha cabeça o 1989 (a queda do muro de Berlim) corresponde ao 68. Ao passo que 68 tinha batido os muros que fechavam nossa sociedade, o 1989 abateu o muro que defendia o socialismo real mantendo-o fora do mercado mundial” (NEGRI *in* COCCO, 2008, pg.2). Nesse meio tempo, de fato aconteceram grandes deslocamentos macropolíticos. “O esgotamento do regime taylorista, o desequilíbrio do *welfarestate*, a construção da hegemonia neoliberal (Tatcher, e Reagan), a implosão do bloco soviético, o processo de globalização, a terceirização da economia (e terceirização do processo de trabalho industrial)”, (COCCO, 2008, pg. 03) constituíram um cenário de fragmentação social que ao mesmo tempo alavancou outros tipos de mobilização de trabalho (e de não-trabalho), e foi diretamente ativada pelo *devoir* de 68.

A própria constituição do sistema soviético de industrialização, uma variante ainda mais rígida do industrialismo ocidental, deixou claro que era necessário repensar as formas de trabalho e de dominação política. A dualidade presente na guerra fria não compreendia as diversas modulações e possíveis composições da vida social. Não se trata de negar o que cada um representou e representa e sim perceber as contradições de enxergar as possibilidades de ser no mundo, não necessariamente relacionados a estas visões. Os pedidos por ressignificações das próprias representações, a crise de como atuar na *pólis*, no sentido político civil, se acentuava. Os discursos daqueles que ainda se prendiam às cartilhas pré-concebidas de outrora, ao “etapismo” de como conduzir a revolução ou as massas, ou a hierarquia partidária, caíam exponencialmente em descrédito. Mesmo aqueles que faziam do trabalho sua luta, começaram a perguntar por que afinal lutavam para se manter naquele trabalho? Por que apenas reivindicar melhores condições de trabalho? As transformações do próprio modo de produção, com

o surgimento e ascensão do paradigma do trabalho *imaterial*, alteraram as relações sociais de maneira significativa.

Entre as continuidades e as transformações da passagem do capitalismo fordista para o capitalismo contemporâneo, uma boa parte do valor do capital foi transferido para a esfera “comunicacional”. Isso quer dizer que as capacidades relacionais, linguísticas são cada vez mais exigências das formas de trabalho, marcado pelo esgotamento da proteção social e da precarização dos direitos trabalhistas. Evidentemente, não se pode concluir que o trabalho material tenha se esgotado e nem perdido sua relevância, e sim que há um tendencial aumento da exploração dessas capacidades *imateriais* que inclusive incidem sobre a “produtividade” de bens materiais e se tornam hegemônicas nos países “centrais”. Nesse quadro, as dinâmicas de comunicação e de cooperação aumentam exponencialmente, modificando as formas de trabalho e de resistência por dentro dele. Antonio Negri e Michael Hardt, afirmam:

“O próprio trabalho, através das transformações da economia, tende a criar redes de cooperação e comunicação e a funcionalidade dentro delas. Isto se aplica particularmente a todas as formas de trabalho que criam projetos imateriais, como ideias, imagens, afetos e relações. Daremos a este novo modelo dominante o nome de “produção biopolítica”, para enfatizar que não só envolve a produção de bens materiais em sentido estritamente econômico como também afeta e produz todas as facetas da vida social, sejam econômicas, sociais ou políticas” (Negri e Hardt, 2004, pg. 16.)

É importante ressaltar que a preponderância do trabalho imaterial “não torna agradáveis ou compensadoras todas as formas de trabalho, nem diminui a hierarquia e o comando no local de trabalho ou a polarização do mercado de trabalho” (NEGRI E HARDT, 2005, pg.153), mas ao mesmo tempo “cria relações comuns e formas sociais comuns de uma forma mais pronunciada do que antes” (NEGRI E HARDT, 2005, pg.157). Essa perspectiva imaterial reflete que na transição das relações fabris para o trabalho produtivo atual, uma série de elementos que eram considerados secundários, como a capacidade intelectual (a cognição), a linguagem e os afetos (as relações subjetivas) passaram a pertencer à esfera do trabalho produtivo, com cada vez mais ênfase. Existem diversos fatores que contribuem para esse processo, como, por exemplo, o gigantesco avanço tecnológico dos meios de comunicação, as transformações da economia, o crescimento das metrópoles etc.

Nesse sentido, é preciso compreender a imaterialidade do trabalho como dilema, porque, por um lado, agrega valor às cooperações de pequenos blocos autônomos que

buscam meios próprios para sua auto-produção, gerando bens culturais, políticos e sociais; por outro, é síndrome de um sistema monopolista, que precariza as condições de trabalho, controla as fontes de informação e concentra a propriedade intelectual. Enfim, um quadro amplo de transformações, embora aqui bem simplificado, que deslocou as dinâmicas sociais. O trabalho já não é mais o mesmo, no entanto, ainda se vêem aqueles velhos militantes conservando as lutas de outros tempos como se fosse o ápice da liberdade, da realidade. Michel de Certeau, ainda em 68, atravessando as ilusões de sua geração, já afirmara:

“Esses militantes sem causa pertencem talvez a uma geração de meio-soldos, privados de suas campanhas do passado e capazes somente de adicionar ao tédio de um trabalho (que se tornou sua própria razão de ser) a evocação da grandeza de outrora. Uma cumplicidade geral parece lhes dar razão, uma vez que as cerimônias oficiais e a televisão privilegiam a repetição dos mesmos funerais”(CERTEAU, 1972, p. 28)

Essa celebração dos mortos ainda hoje é velada por alguns cânones da nossa intelectualidade. As formas de controle e conservação agradecem a facilidade da luta. No entanto, afastadas dessas velhas dicotomias que moldavam (e ainda moldam) a vida social, outras potências de contestação e diferenciação multiplicaram o campo de resistência e lutas. Quase 50 anos pós 68, a relação de poder e a própria movimentação social se transformaram significativamente. Estamos diante de outra crise, mas existe também uma contraposição a ela, e essa relação não é polarizada. O quadro geral é complexo, avesso a constatações simplistas. A vida, em si, é o cerne da disputa social.

Para Foucault, há um paradoxo que se encontra no centro da “condição contemporânea”: se, por um lado, a vida se transformou no objeto privilegiado de investimento do capital, por outro, a vida pode ser vista como um capital que todo e qualquer indivíduo possui. Se existe, de um lado, o poder sobre a vida – biopoder –, persiste, do outro, o poder da vida – biopolítica. Ou antes: estabelece-se um embate entre a subjetividade produzida pelo biopoder *versus* a subjetividade produzida pela biopolítica (poderíamos falar em biopotência). A vida é, nessa medida, uma instância coabitada pelo poder e pela resistência. Não por acaso, é fácil constatar a atual dificuldade de se distinguir, com clareza, as linhas de “dominação”, “controle” e “comando” das linhas de “liberação”, “escape” e “resistência” (PELBART, 2003, p. 13). Dito de outro modo:

“Já Michel Foucault chamava a atenção para o seguinte paradoxo: quando o poder investe a vida, a resistência se apóia nessa mesma vida que o poder investe. Daí a dificuldade de separar o joio do trigo

nas atuais relações entre poder e subjetividade: já não temos certeza se ao trabalhar, criar, amar, sonhar, ou mesmo resistir, apenas alimentamos uma máquina social vampiresca, ou ao contrário, forjamos as condições para tomar posse da vitalidade individual e coletiva que era nossa. (PELBART, 2003, pg. 13). ”

Orientar-se nesse campo nublado demanda um olhar atento para os mecanismos cada vez mais sutis do poder. Os dispositivos que investem e usurpam a potência da vida se reinventam constantemente, adquirindo outras formas, numa microfísica cambiante. Pensar o agora requer um fôlego de mobilizar estas discussões, aqui introdutoriamente evocadas, como as relações entre biopoder x biopolíticas, as dinâmicas das redes, a imaterialidade do trabalho e do não-trabalho. Exige também compreender a história para além dos fatos. Deleuze já provocara à sua época: maio de 68 não aconteceu. Isso porque maio de 68 é um devir para além de uma data. É um acontecimento. Como foi a queda do muro. O pensamento controlado pelas dualidades não poderia enxergar longe de seus determinismos históricos, de um confronto opositor e o desfecho da “vitória” de um dos lados, o *télos* derradeiro – a teologia, um futuro prometido. Mas o final não se concretizou, ninguém ganhou a guerra fria.

Resta agora tentar percorrer um caminho que não nos conduza sob essas perspectivas binárias. Ou melhor, poderíamos perguntar qual universo que não se encaixaria em dualidades? Tudo parece tão rodeado de pólos, de sim e de não, como escapar às formas de oposições que nem mesmo reconheço? Quais são as múltiplas formas de controle? Nesse sentido, interessam a essa dissertação algumas perguntas: como funcionam as novas tendências dos dispositivos de poder? O capitalismo está em transformação, mas o que isso quer dizer? E o que quer dizer controle? Perguntas que não pretendo responder, somente me aproximar como quem espreita uma modificação em plena irrupção.

## **1.2 Da sociedade disciplinar à sociedade de controle: os dispositivos de poder**

Em certa medida, o chão da fábrica imagem símbolo das lutas sociais operárias, sofreu o êxodo da atividade fabril, o deslocamento produtivo, sedento por países com leis trabalhistas mais flexíveis, mão de obra barata etc. Essa transformação tem nítido paralelo com a passagem das sociedades disciplinares para as de controle (DELEUZE, 2000). É a metáfora de uma transformação maior: a reconfiguração e o adensamento das metrópoles, começando nos países centrais, modificaram a composição do trabalho e

consequentemente o modo como nos organizamos. A dinâmica das fábricas eram justamente aquele regime onde o tempo e o espaço se estruturavam em função do expediente, dos próprios bairros operários, da divisão do labor dentro da fábrica. A sociedade disciplinar é calcada no ordenamento do espaço com fins produtivos, na moldagem e adaptação dos indivíduos numa lógica produtiva industrial. No pensamento de Foucault, investigando os mecanismos de vigilância, os espaços são fechados e descontínuos: a escola, a prisão, o hospital e a própria fábrica possuem uma estrutura homóloga, nela as multiplicidades são normatizadas, os indivíduos serializados.

Lazarrato (2006) concebe essa mudança analisando a existência de três grandes dispositivos de poder. A primeira seria o *biopoder* como aquele que investe sobre a “bios”, sobre a vida em seu caráter mais primordial. Controla a sexualidade, gerencia a vitalidade e confina os indivíduos em espaços fechados. Aqui o poder enxerga o humano como uma espécie, que deve ser intensificada, ampliada em suas forças e resistências para seu melhor desempenho reprodutivo. Um poder que aos poucos foi se tornando mais sofisticado, agindo internamente à vida, atento, calculista e flexível no sentido de permitir e administrar as liberdades, os limites e as vazões subjetivas.

Esse biopoder é justamente o que define as sociedades disciplinares, aliado ao segundo dispositivo, as técnicas disciplinares. Foucault confere a elas datas de surgimento diferentes : estas teriam nascido no final do século XVII e as técnicas biopolíticas, cinquenta anos depois, já na segunda metade do século XVIII. Lazzarato, distingue esses dois dispositivos da seguinte forma:

“O biopoder é uma modalidade de ação que, como as disciplinas, é endereçada a uma multiplicidade qualquer. As técnicas disciplinares transformam os corpos, ao passo que as tecnologias biopolíticas se dirigem a uma multiplicidade enquanto massa global, investida de processos coletivos específicos da vida, como nascimento, a morte, a produção, a doença. As técnicas disciplinares conhecem apenas o corpo e o indivíduo, enquanto o biopoder visa à população, ao homem enquanto espécie e, no limite, como Foucault vai dizer em um de seus cursos enquanto mente, a biopolítica “instala os corpos no interior dos processos biológicos coletivos”. (LAZZARATO,2004, p.74)

Essa ação conjunta é relacionada às instituições, ao próprio Estado e suas formas de gerir a vida, como por exemplo, mensurar a longevidade de uma determinada população, administrar os recursos em relação ao investimento em saúde, administrar a aposentadoria, o tempo não produtivo. Busca também intervir no ordenamento do território, na gestão de recursos hídricos, no controle dos aspectos geográficos. O problema, segundo Foucault, não era a existência dessas instituições de assistência e



sim a ativação de dispositivos diversos mais eficazes que os proporcionados pela Igreja, no século XVII: segurança, poupança individual e coletiva, seguridade social. Historicamente, tanto as técnicas disciplinares quanto as técnicas biopolíticas conhecem seu maior desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial, com o taylorismo e o Estado-providência.

Porém, antes disso, no final do século XIX, já se encontravam em gestação novas técnicas de poder, que segundo Lazzarato, não tinham nenhuma semelhança com as disciplinas ou com o biopoder. Na esteira do pensamento de G. Tarde, Lazzarato faz essa distinção daquele grupo social que “não se constituía nem por aglomerações, nem pela classe, nem pela população, mas pelo público”. Esse público era justamente aquela esfera que começa a ser influenciada pelos meios de comunicação, na época pelos jornais. Tarde compreende-o da seguinte forma: “O público é uma massa dispersa em que a influência das mentes, umas sobre as outras, se torna uma ação a distância” (TARDE apud LAZZARATO, 2004, pag. 75)

Aqui a diferenciação é espacial: o problema passa a ser como manter juntas as subjetividades quaisquer que agem à distância uma sobre as outras, em um espaço aberto. Essa perspectiva pode ser compreendida no próprio caminho que narra a evolução tecnológica. As técnicas de comunicação se expandem redefinindo o espaço-temporal, através de máquinas de transmissão, de propagação a distância, de contágio etc . Os meios agora adotam o cálculo do tempo e de suas virtualidades. Para Pelbart essa transformação se condensa assim:

“A sociedade disciplinar não conseguia penetrar inteiramente as consciências e os corpos dos indivíduos a ponto de organizá-los na totalidade de suas atividades. A relação entre poder e indivíduo era ainda estática, e além disso compensada pela resistência do indivíduo. Na sociedade de controle, o conjunto da vida é abraçado pelo poder e desenvolvido na sua virtualidade. A sociedade é subsumida na sua integralidade, até os centros vitais de sua estrutura social; trata-se de um controle que invade a profundidade das consciências e dos corpos da população, atravessando as relações sociais e as integralizando.” (PELBART, 2003, p.82/83)

Nas sociedades de controle, o capitalismo cognitivo se expande na velocidade de conexão dos *wifi*, das *nuvens* carregadas de sinais, da internet mapeando cada espaço. A evolução técnica está sempre associada às formas de controle e, cada vez mais, dos espectros de vigilância. Os fluxos de informação integraram e diferenciaram novas relações de poder e agora se expressam pela capacidade de conexão entre um maior número de sujeitos possíveis, de diminuir as distâncias de “uma mente a outra, de ser afetado e de afetar, num espectro midiaticizado e enriquecida pela tecnologia” (idem,

pg.76). O trabalho imaterial é certamente o alvo referência desse dispositivo de poder. Sua atuação se dá nas redes e são elas mesmas os espaços imanentes dos fluxos informacionais, conexas. O controle se dá de forma imediata e virtual, em que os indivíduos são como dados, gerando informações para o mercado.

O público então é o alvo e ator dessas ações, que se difundem de maneira “quase instantânea, como a propagação de uma onda em um meio perfeitamente flexível” (TARDE apud LAZZARATO, 2004, pg. 38-9.). Sua forma de subjetivação é bem mais plástica, em mutações constantes de percepções, em novas modalidades de ação e de práticas coletivas. Os indivíduos e os públicos, não estabelecem entre si uma relação de pertencimento exclusivo e identitária:

“(…)se um indivíduo não pode pertencer a mais de uma classe ou a mais de uma aglomeração por vez, pode pertencer, em contrapartida, simultaneamente a diferentes públicos (...) O indivíduo de Tarde, que tem que se decidir entre diferentes mundos possíveis, é como o artista que Platão queria expulsar de sua República. É um homem múltiplo e mimético, que existe no interior da dinâmica constitutiva e evolutiva dos públicos” (LAZZARATO, 2004, p.77)

Nesse sentido, o conceito de público pode ser pensando em paralelo com o conceito de *multidão* (NEGRI e HARDT, 2004). Ambos são contrárias às ideias de “massa” e de “povo”, que se caracterizariam em certa perspectiva, por uma homogeneidade e uniformização dos seus arranjos. A elaboração teórica da multidão enfatiza a necessidade de uma abertura às multiplicidades, propondo uma liberdade às singularidades que se personificam nas lutas sociais. Em outras palavras: um conceito que, de uma perspectiva ideal, se abre à alteridade em suas formas radicais de oposição, propondo, mesmo diante das complexas dificuldades de suas interações, a tentativa de se estabelecer um diálogo entre as diferenças subjetivas e coletivas. A crítica por trás do conceito é que, de certo modo, a utilização dos termos “massa” e “povo” tendem a buscar uma uniformidade de sentido que não abarca as diferentes tendências nos fluxos sociais e pertenceriam a um léxico que, em certa medida, estaria esgotado, não dando conta dos arranjos e das formas constituintes.

“O conceito de Multidão, portanto, destina-se num sentido a demonstrar que uma teoria de classe econômica não precisa optar entre a unidade e pluralidade. Uma multidão é uma multiplicidade irreduzível; as diferenças sociais singulares que constituem a multidão devem sempre ser expressas, não podendo ser aplainadas na uniformidade, na unidade, na identidade ou na indiferença.” (NEGRI E HARDT, 2004, pg. 145)

No entanto, enquanto o conceito de público não aponta para nenhuma conexão de classe, a multidão se caracteriza por ser um conceito de classe alternativo, que busca ressignificar os embates políticos contemporâneos, principalmente diante dos diferentes fluxos de trabalho que surgiram nas últimas décadas do século XX, na mudança, ainda tendencial, do paradigma do trabalho industrial para o trabalho “imaterial”. O termo “proletariado”, por exemplo, não seria capaz de conectar toda a malha heterogênea que permeia as divisões laborais do nosso tempo e que, de certo modo, resiste e é condicionado pelo capital. O terreno das lutas metropolitanas se afasta dessa perspectiva, já que a multiplicação dos sujeitos, das formas de contestação, resistência e protesto ao próprio capital não podem mais ser reduzidas a esse único sujeito histórico.

Aqui não me cabe discutir a noção de classe ou de indivíduo em Tarde, e sim perceber que através dessa abordagem de público nos aproximamos mais da relação subjetiva em rede. Na passagem entre essas duas sociedades, o “governo autocrático da opinião, se tornou onipotente.” (LAZZARATO, 2004, pg. 73). Nesse universo o controle da linguagem, dos regimes de signos, da circulação de saberes, do consumo é o jogo da nossa dinâmica produtiva. *Wifi e iphone's: você online o dia inteiro*, virtualmente recebendo as diárias de imagens, de produtos, de informação, notícias, músicas, filmes – opiniões. Nas sociedades de controle, o poder se pulveriza em micro-relações, de indivíduo sobre indivíduo, gerando valor para o sistema financeiro, para a mídia, para o mercado de trabalho, para o estado. Pelas redes, é cada vez mais fácil identificar os sujeitos em seus perfis, vasculhar, vigiar por consumidores e por opositores políticos. São também as marcas, a propaganda, a publicidade de ações de empresas entrando cada vez mais fortes pelos múltiplos canais midiáticos. É a guerra por audiência, visibilidade, influências – *networking*. Em suma, é “um lugar estratégico para o controle do processo de constituição do mundo social.” (Idem, pg. 76)

Também não há como negar que as redes são uma formação da identidade contemporânea. Parece existir nos circuitos e ciclos sociais *online* um sistema de interesse micro personalizados. Trocas de performances de si mesmo, estéticas de si mesmo, símbolos e discursos icônicos sobre modos de ver e dese representar. Empreendimentos pessoais, discursivos e corporais. Desejo, iniciativa, eficácia, pró atividade. Um discurso de espetáculo, mas também de liberdade nas *ágoras* digitais. Que são virtuais e reais, sempre em constante mutação. Mas que convergem em algumas coincidências, em laços de expressão, de opinião, de corpo, de imagem, de

símbolos, que já não são tão óbvios diante da limitada representação de quem pode confluir suas visões de mundo na atualidade.

Lazzarato define os novos artifícios de controle como máquinas de modular e cristalizar ondas, as vibrações eletromagnéticas (rádio, televisão) ou máquinas de modular e cristalizar os pacotes de *bits* (os computadores e escalas numéricas). Usando um neologismo, baseado em Aristóteles, chamou de *noopolítica* o conjunto de técnicas, ou dispositivos, que focalizam os cérebros, atuando sobre a atenção, para controle da memória e sua potência virtual. “A modulação da memória será então a função mais importante da noopolítica.” (Idem, pg. 86).

As conexões miméticas aceleradas pelos ilimitados canais de estímulos, fluxos de informação, percepção e afeto são justamente o cenário dessa *noopolítica*. Associando o pensamento de Tarde ao fisiologismo (a definição mesmo de vivo), refletindo Bergson e Nietzsche, Lazzarato amplia o entendimento do ser buscando nossas origens moleculares, biológicas. A memória é o elemento primordial para o surgimento da criatividade, do agir no mundo. Isso requer também capacidade de foco, de atenção, de desejo. Bergson resume memória como “a coexistência de todas as lembranças virtuais”. Atuar sobre uma dessas lembranças é atualizar um virtual, e esse ato requer criação, individuação e não a reprodução.

Nesse sentido, a modulação da memória é justamente a utilização do sensível, das nossas sensações, de nossos cérebros para produzirmos os bens imateriais necessários no capitalismo contemporâneo. O que está em jogo é o investimento das mentes: a sociedade de controle investe mais sobre elas do que sobre os corpos. Esse terceiro dispositivo completa o cenário de apropriação totalizante das formas de poder. A síntese desses três dispositivos pode ser esquematizada assim:

Existe, portanto, uma moldagem dos corpos, garantida pelas disciplinas (prisões, escola fábrica), a gestão da vida organizada pelo biopoder (Estado providência, políticas de saúde) e a modulação da memória e suas potências virtuais reguladas pela noopolítica (redes hertzianas, audiovisuais, telemática e constituição da opinião pública, da percepção e da inteligência coletiva) (...) Esses dispositivos de poder, nascidos em épocas distintas e com finalidades diversas, não se substituem entre si, mas se agenciam uns com os outros” (LAZZARATO, 2004, pg 86/87)

Nesse sentido, as sociedades de controle surgem em consonância com essas novas articulações dos dispositivos, sendo a própria dinâmica de poder *imperial*. São justamente esses dispositivos, que se atualizam e se diferenciam em proporções bem mais velozes, utilizando e concebendo novas fontes tecnológicas. Vale ressaltar que as

dinâmicas do biopoder e das técnicas disciplinares também continuam existindo de forma ainda massiva. Mesmo o poder soberano, que aqui não caberia destrinchar, continua exercendo suas práticas de tortura e de suplício nas periferias de diversos países. O tempo dessas transições e intensidades varia com a condição material e imaterial de cada estado-nação e sua conseqüente situação biopolítica. Com efeito, as relações do biopoder são redefinidas também e afetam as sinergias coletivas, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea. Aqui a relação entre biopoder e biopotência é bem visível. Foucault já buscava deixar claro esse paradoxo: “aquilo mesmo que o poder investia – a vida – era precisamente o que doravante ancoraria a resistência a ele”. (FOUCAULT *apud* LAZZARATO, 2004, pg. 88)

Refletindo sobre algumas implicações desta perspectiva, a “biopolítica” reitera e enfatiza essa resistência. Se existe uma correlação de forças que modulam a vida, e se ela interfere sobre a vida de forma tão intensa, é que existe uma potência coletiva e individual vigorosa que deve ser controlada. Os meios pelos quais o controle se efetua ainda permitem brechas, vazões e resistências. Sempre haverá linhas de fuga (DELEUZE 2000): no controle as resistências são como um gás, mais fluidas. As hegemonias sofrem seus ciclos inevitáveis de derrota e substituição, se repartem, se readaptam, se fragmentam em outros arranjos e combinações.

Segundo esta lógica, a própria dinâmica do trabalho imaterial cria mecanismos de cooperação em rede, de afeto e de comunicação, que proporcionam ferramentas de resistências antes monopolizadas pelo poder hegemônico. As redes sociais, por exemplo, podem ser pensadas como um local de organização e divulgação de laços afetivos de resistência e produção do *comum*. Apesar da dificuldade cada vez mais complexa de compreender o que representam as velhas diferenças identitárias, suas representações nos espectros de constituição de ideias e desse mundo em constante reconfiguração, o que ainda pode se perguntar? Pelbart faz algumas indagações essenciais: “O que significa vida hoje? O que significa dizer que a vida tornou-se um capital? Como isso se conecta com o desafio urgente de reinventar a comunidade? Como tais perguntas redesenham a ideia de *resistência* hoje, nos vários domínios? ” (PELBART, 2003, pg. 20).

Se por um lado, em termos bem simples, o capitalismo adentrou significativamente no campo subjetivo do ser humano, ou seja, naquilo mesmo que compõe sua “bios”, sua vitalidade, seu psiquismo, sua inteligência, suas habilidades

comunicativas transformando essas fontes primordiais em produção imaterial e material, em valor financeiro, por outro lado, essa inserção do capital na vida humana (biopoder) leva a inevitáveis linhas de resistência, de biopotência.

Toda ação gera uma reação. O ato de controlar leva também a um descontrole, a uma resistência. Um ato violento, repressivo, autoritário desencadeia o impulso de combatê-lo, por mais que muitas vezes nossa reação seja de medo, distanciamento, silêncio. Algo se impregna na memória, marca nossos afetos, reascende um alerta por defesa. Essa reação se presentifica diante das mais ínfimas reações corpóreas. Seria reducionista e determinista afirmar que somos então sujeitos completamente passivos nesse processo. Pelbart enfatiza esse contraponto: “essa subjetividade vampirizada, essas redes de sentido expropriadas, esses territórios de existência comercializados, essas formas de vida visadas não constituem uma massa inerte e passiva à mercê do capital, mas um conjunto vivo de estratégias” (PELBART, 2003, p.21)

Estratégias num campo minado, articuladas em uma cadeia produtiva ultra acelerada que demanda cada vez mais trabalho. Nesse sentido, a ideia é como lidar com o próprio capital, porque é quase impossível escapar de sua necessidade. Alguém hoje consegue viver completamente fora do sistema financeiro? Não se pode negar a existência dessa moeda de troca, que cobre quase todos os aspectos da divisão de bens em sociedades – todos os serviços se tornaram *finanças*. Isso se intensifica claramente nas metrópoles – agir nos fluxos do capital é assumir essa interferência, manejo de força. O capital não pode ser visto de uma forma demonizada e sim como um instrumento que deve ser colocado em evidência. Divisão, cooperação, outras formas de troca, de valorização – isso já está também em jogo, circulando na prática em diversos aspectos dos meios de encarar o labor e a própria inserção dentro da sociedade. Pelbart faz outras perguntas nesse caminho, numa digressão que já oferece algumas respostas:

“A partir daí, seria preciso perguntar-se de que maneira, no interior dessa megamáquina de produção de subjetividade, surgem novas modalidades de se agregar, de trabalhar, de criar sentido, de inventar dispositivos de valorização e de autovalorização. Num capitalismo conexcionista, que funciona na base de projetos em rede, como se viabilizam outras redes que não as comandadas pelo capital, redes autônomas, que eventualmente cruzam, se descolam, infletem ou rivalizam com as redes dominantes? Que possibilidade resta, nessa conjunção de plugagem global e exclusão maciça, de produzir territórios existenciais alternativos àqueles ofertados ou mediados pelo capital? De que recursos dispõe uma pessoa ou um coletivo para afirmar um modo próprio de ocupar o espaço doméstico, de cadenciar o tempo comunitário, de mobilizar a memória

coletiva, de produzir bens e conhecimentos e fazê-los circular, de transitar por esferas consideradas invisíveis, de reinventar a corporeidade, de gerir a vizinhança e a solidariedade, de cuidar da infância ou da velhice, de lidar com o prazer e a dor? ” (PELBART, 2003, pg. 26)

Anexe, *remix*, não copie: aproprie-se. Os cortes transversais são necessários. Não se trata de acabar com o que foi feito na tradição e sim renovar nosso modo de encarar nossa relação coletiva e individual alinhada com a existência da vida, dos ecossistemas, da terra, do universo. Se o capital subsumiu todas as esferas da vida e mais do que nunca há uma clara crise do que é comum, como compreender esses “modos de subjetivação emergentes, focos de enunciação coletiva, territórios existenciais, inteligências grupais que escapam aos parâmetros consensuais, às capturas do capital e que não ganharam ainda suficiente visibilidade de nossas cidades? ” (Idem, pg. 27)

O controle sabe dessa interferência e não por acaso levanta também suas barreiras, seus disfarces, sua multiplicação de formas e dispositivos. Algumas formas de resistência também nascem ocultas, desenvolvem-se no silêncio, se organizam em pequenos públicos secretos, privados ou mesmo nascem públicas na rede, dividindo suas próprias causas, criando coletivos, ocupando praças públicas. O descontentamento é talvez mais evidente do que nunca – a sociedade tem mais canais para compreender o lado das nossas tragédias sociais e a forma como funcionam nossas dinâmicas de poder.

Vale também assinalar que as estratégias em curso já não mais almejam, em sua grande maioria, tomar o “palácio de inverno” e isso não quer dizer negar as instituições e o próprio Estado. O deslocamento dessa perspectiva, de ser o Estado, conseguiu expandir algumas pautas e exigências para além de nossas formas de governo: são as lutas por autonomia, comunitárias, pela liberdade feminina, ligadas a questões sexuais, étnicas, culturais, artísticas etc. Lazzarato compreende assim essa transformação: “As estratégias dos movimentos políticos pós-socialistas destroem esse esquema, sem perder de vista as alternativas atualizadas (capitalistas/trabalhadores, homens/mulheres) que geralmente estão na origem das lutas, subordinam a ação à criação de uma bifurcação, de um desvio, de um estado de instabilidade, que, ao suspender ou neutralizar as oposições binárias, abre um novo campo de possíveis.” (LAZZARATO, 2004,pg 20)

Esses *possíveis* querem experimentar o que significa de fato viver num sistema democrático, para além mesmo do sistema representativo (e por dentro dele também). Repensar o modo de fazer política, de estar e agir sobre a *pólis*. Sua efetuação é, ao

mesmo tempo, um processo imprevisível, aberto e arriscado. Visa uma transformação. O ato político é então interrogado na sua base: o que seria a ação política? Segundo Lazzarato, “com uma dupla criação que une simultaneamente a nova distribuição de possibilidades e trabalha por sua efetuação nas instituições, nos agenciamentos coletivos “correspondentes à nova subjetividade”, que se expressa através do acontecimento. ” (LAZZARATO, 2004, pg. 21)

Foucault já dizia isso a respeito dos movimentos políticos pós 68: os mesmos não deveriam apenas resistir e se defender, mas afirmar-se como forças criadoras. A partir de 1970, Foucault começa a se interrogar sobre a relação de si enquanto dimensão distinta das relações de poder e de saber. Refletir as técnicas de si, a ética de si. Buscar nos resquícios da cultura grega justamente os modos com os quais nós nos relacionávamos com as buscas pessoais, as práticas de autoconsciência, de assimilação de conhecimento, de relação com a cultura (a ideia de *parresia* – de coragem da verdade tem esse desvelo político). Um sentido associado a estas práticas de si era justamente buscar a autonomia, fazendo uso de “técnicas sobre si”. Essa relação partia do mundo exterior é certo, das formas de pensamento da época, do modo de agir e pensar grego. A articulação do conhecimento, os atos das escritas de si, para chegar ao outro, desenvolvendo sua própria subjetividade.

Segundo Negri e Lazzarato, essa dimensão subjetiva já era indicativa da constituição de uma “intelectualidade de massa”:

“Intelectualidade de massa” que se constitui independentemente, isto é, como processo de subjetivação autônoma que não tem a necessidade de passar pela organização do trabalho para impor sua força; é somente sobre a base de sua autonomia que ela estabelece a sua relação com o capital. (...) O conceito marxiano de força de trabalho, que ao nível de *General Intellect*, torna-se “indeterminação capaz de cada determinação”, é assim desenvolvida por Deleuze e Foucault num processo de produção autônoma de subjetividade. A subjetividade como elemento de indeterminação absoluta, torna-se um elemento de potencialidade absoluta”(LAZZARATO e NEGRI, 2001, pg.35)

Nesse sentido, os antagonismos de uma sociedade “pós-fordista”, com as derivações geradas pelo imaterialismo se articulam com as possibilidades do *General Intellect*. Produzem formas de organização e sentido mais autônomos em relação ao saber, diferentes mesmo daquelas nascidas sobre a dialética marxista. Isso quer dizer que a relação com o capital não é somente antagonista, está além do antagonismo, é alternativa, constitutiva de uma realidade social diferente. “Nas sociedades pós-industriais, onde o *General Intellect* é hegemônico, não há mais lugar para o conceito de



transição, mas somente para o conceito de “poder constituinte” como expressão radical do novo”. (Idem, pg. 36). Desta maneira, essas novas subjetividades alternativas são um ponto central para compreender a própria ideia de atuação e resistência política.

### 1.3 Ação, poésis e o saber compartilhado

“Alguém de brincadeira, poderia dizer: se ninguém me pergunta o que é a ação política, parece-me sabê-lo, mas se devo explicá-la, o tal suposto saber se dissolve em uma ladainha desarticulada.” (VIRNO, 1994, pg. 117). Para o filósofo italiano P. Virno havia uma relação enigmática e misteriosa a respeito do sentido, do entendimento sobre o que seria uma ação política. Em “Revolução e Virtuosismo”, de 1994, o mesmo afirma que já não se pode fazer uma separação estanque entre Intelecto, Trabalho e Ação (ou respectivamente, entre teoria, *poiésis* e práxis), pois suas “fronteiras demarcadas se desmoronam e assinalam infiltrações e postos avançados.” (Ibidem, pg. 118)

Seguindo essa linha de raciocínio o espectro da ação foi absorvido pela esfera do trabalho produtivo, porque este passou a se associar, de maneira “conspiratória”, com o Intelecto (*General Intellect ou Intelecto Geral*). Para H. Arendt foi a práxis moderna que introjetou o modelo do trabalho, se assemelhando, em certo sentido, ao modelo de *fabricação*, como um produzir. Virno inverte esse diagnóstico:

“O que realmente conta não é que a ação política tenha sido concebida como um produzir, mas que esse ato de produzir tenha absorvido para si muitas prerrogativas da ação. Na era pós-fordista é o Trabalho que adquire as feições da Ação: imprevisibilidade, capacidade de começar tudo de novo, performances lingüísticas, habilidades de industrializar-se entre possibilidades e alternativas.” (VIRNO, 1994, 119)

Em outras palavras, Virno nos mostra como o trabalho incorporou o sentido da ação, anexando suas próprias habilidades constitutivas. Porém, isso só ocorreu porque o Intelecto “se tornou público, isto é, irrompido no mundo das aparências” e, em certa medida, enfatizou o domínio do trabalho, legitimando sua intensificação e transformando seu modo operacional. Nesse sentido, a associação entre esses dois pólos eclipsou e paralisou, em primeira instância, o âmbito da ação política na contemporaneidade. Ação essa entendida como “saber social geral” que, segundo até o próprio Marx, é o “próprio processo vital da sociedade”. No entanto, Virno também deixa entrever que o *General Intellect*, por sua própria abertura ao público, pode se

constituir como uma verdadeira potência material se sua ação política produzir uma “*esfera pública não estatal*”.

Virno afirma que a simbiose entre saber (teoria, intelecto) e produção (poiésis/trabalho) estabeleceu uma “extrema, anômala e todavia vigorosa legitimação do pacto de obediência em relação ao Estado” (Idem, pg. 119). No entanto, para compreender esse novo âmbito do trabalho é preciso compreender seus aspectos imateriais. Segundo Marx, há duas categorias principais do trabalho intelectual: primeira, aquelas atividades que “tem por resultado mercadorias com existência independente do produtor (...) livros, quadros, objetos de arte em geral, distintos da prestação artística de quem os escreve, pinta ou cria” (MARX *apud* Virno, 1994, p.121). A segunda categoria é aquela em que o “produto é inseparável do ato de produzir” (Idem, p. 121), pois tem seu fim na própria execução, sem objetivar-se em alguma obra. Nesta segunda categoria, podemos compreender todo trabalho “que se resolve em uma *execução virtuosística*” (VIRNO, 1994, p. 122) como, por exemplo: oradores, professores, sacerdotes, médicos etc.

A classificação desse segundo tipo de trabalho intelectual, durante a era industrial, foi sempre vista como algo improdutivo, de “uma grandeza infinitésima em relação à massa da produção capitalista” e nesse sentido algo “ambíguo e mercurial” (Idem, pg.123). No entanto, Virno sustenta que esse tipo de atividade, que se “manifesta como conduta” e “não precisa perseguir um objetivo extrínseco, coincide, sem dúvida, com a *práxis* política”(Idem, pg.124). Isso porque, sua execução prescinde de canais de comunicação, de espaços de “estrutura pública”, de um público e exatamente nesse ponto abre a brecha para a esfera política. “Quando não se fabricam novos objetos, mas situações comunicativas, então começa o reino da política”. (Ibidem, pg.127)

Nesse sentido, Virno compreende que se por um lado essas características da ação tenham sido incorporadas pelo âmbito produtivo e podem fazer com que o trabalhador doe justamente aquilo que deveria ser intrínseco a sua vida subjetiva e pública (sua linguagem e suas relações com a alteridade), utilizando-as primordialmente para o trabalho: “Ninguém é tão pobre como aquele que vê sua própria relação com a “presença alheia”, ou seja, o próprio ter-linguagem reduzido a trabalho assalariado”(Ibidem, pg.127).

Por outro lado, enxerga que, possivelmente, essa amplificação universal do Intelecto, ao confluir-se com a ação, poderá nos conduzir à disseminação de uma esfera

pública, se a própria se legitimar fora de qualquer controle estatal, desprovida da relação salarial. No entanto, enfatiza a assimetria dessas relações na contemporaneidade. O capitalismo pós-fordista não pode ser visto como uma evolução emancipativa, revolucionária. A hibridização entre Trabalho e Intelecto continua sendo predominante, justamente porque essa produção retirou do âmbito da Ação suas potencialidades:

“Essa metamorfose, decerto, não tem nada de emancipativo: no âmbito do Trabalho assalariado, a relação virtuosística com a “presença alheia” se traduz em dependência pessoal; a atividade-sem-obra, que lembra de perto à práxis política, reduz-se ao modernismo *trabalho servil*. ” (VIRNO, 1994, pg.149)

No entanto, o trabalho virtuoso, em contraponto a este trabalho servil, nos permite enxergar a possibilidade de “uma esfera pública não-estatal”, da ausência de vínculos com formas de assalariamento. Para tanto, esta atividade-sem-obra precisa se articular com o *General Intellect*, conduzindo sua *poiésis* sem obra na luta pelo comum, criando laços de cooperação e de resistência. Escrito em 1994, antes da expansão da internet, Virno antecipou com vigor o cerne das atuais questões sobre trabalho colaborativo nas redes. O paradigma do trabalho imaterial e suas possibilidades de intervir na produção material são vislumbrados justamente nessa ligação entre trabalho e intelecto geral. Vinte e um anos depois do ensaio, é bastante clara a proliferação desse tipo de relação *virtuosa* e de suas consequências produtivas. Os espaços criados na internet propiciaram o surgimento justamente de canais, em que o *General Intellect* pode ser ligado ao âmbito da ação, que ao mesmo tempo mobiliza e produz, não só conhecimento mas práticas constituintes.

A premissa de uma esfera pública não estatal deveria evidenciar, com mais clareza, as prerrogativas do mundo corporativo, privado. As redes também são atravessadas por essas fontes de poder, como também sofrerem ingerências dos Estados Nações. Uma esfera pública e ao mesmo tempo não estatal parece algo de difícil alcance. A internet, como território livre, está em febril disputa – o capitalismo cognitivo já inseriu toda a lógica comercial em seus fluxos, como já existe todo um aporte de controle nas redes. Virno já deixava claro algo que hoje existe de forma evidente: o trabalho material depende cada vez mais das atividades intersubjetivas (o trabalho imaterial). No trabalho virtuoso, o produto e o ato de produzir coincidem. É justamente isso que Virno constata quando relaciona Intelecto com Trabalho, o saber com a *poiésis*. O Intelecto Geral, mais difundindo do que antes, proporciona uma

dimensão de resistência, ligada à ação política, produzindo algo fora das relações de assalariamento. Esse saber social difuso modula as redes, abrindo brechas para um espaço público de mobilização democrática. Mas que redes são essas? Qual sua ligação com a política?

### **1.3.1 As redes e mobilização democrática**

Para Manuel Castells (1999), são essas redes que se constituem como aporte dos novos movimentos sociais. Em sua visão, não há como compreender esses movimentos, sem antes refletir sobre o impacto das transformações tecnológicas de comunicação na contemporaneidade. Castells afirma a magnitude do alcance dessa evolução, estabelecendo alguns fundamentos do que ele denominou de a “Era da Informação”. Numa longa análise sobre a revolução tecnológica — que abrange um conjunto convergente de tecnologias que vão desde a microeletrônica, computação (hardware e software), telecomunicação/rádiodifusão até as evoluções da engenharia genética — ele consegue fundamentar sua busca principal, de traçar um panorama das transformações sócio-políticas do novo paradigma das redes. Castells examina com solidez os processos de concentração da informação e suas implicações na economia, na sociedade e na cultura, demonstrando as desigualdades inerentes ao controle das redes.

Para ele há um novo modo de desenvolvimento, que redefine a situação dos Estados Nacionais, se inflexiona sobre as transformações estruturais do emprego, a relação entre homogeneização e diversidade cultural, a vulnerabilidade da mão de obra, as novas práticas empresariais, a nova divisão do trabalho, funcionando ao mesmo tempo com um processo de inclusão e de exclusão. O paradigma das redes é comparado, em termos de relevância histórica, à revolução industrial.

Em Castells, a apropriação dessa tecnologia pela sociedade multiplicou as narrativas sociais, criando um espaço híbrido que se forma nas redes e também nas próprias ruas, entre o virtual e o real, numa nova forma de constituição da fala dos coletivos e das subjetividades. Nesse contexto, ele enfatiza a ideia da esfera *pós-mídia*, onde os próprios sujeitos são a mediação, se autoconfiguram criando seus espaços de interesse, de sugestões de mundo, suas próprias formas de narrar a realidade. Para Castells quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. Por isso a novidade dos movimentos sociais em rede seria a própria expansão da democracia participativa.

Em sua concepção as redes são simultaneamente globais e locais, genéricas e personalizadas, em modulação constante. No entanto, ele enfatiza:

“ A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais. Mas a tendência social e política característica da década de 90 é a construção da ação social e das políticas em torno das identidades primárias – ou atribuídas, enraizadas na história e geografia, em uma busca ansiosa por significado e espiritualidade. Os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem caracterizá-las pela preeminência da identidade como seu princípio organizacional” (CASTELLS, 1999, pg.39)

Castells pensa a identidade como o processo pelo qual um ator social se reconhece com base em um determinado atributo cultural ou conjunto de atributos. A ênfase nesse caráter subjetivo se explica pela própria predominância da configuração *peer-to-peer*, do sujeito como plataforma, da mediação dos fluxos informacionais por esses atores. As redes criam condições ainda maiores para essa busca identitária, de significado, que pode ser vinculado também a uma luta espiritual. Imersa nesse paradigma informacional, qualquer busca individual é imediatamente cultural, atravessada por necessidades de gerar algum sentido nos seus próprios meios e coletivos. Até porque pelas redes o indivíduo é impelido a se posicionar discursivamente diante de um número quase majoritário de indivíduos dos seus ciclos sociais.

Essa busca pela formação da identidade nas redes, apesar de todas as formas de controle, expande muito os laços subjetivos e a capacidade de algum indivíduo gerar sentido social. No caldo das interações das redes são criados, por exemplo, diversos eventos capazes de mobilizar a sociedade, e é justamente nesse sentido que Castells aposta quando atribui essa capacidade às dinâmicas em rede. Sem dúvida foi pelas redes que diversos protestos ganharam as ruas. Um acontecimento contemporaneidade inevitavelmente perpassa as interações geradas nas mesmas. Resta agora compreender o que seria um acontecimento, para depois explicarmos como a própria dinâmica das redes foi fundamental para a irrupção das Jornadas de Junho.

#### **1.4 O Acontecimento**

Lazzarato (2006) nos apresenta a ideia de acontecimento como aquilo que, em primeira instância, modifica o campo da subjetividade, ou seja, aquilo que transforma nossa maneira de sentir. Isso ocorre porque, fundamentalmente, o que há de intolerável,

em um dado momento histórico, vem à tona, sob uma forma própria ao seu tempo e afeta a “distribuição de desejo” (LAZZARATO, 2006, pg.11) dessa sociedade. A partir de um cartaz visto nos protestos de Seattle, em 1999 nos EUA, que declarava “Um outro mundo é possível”, Lazzarato compreende que por trás dessas palavras subjaz uma transformação fundamental. Para ele um acontecimento abre um novo campo de *possíveis*. “(...) uma articulação entre desejo e possibilidade que instaura, por sua vez, um processo de experimentação e criação” (Idem, pg.12).

A transformação à qual ele se refere, tem a ver com uma visão de mundo que já não se reduz a uma perspectiva binária. Lazzarato compreende o acontecimento justamente na interseção dessas dicotomias. Um mundo no qual as lutas não se projetam na dualidade das lutas de classe do século XIX e XX, entre “o sujeito da história (a classe trabalhadora) e seu inimigo (o capital)” (Idem, pg.12). Em consonância com a filosofia deleuziana sobre acontecimento, e avesso aos determinismos econômicos tanto do marxismo, quanto da economia política clássica, Lazzarato reforça a ideia de que uma crise deriva de uma “mudança na ordem do sentido”. Maio de 68 na França, por exemplo, não foi consequência de uma crise e nem tampouco uma reação a ela. Foi em primeira instância um acontecimento que abriu um campo de possíveis. Efetuar os mesmos é um “processo imprevisível, arriscado, não antecipado, ” que opera “uma reconversão subjetiva em nível coletivo”. (Idem, pg.13)

Lazzarato olha para uma geração que nasceu após a queda do muro de Berlim, imerso nessas novas configurações do capitalismo contemporâneo. Para ele a “ação política” deve ser pensada associada a esta visão:

“Ao considerar a ação política à luz do acontecimento, colocamo-nos diante de uma dupla criação, uma dupla individuação, um duplo devir (a criação de um possível e sua efetuação), que se confrontam com os valores dominantes. É aqui que se introduz o conflito com aquilo que já existe. As novas possibilidades de vida entram em choque com os poderes organizados e constituídos, mas também com aquilo que estes mesmos poderes tentam organizar a partir da abertura constituinte” (LAZZARATO, 2006, p.13)

Nesse sentido, um acontecimento nasce de uma problematização. O acontecimento em si não é a solução dos problemas. O próprio enunciado “Um outro mundo é possível” deve ser entendido como um questionamento, uma interrogação. Arelado à filosofia de Leibniz, posteriormente pensadas por Tarde e Deleuze, Lazzarato tenta refletir a própria natureza do ser como acontecimento. Criticando a

filosofia do sujeito (De Kant a Husserl, passando por Hegel e Marx), e o modo como essa se faz dentro da relação ontológica sujeito/objeto, há uma busca em escapar da lógica dialética. Para o filósofo italiano, a dialética funciona como um mecanismo de captura e controle das multiplicidades.

Em termos macro políticos, reforça que há uma “estranha convergência” (Idem, pg.16) entre a lógica do marxismo e do capitalismo em torno do conceito de trabalho. Enquanto no primeiro, o capital se define na subordinação de todas as atividades à valorização pelo trabalho, no segundo, a práxis – ou a ação do sujeito - se expressa no objeto, definindo e contendo todas as atividades humanas. Seja no capitalismo (trabalho como subordinação e exploração), ou no socialismo (trabalho enquanto manifestação de si e do outro) existe uma “expansão sem limites da categoria de trabalho”. Em ambos, “a constituição do mundo é pensada como produção, como fazer, como exteriorização do sujeito no objeto, como transformação e dominação da natureza e do outro pela objetivação das relações subjetivas”. (Idem, pg.16)

A tentativa de repensar a ontologia da dialética, na filosofia do acontecimento, vem do pensamento de que as oposições binárias como, por exemplo, “homem/mulher, capital/trabalho, natureza/sociedade, trabalho/lazer, intelectual/manual”; estabelecem com nossas percepções, afetos, desejos, papéis etc. relações determinadas pelos limites dessas dicotomias. É o limite do pré-concebido, do determinismo de dividir cada pólo como oposição, numa diferenciação estanque. Não há devir, quando se naturalizam funções e se determina o pensamento através das mesmas articulações.

“As teorias do acontecimento definem e articulam diferentemente as relações sujeito/objeto, sensível/inteligível, natureza/espírito, ao ponto de desfigurá-las vis-à-vis as teorias do sujeito. Com efeito, no lugar dos dualismos clássicos, temos agora duas formalizações não paralelas: uma formalização de expressão ou de enunciação e uma formalização de conteúdo ou de objetos; um agenciamento de expressão do possível e um agenciamento maquínico (ou corporal) de efetuação.” (LAZZARATO, 2006, pg.18)

Na esteira do pensamento deleuziano, Lazzarato vê o mundo como um: “virtual, uma multiplicidade de relações, de acontecimentos que se expressam nos agenciamentos coletivos de enunciação (nas almas) e criam o possível” (Idem, pg.17). Esse possível, diferente de Leibniz, não está dado *a priori*, necessitando ser criado. Aquilo que surge como novo é certamente real, mas “não existe fora daquilo que as

exprime (signos, linguagem, gestos); os possíveis devem atualizar-se ou efetuar-se nos agenciamentos maquínicos (nos corpos) ”. (idem, pg.17)

Esses agenciamentos consistem em multiplicidades que comportam muitos termos heterogêneos que não podem ser atribuídos e não podem depender nem de um sujeito nem de um objeto. O agenciamento maquínico não remete a um objeto ou à produção de bens, mas a um estado específico de mistura de corpos em uma dada sociedade, que inclui “todas as atrações e repulsões, as simpatias e antipatias, alterações e alianças, penetrações e expansões que afetam corpos de todas as espécies (e dando ao tempo “corpo” extensão mais ampla, ou seja, todo conteúdo formado) uns em relação aos outros. ” (Idem, pg.18)

Ao mesmo tempo, é no agenciamento coletivo de enunciação que as possibilidades existem. Esse possível, porém, só se concretiza naquilo que expressa (enunciado, rosto ou signo), sendo a linguagem a realidade do possível enquanto tal. Esse possível atua no nível da alma enquanto transformação incorporal, que modifica a maneira de sentir, as modalidades de afetar ou de ser afetado. O acontecimento tem assim duas dimensões, uma espiritual e outra material, mas “ele não é em si mesmo nem matéria, nem espírito, nem sujeito, nem objeto. ”

No domínio da política, os possíveis aí criados dizem respeito, sobretudo, à produção de subjetividades, afetos, sensibilidades, libidos, corpos, encontros, ou, em última instância, “formas de vida” novas, que se evidenciam no acontecimento. Zourabichvili (2000) esclarece que uma possibilidade (forma) de vida não quer dizer uma porção determinada de “(...) atos a realizar ou a escolha de tal profissão, de tal lazer, nem mesmo de tal gosto ou preferência particulares. (...) A invenção de novas possibilidades de vida supõe, portanto, uma nova maneira de ser afetado”. (ZOURABICHVILI, 2000, p. 338).

Essa “mudança na ordem do sentido” (Idem, pg.13) pressupõe uma relação diferente de tempo e de espaço. O acontecimento tem uma relação intempestiva com o presente. Para Zourabichvili “[encontramos] brutalmente o que tínhamos cotidianamente diante dos olhos”. (ZOURABICHVILI, 2000, p. 340). Para Deleuze (1992), o acontecimento fratura o tempo presente, abrindo-o para o futuro. O termo nietzschiano “intempestivo” sustenta esse olhar disruptivo em face de um determinado presente. Como se, de repente, aquilo que era dito como banal e ordinário, ganhasse contornos intoleráveis e absurdos. Não que o acontecimento simplesmente surja do nada, mas sim que algo de embrionário, que já existia como possível, irrompe com uma



força criadora e instaura uma nova dimensão temporal. Poderíamos pensar na dimensão *kairós* do tempo, em comparação com o tempo *chronos*: enquanto este refere-se ao tempo cronológico ou sequencial, de natureza quantitativa, *kairós* possui natureza qualitativa, um momento indeterminado no tempo em que algo de extraordinário acontece, o tempo oportuno, favorável.

É importante ressaltar que o acontecimento não possui uma relação de causa e consequência com aquilo que já pertencia ao campo dos possíveis. Ele emerge necessariamente como algo novo, na esfera do virtual, daquilo que se projeta ao futuro, no por vir. Nesse sentido, os possíveis são produtos do acontecimento (DELEUZE 1992). Passados mais de 30 meses das Jornadas de Junho e diante desse universo teórico, as Jornadas de Junho podem ser compreendidas como um acontecimento? Se sim, em que medida os possíveis conseguiram se efetuar na sociedade brasileira? Qual foi “a mudança na ordem do sentido”? Uma vez que o acontecimento tem a capacidade de abrir um novo “campo de possíveis” – sendo que, no domínio da política, esses “possíveis” se traduzem em produção de subjetividades e afetos - como, ao mesmo tempo, preservar e potencializar essas sensibilidades que se insurgiram, intempestivamente, a partir de Junho de 2013?

\*\*\*\*\*

## CAPITULO 02 – AS JORNADAS DE JUNHO E O ENIGMA DA ESFINGE

### **2.1 As Jornadas de Junho foram um acontecimento**

Junho pode ser visto como aquela “Nuvem a-histórica” que Deleuze (2003) engendrou para pensar Maio de 68. Nuvem que irrompe de forma intempestiva, incontrolável, avessa aos projetos históricos definidos, contrária as causas normativas e suas consequências previsíveis. Tem aquela potência que Nietzsche, inspirado em Spinoza, forjou ao pensar a força plástica do esquecimento como algo necessário para superar o passado e o próprio presente. Uma potência de negar o contínuo da história, sua objetividade neutra e racional.

Como Maio de 1968, Junho de 2013 foi um acontecimento político (existem acontecimentos de outras ordens). Poderíamos até manter a provocação de Deleuze (2003), dizendo que não foi um acontecimento, no seu sentido estrito, usual. E isso quer dizer que o mesmo não se reduz aos fatos, ao mês, a nenhuma data. Apesar de existirem datas e intensidades, um acontecimento não se prende a uma forma do passado,

engavetado numa cronologia. Tampouco é uma etapa de um projeto, liderado pelas forças do espectro político brasileiro, tanto de esquerda quanto de direita, que almejam conduzir uma revolução ou mesmo uma reforma a partir de um projeto pré-definido, circunscrito num conjunto determinado de táticas, estratégias e ideologias. Um acontecimento político possui uma potencialidade revolucionária, mas no sentido de abrir novas possibilidades, novos devires e não como uma alternativa dentre as existentes. “O possível é o virtual: é ele que a direita nega e que a esquerda deforma, representando-o como projeto”. (ZOURABICHVILI, 2000, p. 343).

Nessa linha de pensamento os possíveis (DELEUZE, 1992) criados dizem respeito, sobretudo, à produção subjetiva, aos afetos, às sensibilidades, aos encontros, aos corpos, e em última instância às formas de vida que se mutualizam e se modificam diante de um acontecimento. É também na esfera do desejo, da libido, de aspectos muitas vezes inconscientes que se instaura outra ordem de sentido, uma nova “distribuição de desejos” (LAZZARATO, 2006) que se manifesta e deixa ver o intolerável de uma dada sociedade. Em outras palavras: um acontecimento altera intensamente a maneira como nos percebemos, como encaramos a sociedade da qual fazemos parte. Como Deleuze ressalta, esse nível inconsciente não se conecta ao modelo edipiano e sim ao conjunto sociopolítico de uma determinada sociedade, a libido “(...) investe e desinveste os fluxos de toda natureza que correm no campo social, ela opera cortes desses fluxos, bloqueios, fugas, retenções”. (DELEUZE, 2003, p. 250). Com efeito, podemos pensar Junho não como um simplesmente um fato histórico, e sim como um acontecimento que modifica, a priori, as relações subjetivas.

Diante desse cenário, ficamos mais seguros em debater as possibilidades que surgiram de Junho sem querer definir um projeto político ou um modelo de organização. Evidentemente, não se quer dizer que Junho só teve consequências subjetivas, e sim que a “distribuição dos desejos” perpassou a sociedade ativando respostas aquela força emergente, deslocando nossa relação com o coletivo. Outra consideração importante é entender que um acontecimento não nega a história, não faz de conta que o passado não existe, tábula rasa sobre o tempo (PELBART, 2003, pg.188), e sim tenta concentrar seus esforços sobre as possibilidades que surgem a partir dessa fratura do presente. Isso quer dizer que podemos falar sim de datas, de eventos e até cronologias, mas sabendo das limitações nelas encontradas. Aqui tentaremos estabelecer uma cena histórica e ressaltar algumas possibilidades efetivadas depois de Junho. No mais, se sabe da impossível tarefa de dar conta de todas suas significações,

que na realidade ainda estão pulsando, se transformando no mesmo momento que escrevo esse parágrafo.

Sabemos que diante de um acontecimento muitas são as perguntas que emergem, o próprio nasce como problematização, como questionamento do *status quo*, como uma série de dúvidas sobre o estado atual das coisas. Como Lazzarato viu nos protestos de Seattle em 1999 um acontecimento, simbolizado pelo cartaz que dizia “um outro mundo é possível”, o mesmo afirmou que a frase é menos uma afirmação do que uma pergunta. Explicitou também que um acontecimento é um problema que “não contém implicitamente suas soluções” (LAZZARATO, 2004, pg. 14).

Vejo as Jornadas de Junho da mesma forma, como um grande questionamento. Vejo também como uma força ainda bastante viva na memória, uma força maior mesmo do que qualquer conceito que se pretende universal e categórico. Ronda-me esse espírito de mistério de quem sabe que aos poucos certas verdades vão se desvelando, de quem quer criar com a história, atento ao seu desenrolar. Como aqueles mesmos que deixaram suas obras abertas, dispostos à criação coletiva, atentos as liberdades individuais e a potência dos símbolos. Como aqueles que voltaram os olhos para outros lados negligenciados pela história oficial, forçados a serem esquecidos pelos poderes vigentes, que temem sua volta, ainda que os mesmos nunca tenham partido.

## **2.2 O enigma da esfinge**

As Jornadas de Junho, que não começaram nem terminaram nesse mês, são ainda uma incógnita, um enigma para as análises contemporâneas, principalmente a brasileira. Serão lembradas por muito tempo com perplexidade, reviradas pela historiografia em diversas interpretações e afirmações sobre seus motivos e causas sociais. Não se negará sua importância, mas também não serão muitos a comemorarem, sem ressalvas, seus atos. Há um espectro de controvérsia, de receio, de tabu envolvendo sua realidade. E muita criminalização, indiferença e desilusão diante do acontecimento. Por outro lado, também há um teor positivo, um enaltecimento, um deslumbre diante da enormidade dos protestos. São algumas das visões espalhadas pelas redes, difundidas por diversos segmentos formadores de opinião. Um tema controverso, fugidio, que parece escapar a qualquer definição totalizante.

Inicialmente, a própria escolha do nome Jornadas de Junho, não pode ser vista como um reducionismo ao mês de Junho. Antes de sua eclosão, houve alguns protestos contra o preço da passagem de ônibus, remontando ao dia 25 de março em Porto

Alegre.<sup>8</sup> Em maio do mesmo ano, Goiânia, Natal e Teresina também tiveram suas manifestações ligadas ao transporte público. Num âmbito mais vasto, levantando em consideração certos ciclos de lutas e manifestações, podemos remeter Junho aos primeiros protestos contra o aumento das passagens em 2012<sup>9</sup> no Rio de Janeiro, a diversos protestos desde a década de 1990, e até mesmo a Maio de 68. O “pós-junho” também é repleto de uma série de *possíveis*, efetivados ou não, que atravessaram 2013, perpassaram 2014, persistiram em 2015, adentrando 2016 em ecos não tão evidentes.

Mesmo assim, adotaremos a nomenclatura Jornadas de Junho (muitas vezes abreviaremos para Junho) por sua potência simbólica de levar em si o mês ápice das manifestações e a ideia de uma jornada, de um caminho percorrido. As Jornadas de Junho, por um lado, são assim a expressão de uma divisão, de um marco, de um estopim: por mais que tenha havido protestos anteriores e posteriores ao mês de Junho, foi nele que o choque de uma improvável *multidão* tomou às ruas e mudou completamente o panorama social brasileiro. O que poderia ser mais um protesto urbano contra o transporte público brasileiro se desencadeou em um movimento inesperado, de proporções gigantescas.

Mas que multidão foi aquela? Como pensa Negri e Hardt (2003), uma multidão se caracteriza por sua multiplicidade de indivíduos, um conceito aberto às mais diversas singularidades que podem compor um grupo social, não se identificando com nenhuma tentativa de homogeneização das diferenças, com os conceitos que tentam reduzir um coletivo de pessoas numa formulação unitária. É avesso, por exemplo, às ideias de povo ou de massa, que por caminhos diferentes acabaram por induzir uma unificação, reduzindo as subjetividades presentes, as divergências identitárias e as correntes políticas.

Uma multidão deste tipo foi às ruas em Junho. A composição era uma multiplicidade (ainda mais nos dias de maior participação popular, como os dias 17 e 20), repleta de singularidades, que não segue a lógica unitária de uma massa ou de um povo. Evidentemente, existiram muitas manifestações antes e depois desses dois dias – mas foram nelas que este conceito de multidão se aplicou com mais radicalidade. Ali havia de tudo: um corpo de muitos corpos transpassados por diferentes classes, ideologias, sexos, cores e representações sociais. Não era dirigida por nenhum partido

---

<sup>8</sup>Ver Cronologia dos Protestos: “Brasil em movimento - Reflexões a partir dos protestos de Junho” –p. 423

<sup>9</sup>Ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_no\\_Brasil\\_em\\_2013](https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013)

ou corrente política, não existindo líderes, ainda menos um projeto político definido. Nela coexistiram pessoas que pertencem às mais diversas matizes do espectro político, transversal às polaridades que caracterizava (e ainda caracteriza) a política nacional. Existia um ineditismo naquela aglutinação, que perpassava as redes sociais. Um ineditismo que marcava uma presença muito mais forte de jovens, apesar de existirem manifestantes de todas as idades. Uma geração que sentiu pela primeira vez a força de ir às ruas e reivindicar o que assim quisessem. De sentir o abalo de sua intensidade e as consequências de sua força no cenário político.

Junho surgiu como uma esfinge: “decifra-me ou te devoro!” e os meios institucionais nem de perto entenderam o enigma. Pior para o governo e sua incapacidade de fazer qualquer “correlação de forças” desviar a seu favor, fazer da multidão uma aliada e não condená-la como inimiga. Foi a primeira vez que um governo dito de esquerda enfrentou uma grande manifestação popular, e lidou com ela da mesma forma que qualquer governo conservador: tentou ao máximo controlá-la, diminuir sua intensidade pela repressão, chegou mesmo a criar uma lei “anti-terrorismo” que comentaremos mais à frente. Em poucos dias, todos os esquemas políticos já preparados para as eleições do ano seguinte tiveram que parar. O país que deseja passar a imagem consensual de uma população cordial e contente com as festividades da copa do mundo e das olimpíadas sofre um imprevisível revés.

“Em Junho de 2013, o Brasil experimentou os maiores protestos de sua história. Milhões de pessoas ocuparam as redes e as ruas, exprimindo uma surpreendente e imprevista indignação. Num país em fase de crescimento econômico e inclusão social, relativamente imune à crise do capitalismo, os protestos varreram as certezas políticas de uma geração. Os prognósticos se tornaram confusos, ao mesmo tempo em que os mais apressados (ou assustados) se refugiaram em todo tipo de reducionismo. Já se fazia cálculos detalhados sobre o resultado das eleições de 2013, quando a terra entrou em transe. O preconceito de que o brasileiro é alienado e não luta pelos seus direitos nunca souo tão preconceituoso.” (CAVA, 2013, pg.12)

O que de fato aconteceu é que o movimento não distinguiu partidos de situação ou oposição, direita ou esquerda institucionais. Por isso muitos no próprio governo acusam o movimento de apartidarismo ou despolitização. Como não era definida sua vertente política, acabando por acertar indistintamente a direita ou a esquerda partidária, os manifestantes expuseram um dos problemas mais graves da política brasileira nos

últimos anos<sup>10</sup>: “o processo centrípeto, cada vez mais intenso, que torna praticamente indiscerníveis as tradicionais posições do espectro ideológico. Isso se dá devido à integração dessas posições num consenso de governança gradativamente impermeável e indiscutível, segundo arranjos complexos que sustentam representantes de cada posição em seu espaço de poder”. (Idem, pg.14)

Não estou com isso dizendo que o governo petista é o todo culpado pela situação que agora enfrentamos. Pelo contrário, ele também é o responsável pelo fortalecimento das bases democráticas e críticas do país que emergiram dentro do contexto de uma década (isso em Junho de 2013) a frente da executiva nacional. Recapitulemos algumas inflexões. Primeiro, destaco o governo Lula como uma poderosa e paradoxal força de conciliação política e social. Se Junho de 2013 inicia o “ocaso do lulismo”, como ressalta Moyses Pinto Neto em artigo<sup>11</sup>, o mesmo é consequência de uma profunda mudança na ação governamental petista:

Na verdade, o lulismo não consistiu apenas numa política bem-sucedida de conciliação de classes do “pacto conservador” de enriquecer ricos e pobres contemplando as demandas do sistema financeiro, estímulo ao agronegócio nas exportações *decommodities* compensadas com medidas distributivas de renda, como o viés economicista tem sustentado. Ali estava um rearranjo que foi muito além do que o imaginário petista era capaz de especular. As forças criativas da sociedade brasileira foram liberadas e um povo a quem poucas vezes foi dada chance de emergir apareceu. A multiplicidade que percorre formas jurídicas, econômicas e tradições culturais estoura as previsões e mostra o caldo reprimido—e desperdiçado—ao longo do último século vinda de uma formação heterogênea em vozes plurais. A gestão Gil/Ferreira no Ministério da Cultura, despertando a criatividade local a partir dos pontos de cultura, é o exemplo mais emblemático desse processo. (PINTO NETO, 2015)

No entanto, principalmente após o início do governo Dilma, um certo dogmatismo que já existia dentro do partido ganha força. A própria substituição da gestão Gilberto Gil e Juca Ferreira pela plataforma conservadora da ministra Ana Buarque de Holanda, simboliza essa transformação. Se ali havia uma política que apontava para o fortalecimento da cultura nacional, o sucesso do lulismo inicial acabou cegando o partido para aquilo mesmo que o fortalecia. Uma segunda fase do governo é marcado pela ascensão do “pmdbismo” e a consolidação de uma vertente econômica focada no neo-desenvolvimentismo. Como desenvolve o próprio Moyses, na continuação do mesmo artigo:

<sup>10</sup>Ver: “ O PT se reduziu a um partido da ordem pela ordem”. Revista Lugar Comum, N°40, pg. 9

<sup>11</sup> Ver: “A sociedade contra o estado e o mercado”. Link: (<http://uninomade.net/tenda/a-sociedade-contra-o-estado-e-o-mercado/>)

“Com o sucesso do lulismo, começa o debate pela “fase 2”, que é sugado pelo neo-desenvolvimentismo fundado no economicismo uspiano. A obsessão contra o “neoliberalismo” fez depositarem sobre o Estado um papel indutor e de comando vertical sobre a sociedade, entregando a um complexo burocrático-oligopolista o controle do país. O governo torna-se cada vez mais unidimensional, transitando do modelo do fomento criativo e despertar da autonomia, cujas matrizes eram o Bolsa-Família e os pontos de cultura, para uma visão vertical e tecnocrática em conluio com os “supercampeões” (empreiteiras, especialmente), traçando uma nova matriz a partir do PAC e do Minha Casa Minha Vida.” (PINTO NETO, 2015)

Sendo assim Junho de 2013 foi, em certa medida, uma rachadura no projeto de consenso governista, porque por um lado desejava justamente por mais daquela primeira face do lulismo, em sua vertente articuladora, democratizante, abrindo frestas no próprio neoliberalismo, como o próprio projeto de crescimento de renda entre os mais pobres. Ao mesmo tempo, era crítica da perspectiva que avançava rumo ao fortalecimento do “pmdbismo” (aqui no Rio de Janeiro isso era ainda mais sintomático), com práticas de remoção de favelas, elitização dos estádios de futebol, além da incapacidade maior de lidar com as reformas educacionais, midiáticas, agrárias e políticas que o país tanto evita encerrar.

Para Alexandre Mendes e Clarissa Naback, em texto publicado<sup>12</sup>, Junho de 2013 identificou um mesmo alvo:

“O pacto constituído por uma acumulação por hibridização (ora neodesenvolvimentista, ora neoliberal) que, de um lado, produzia uma falsa sensação de progresso econômico (o Brasil que “decolava”) e, de outro, garantia a permanência de um fluxo de dinheiro responsável pelo lastro político do projeto (o financiamento eleitoral e a irrigação de praticamente todos os partidos do cenário brasileiro). Aos dois aspectos, acrescenta-se um único *modus operandi*: a figura do “rolo compressor”. A metáfora foi muito utilizada para ilustrar a maneira como os projetos (pré-fabricados) foram (e ainda são) implementados, “tratorando” qualquer discussão prévia, pública e democrática.”

Evidentemente, essa crítica não era presente de forma coesa nas Jornadas de Junho mas atravessava o caldo de indignação que se escondia por trás de diversas narrativas do progresso. As eleições de 2014 e a polarização política subsequente dividiram o país de forma significativa. Foi como se tivessem levantado as velhas muralhas da guerra fria, e mesmo que de maneira tosca, revivessem as antigas dualidades<sup>13</sup> que separavam os espectros políticos brasileiros. A disputa entre P.T x PSDB pelo poder executivo foi símbolo disso e a eleição para deputados mostrou as

<sup>12</sup> Ver: <http://uninomade.net/tenda/vertigens-de-junho/>



vísceras do terrível quadro institucional brasileiro. Figuras sombrias como Jair Bolsonaro saem da cova e ganham uma adesão surpreendente. Afinal as Jornadas de Junho não foram um movimento que renovou os quadros políticos (pelos menos não nesta primeira eleição). Ganharam figuras que já existiam na política brasileira anteriormente.

O país viu os extremos se aflorarem, as diferenças radicalizarem seus discursos, criando um quadro de grande tensão institucional. As diversas operações do judiciário (com ênfase na Lava-Jato) e da polícia federal flagraram gigantescos esquemas de corrupção que serviam para irrigar a máquina governista e também da oposição. 2015<sup>14</sup> acentuou esse cenário, com o agravamento do colapso governista, mais escândalos de corrupção (a falência da Petrobrás, o crescimento da lava-jato), a ascensão do conservadorismo (que tenta instrumentalizar o espírito de Junho) e a instauração de uma contundente crise econômica, que não caberia analisar aqui. Por isso, há diversos setores (à esquerda ou à direita) que preferem estigmatizar, criminalizar o passado recente, negando suas possíveis riquezas práticas e interpretativas. Não por acaso, a desconfiança política carrega esse sintoma de destruição da memória, de rápida tentativa de gerar estereótipos e consensos, buscando definir as manifestações como algo negativo (muitos “formadores de opinião” chegam a falar em fascismo!). A ótica é míope, polar, e reflete uma esquizofrenia analítica.

Nesse mesmo contexto, depois principalmente do dia 15 de outubro, (ver periodização mais a frente, cap. 2.3), as Jornadas de Junho ficaram enfraquecidas. Existiram diversas brigas internas entre coletivos e movimentos sociais, perseguições de ativistas nas redes sociais, criminalização de manifestantes pelos poderes constituídos, a morte do cinegrafista Santiago, entre outros motivos, tencionou as ruas e as redes, causando reflexos, contradições e desistências. No entanto, p processo que desencadeou sua eclosão e o contra-movimento que agora o limita estão ainda em tensão, em disputa, permeados por uma nova conjuntura política. Talvez o termo certo seja que estamos vivendo um período de emergência. Bruno Cava<sup>15</sup> define esse momento, de difícil compreensão, como uma possibilidade de renovação, de experimentação. Cava enfatiza ser um campo problemático, não categórico que precisa ser vivido, atravessado pelo que emerge, para se fazer “dessas sínteses de sensações, uma síntese de ação e organização”.

---

<sup>14</sup> Para compreender melhor o cenário de 2015, ver entrevista Giuseppe Cocco:

<http://uninomade.net/tenda/o-capital-que-neutraliza-e-a-necessidade-de-uma-outra-esquerda/>

<sup>3</sup> Ver resenha Bruno Cava: <http://www.quadradosloucos.com.br/4991/maquinico-devir-terra/>

Entretanto, até por esse momento está repleto de “precariedades, incertezas e riscos” existem diversos “efeitos reativos”. Esses efeitos que sempre se repetem na “ (contra História) das lutas”, tentam de certo modo conter as mudanças, os desejos de mutação social:

“Toda vez que um acontecimento abre o porvir, isto conduz a um movimento paralelo de insulamento, de difusão hobbesiana do medo da multidão, de repetição de fórmulas e esqueminhas, de enaltecimento hegeliano dos estados já dispostos (o mal menor que atrasa/prepara o mal maior, o katechon)- tudo isso a serviço de um consenso que passa a conjurar a emergência, a colmatar as fissuras que ela rasga num bloco de poder, a intercalar-se como mediação necessária e segura ante a afirmação do novo. Frequentemente, o consenso conservador, nessas ocasiões, reúne as instâncias constituídas da esquerda à direita do espectro político-ideológico (...)” (CAVA, 2015)

De fato, o “pós-Junho” continua carregando seus dilemas e dissensos pautando os questionamentos sobre nosso panorama social. A situação de insulamento pode tentar ocultar os desejos transbordados pela multidão, mas isso não quer dizer que não existam ou desapareceram. Junho foi e continua sendo um acontecimento de luta por avanços sociais, por uma democracia direta que enfatiza, por exemplo, a não exclusividade do Estado como espaço exclusivo da política. Junho foi um caldeirão antropofágico de subjetividades emergentes, uma explosão de afetos tentando imaginar e praticar uma outra política. Junho proporcionou encontros, conectou coletivos, multiplicou afetos, ocupou ruas, Assembleias, Câmaras legislativas e a própria esplanada dos ministérios. Junho, por um determinado espaço de tempo, baixou as tarifas dos ônibus, destronou o governador do Rio de Janeiro com os gritos de “Fora Cabral”, requalificou as lutas sindicais (como as dos Garis), disseminou a pauta “Cadê o Amarildo? ”, reocupou a Aldeia Maracanã, entre outras efetuações de possíveis.

É verdade que depois o *status quo* reassumiu sua posição preponderante e algumas conquistas foram desfeitas. No entanto, algumas placas tectônicas da política institucional deslocaram-se para sempre. A introdução do livro “Junho-potência das ruas e das redes” marca essa transformação:

“Junho parou máquinas políticas que pareciam imutáveis. Junho teve consequências concretas no sistema político e na multiplicidade de projetos políticos locais que terão presença na política brasileira por décadas. Além disso, Junho afetou de forma irreversível a gramática de produção de consensos, acelerou a reflexão sobre a urgência de uma política mais distribuída, alterou a rota segura e impávida da narrativa desenvolvimentista do crescimento, produziu doses intensas de desenfeitiçamento. Junho emergiu como um dispositivo que quebrou o relato político e social prévio sem destruí-lo completamente. Junho também se insere em

narrativas anteriores, como a de que Junho é pedir para avançar mais a partir do já feito. Mas junho não emerge como uma meta narrativa rígida e categórica. O novo relato é um mosaico de fragmentos, de micro-utopias conectadas, de indignações distribuídas, de sonhos prévios, de novas sensibilidades. A multidão, transbordando as fronteiras do institucional, questionou o consenso, a *realpolitik* do pemedebismo como única política do possível” (JUNHO A POTÊNCIA DAS RUAS E REDES, 2014, pg.15)

Mesmo assim, Junho parece estacionado, coagido, petrificado diante do quadro político-social do país. Há indicações de releituras de Junho, que apontam para possíveis passos institucionais (baseado no cenário espanhol – municipalismo), ciclos de cidadania, reformulações de forças. Há também críticas ao movimento, que observam algumas fraquezas de um movimento pelo próprio movimento descartando as instituições (movimentista) e da própria horizontalidade pela horizontalidade (que recai num lugar de impotência pela pureza – assembleísmo). Hardt<sup>16</sup> se pergunta se as lutas da multidão estariam fadadas a ser fugazes e efêmeras ou seriam na verdade uma força selvagem que só será verdadeiramente reconhecida no futuro (p.08). O enigma permanece.

Nesta perspectiva, passados quase três anos do início das mesmas, será que é possível analisar seus significados? Algo se produziu durante esse tempo que tenha auxiliado uma mudança? Que mudança seria essa? Certamente, não se trata aqui de refletir as implicações macro políticas do movimento e constatar uma vitória ou derrota última. Nem tampouco comemorar de maneira idealista as conquistas dos protestos, apontando para uma transformação radical da sociedade. O Império (NEGRI E HARDT 2000) fez poucas e rápidas concessões e seria um exagero afirmar que se produziu um arranjo revolucionário. Mas como ressalta Michael Hardt, seu resultado não consiste numa vitória objetiva e sim numa mudança no nosso desenvolvimento social:

“As revoltas da multidão inteligente, noutras palavras, constituem uma força criativa que, mesmo que não seja imediata ou diretamente vitoriosa, determinará nos próximos anos os modos e eixos do desenvolvimento social”(HARDT, 2014, pg. 10)

Há, até o momento, poucos trabalhos acadêmicos consolidados sobre as Jornadas de Junho. Porém, já foram escritos diversos artigos, algumas dissertações (feitas ou em andamento), textos e livros, muitos deles potentes em descrever e analisar o acontecimento, pensar o calor das suas consequências e também os motivos por trás,

---

<sup>16</sup>Ver: prefácio “Amanhã vai ser maior – Maldito Junho”

seus significados e amplitudes. É neles que essa análise se assenta, além das múltiplas opiniões, vídeos, filmes e fotos espalhadas pelas redes. Evidentemente, pela curta distância do ocorrido e a dimensão a-histórica do acontecimento, não se tem a pretensão de fazer nada definitivo, ou mesmo sistemático que iria requisitar um outro tipo de pesquisa, de longo prazo, até pelo próprio tempo de maturação necessário para compreender a profundidade e os desdobramentos das Jornadas de Junho que persistem em ressoar. O tema suscita discursos fortes, muitas vezes em tom pessoal, atravessado pelos afetos dos tempos que a pouco foram sentidos na pele, nas ruas, nas ideias, nas redes por milhões de pessoas. E isso é próprio de quem vive o presente, o aqui e o agora.

Ao mesmo tempo, ao me aprofundar sobre as Jornadas de Junho, sob a ótica de certas leituras, pude perceber que também já é possível uma periodização, ainda que incompleta, desse acontecimento. Busquei nas próprias manifestações pontos de inflexão que marcassem uma transformação no desdobrar do acontecimento. Justo aqueles momentos decisivos que definem modificações temporais, alterando a ordem do sentido (o regime de afetos) e o rumo social de uma dada sociedade. Assim, tento estabelecer aqui um desencadear histórico, sobre a ótica do próprio movimento dos protestos, escolhendo alguns destes que simbolizem certas transições. Aqui certas passagens e escolhas são atravessadas por algumas experiências e narrativas limitadas a minha cidade natal, no caso o Rio de Janeiro. Certamente, Junho tem milhares de visões, marcadas por situações regionais, onde o desdobrar do acontecimento se deu em diversas intensidades. Busco contribuir, dentro da minha capacidade, para a miscelânea de narrativas que serão construídas sobre o mesmo.

### **2.3 Uma possível periodização narrativa**

Como dito anteriormente, já havia manifestações contrárias ao aumento do transporte público desde 2012<sup>17</sup>. Em 2013, as Jornadas de Junho já se anunciava em manifestações no mês de janeiro em Porto Alegre, e a partir de maio em Goiânia, Teresina, Salvador e Natal com a #RevoltadoBusão. Todas elas<sup>18</sup> eram reações contra o aumento da passagem do transporte público, em especial dos ônibus. No dia 3 de junho

---

<sup>17</sup>Ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_no\\_Brasil\\_em\\_2013](https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013)

<sup>18</sup>Algumas datas e fatos são extraídos do livro *Brasil em Movimento*, reflexões a partir dos protestos de junho, Organização Maria Borba, Natasha Felizi, João Paulo Reys. Ver Cronologia. Rocco. Rio de Janeiro. 2014

o Movimento Passe Livre (MPL) organiza o primeiro ato contra as passagens de ônibus, trem e metrô de São Paulo. No Rio de Janeiro manifestantes se reúnem em frente a ALERJ, ocupando a Avenida Rio Branco contra o aumento dos ônibus, que havia subido de R\$2,75 para R\$2,95 no dia 1º de junho. Nos dias 6, 7 e 11 novos protestos na capital de São Paulo começam a aumentar de tamanho, ainda convocados pelo MPL. Esses três dias são marcados por um crescente no número de manifestantes e de muita repressão policial.

No dia 13 de junho, o quarto protesto em uma semana, os principais jornais da cidade (*A Folha de S.P* e *O Estado de S.P*) publicam editoriais exigindo uma resposta enérgica do Estado. “Chegou a hora do basta” afirma o “Estadão”, “Retomar a Paulista” decreta “*A Folha*”. O dia é marcado por muita violência policial, com 105 pessoas feridas e 241<sup>19</sup> pessoas detidas pela polícia. Os vídeos são vistos ao vivo por *streaming* e compartilhados de uma forma viral pelos fluxos das redes sociais. A repressão funcionou como um rastro de pólvora e os protestos explodiram pelo país. A violência foi um estopim compartilhado, e a adesão cresceu ainda mais. Uma jornalista da própria Folha de S.P, por exemplo, é ferida no olho, quase a levando a cegueira. Sua foto, com o rosto ensanguentado aumenta ainda mais a comoção pública, circulando rapidamente pelas redes sociais. Os editoriais dos jornais acabam saindo pela culatra. No Rio, a marcha se concentra nas escadarias da ALERJ e seu final já demonstra o surgimento de alguns segmentos dentro das manifestações que serão importantes no desenrolar dos protestos.

No dia 17, cerca de 100 mil<sup>12</sup> manifestantes se reúnem no Rio de Janeiro e 60 mil<sup>12</sup> em São Paulo. A partir dessa data os protestos ganham outra configuração, alastrando sua gama de reivindicações para diversas áreas. No dia 20 de junho, chega-se a falar em 1,4milhão de pessoas na Avenida Presidente Vargas, e 438 cidades registram protestos. Já havia ali muitos poderes querendo influenciar a multidão. A mídia tradicional<sup>20</sup> já começava seu enredo entre um elogio ufanista das vozes “pacíficas” e a criminalização de segmentos dos manifestantes: a dicotomia entre o manifestante “de bem” e os vândalos do mal – encarnado na figura dos mascarados, que ali já ganham a denominação de *black blocs*. De fato, não se pode querer classificar quem estava nas

---

<sup>19</sup>Ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_no\\_Brasil\\_em\\_2013](https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013)

<sup>20</sup>O dia 20 teve também a participação de uma convocatória da grande mídia. Ver capa do jornal “O Globo” dia 20 de junho. Ver: <http://acervo.oglobo.globo.com/>

ruas nesses dias, a multiplicidade e heterogeneidade dos participantes eram irredutíveis a essa polaridade.

Como disse anteriormente, o nome Jornadas de Junho, tem um propósito de simbolizar inúmeras manifestações, destacando o mês de junho, como seu símbolo, o mês auge dos protestos. No entanto, sabemos que ele abrange um tempo bem mais dilatado. O primeiro período, a meu ver, começa em Porto Alegre, dia 27 de março, e encerra-se no dia 20 de junho. Esse período alinha dois eixos de reivindicações: o primeiro foca na questão dos transportes, principalmente os ônibus. Existe assim, uma pauta concreta: a causa mobilizadora (ver legado do MPL<sup>21</sup>) é o aumento dos preços dos ônibus e a humilhante condição do sistema de transporte metropolitano<sup>22</sup>. O segundo eixo é justamente essa abertura proporcionada por esse símbolo, liberando a expressão de diversas pautas, como um álibi que denuncia o todo, que abre nossa “caixa de pandora”, misturando uma quantidade considerável de forças sociais. Nesse sentido, as lutas atravessam os ônibus, e se imbricam por diversos direitos, gerais ou específicos: educação, saúde, gestão FIFA, repressão policial, causas indígenas, culturais, anticorrupção, comportamentais, jurídicas, sexuais (de gênero) etc.

O dia que marca o fim desse período foi talvez o mais improvável de todos:

“Ontem foi o maior protesto da história do país. Em vez de ver TV, as pessoas foram para as ruas com pautas inúmeras e por vezes contraditórias. Aos milhões, querendo participar de alguma forma. Tem gente exigindo saúde, educação, transportes, tem gente falando de corrupção e politicagem, tem ativistas de esquerda, milícias “apartidárias” e a juventude em massa de todos os bairros, tem quem vá pro enfrentamento direto e tem quem se comporta como num carnaval. Há brigas, festas, correrias, cantos, gritos, abraços, raiva, companherismo. É a escola das ruas, onde acontece o imponderável e não tem margem para ingenuidades. Não é zona de conforto pra ninguém. A reação do governo tem sido brutal, nenhuma liderança ou instância consegue atuar, nenhuma sombra de ideia do que fazer (...) A esquerda tradicional está amuada e perplexa: não é como esperavam. A grande imprensa oscila entre o elogio udenista dos caras-pintadas e a criminalização da expressão popular. A polícia faz o que sabe fazer. O quebra-cabeças tem mil peças. Está esparramado no chão e nós tentando ver por onde começar.” (CAVA, 2013, pg. 39)

Às vezes, quando se congrega um número tão grande de manifestantes, grupos antagônicos podem se colidir (a estupidez de movimentos “apartidários” violentos, que agrediram pessoas que levaram suas bandeiras mostrou nossos extremos). Aquele dia foi ambíguo, paradoxal, “monstruoso”. O dia 20 demonstrou também as diferentes faces

---

<sup>21</sup>Para compreender o legado do MPL, ver: “Os Vinte Centavos: a luta contra o aumento”

<sup>22</sup>Ver o texto “O sistema de transporte é mais violento do que a polícia”. A Multidão foi ao deserto. (...)

do país, havia ali mais correntes como sentidos e posturas múltiplas. Acho importante ressaltar a posição da grande mídia, que entre os dias 17 e 20, diante da força das manifestações e do apoio rápido e contundente das redes sociais, decide mudar de postura e “aceitam” as mesmas já dentro da polaridade vândalos e pacíficos. - vide a emblemática mudança de “opinião” do cronista Arnaldo Jabor<sup>23</sup>. A dura repressão policial, de novo, deixou claro como o poder lida com manifestações. Nesse sentido, o dia 20 também mostrou nossas contradições, mas antes revelá-las do que negar em prol de um idealismo constituinte. A meu ver, a democracia deve sempre assegurar divergências e não uniformizá-las para caberem no ideal de algum espectro político.

No dia 20, Cava ressalta que havia forças nos protestos que não deveriam ser negadas e sim convergidas:

“ Não adianta se opor diretamente às bandeiras do Brasil, às palavras de ordem nacionalistas e aos slogans anticorrupção. Isso seria tudo que a extrema-direita mais deseja: apontar os dedos aos Judas dentro das marchas. Em oposição ao manifestante teleguiado e com ideologia, construir a identidade do bom manifestante: apertado, apolítico e comportado. Este se considera cidadão de bem, não gosta de politicagem e só quer que os políticos parem de roubar e façam a coisa certa (...) A pauta anticorrupção, por exemplo, atrai o sentimento de exclusão dos processos políticos, onde nossas riquezas e nossa força são expropriadas nas mãos de poucos. A condenação da classe política, por sua vez, resgata o grito argentino “que se vayan todos”, uma percepção que a esquerda e a direita convergem numa lógica idêntica, diferenciando-se por distintos projetos de gestão do mesmo. ” (CAVA, 2013, p. 33)

Depois desse dia muita coisa mudou e podemos dizer que entrou num segundo período. Certamente a potência liberada pelas Jornadas de Junho forçou a cisão nos arranjos que mantêm a ordem e o consenso social, transformando também a dimensão do tempo. Instaurou-se o momento das oportunidades: Kairósem sua forma vigorosa confluiu as subjetividades em uma sensação de urgência, do devir de ação, numa necessidade de tomar o tempo nas mãos, de sentir o presente possível, aberto. As *máquinas de expressão*(LAZARRATO, 2006)se modularam em outra sintonia, e por um determinado momento histórico, milhões de vozes dissonantes se fizeram ouvir por múltiplos lados. É como se os discursos seguissem fluxos diferentes e, de repente, a política ganhasse uma relevância imponderável nos canais de informação. Nunca se havia escutado tanta gente podendo e querendo falar de política pelas ruas do Rio de Janeiro, nos jornais, nas conversas de família, nas redes sociais etc.

---

<sup>23</sup>Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=298btYwaKJU>

Em artigo<sup>24</sup> publicado no dia 25 de outubro, essa transição é descrita da seguinte forma: “o movimento sensacional de junho no Brasil parece passar por uma fase ambivalente, que pode ser definida por três características: refluxo, difusão e deslocamento. ” (CAVA & COCCO, 2014). Em primeiro lugar, após a explosão das principais manifestações houve certo recrudescimento do número de atos e participantes. As mobilizações de fato se mantiveram em outros arranjos, mas não de forma tão densa: um refluxo se instaurou. A latência do acontecimento, no entanto, ainda repercutia de maneira bem forte no espectro político, transformando a percepção do poder constituído:

“Qualquer coisa de fundamental na percepção mudou: os governos reconhecem nas manifestações um poder formidável, ao mesmo tempo em que os governantes são obrigados a negociar, transigir e sondar lideranças, sem saber muito o que fazer com a novidade” (CAVA e COCCO, 2014, pg.70)

Em segundo lugar, há nesse momento uma expansão na dinâmica das manifestações. Ela se transmuta em outras formas, ganhando características diferentes. Nessa fase, tivemos diversas ocupações e centenas de outros protestos. Há uma difusão no ciclo das manifestações e no desejo de atuação direta, requalificando as lutas:

“Difusão: o movimento multiplica as formas de vida: protestos, assembleias e ocupações dos palácios e câmaras, inclusive em cidades menores. É um processo envolvendo todo o país, contendo todo o arco de reivindicações existentes. Sem, contudo, perder a centralidade da questão dos transportes coletivos. Os protestos criaram uma situação revolucionária, na medida em que imediatamente reforçam e requalificam as lutas, as reivindicações e os movimentos que já existiam. ” (CAVA E COCCO, pg. 70)

Em terceiro lugar, há uma mudança do eixo das mobilizações de São Paulo para o Rio de Janeiro. Um deslocamento do centro de referência, do centro propagador para o resto do país, reconfigurando a continuidade dos protestos. O Rio vira palco catalisador da força de junho. A ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por exemplo, demonstra claramente esse deslocamento não só prático como simbólico. Junho continuava resistindo, se transformando para além de sua forma inicial, multiplicando suas potencialidades.

---

<sup>24</sup> Publicado no site (<http://uninomade.net>) “Queremos tudo: As Jornadas de Junho e a Constituição Selvagem da Multidão”



Podemos dizer que esse período se estendeu até o dia 15 de outubro. Nesse fatídico dia, na data simbólica do “Dia dos Professores”, protestos se espalharam por todo o país. O maior deles, no centro do Rio de Janeiro, que atravessou a Avenida Rio Branco, é bem expressivo: Os professores da rede municipal, em greve há dois meses, marcam essa data para irem às ruas e são apoiados por diversas parcelas da população. Como são quase inexistentes os relatos que tentaram reconstituir a composição desse dia, aqui deixo uma impressão pessoal de quem caminhou de ponta a ponta da avenida. Diferente de outros protestos até então, ali havia uma multiplicidade entre diversos professores ligados a grupos sindicais (como o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação -Sepe), estudantes de todas as idades (universitários e estudantes de ensino médio e fundamental), alguns membros de partidos, *black blocs*, diversos coletivos e manifestantes autônomos. Evidentemente havia outras vertentes, mas talvez o que mais me impressionou foi a força de uma devir-educação que emanava entre os manifestantes e a potência convergente dessa pauta.

Até chegar na Cinelândia havia uma convivência poderosa entre os que ali caminhavam. Desde o dia 20 de junho, uma parcela considerável daqueles que tinham ido às ruas, estavam esperando por algo que os unisse de novo. Até porque a repressão que ocorrera naquele dia, havia assustado uma parcela naqueles que queriam protestar nas ruas. Evidentemente, nesse dia o número de pessoas foi bem menor, mas com uma configuração também multitudinal. Os professores, nesse meio tempo, já estavam unidos em torno de seus direitos. Não havia lideranças específicas, ou nenhum carro de som referência para puxar os gritos da multidão e sim uma conjunção subjetiva que respondia ou não a gritos puxados pelos manifestantes. Claro, não estou dizendo que não havia grupos formados ali dentro com intuitos próprios – até já mencionei o sindicato dos professores - e sim que apesar de existirem algumas pautas levantadas por eles ( melhoria salarial, melhores condições de trabalho) aquilo que aglutinava os protestos, a meu ver, parecia transbordar a energia expansiva dos milhares de desejos abertos por Junho, e ao mesmo tempo contemplar com ênfase as questões ligadas à educação, não só no estado do Rio, como do Brasil.

Após a marcha chegar a Cinelândia, o clima mudou drasticamente. Já circulava pela mídia e pelo boca-a-boca que a polícia militar, alinhada com o governo e a prefeitura (dentre outras forças) se preparava para reprimir aquela manifestação com veemência. Um aparato policial havia circundado a Cinelândia. Essa altura das Jornadas de Junho, já era mais do que evidente que a presença de *black blocs* era vista como um

alvo a ser combatido pela polícia. A grande mídia, que até agora pouco mencionei, teve um papel fundamental para a construção da imagem de um inimigo a ser combatido, naqueles elementos que representariam um perigo, um “mal” a reprimir e certamente um símbolo (usado quase como um álibi) para criminalizar as manifestações. A partir da divisão entre manifestantes pacíficos e os violentos, instrumentalizaram uma polaridade que acabou como tencionar os protestos. Aqui não caberia fazer uma análise sobre os *black blocks*, só um adendo para situar essa dissertação em um outro polo.

Em primeiro lugar, os *black blocks* não são um grupo organizado e sim uma tática que se define por proteger manifestantes da violência policial e em certos momentos atacar símbolos do capitalismo. Foi desenvolvida na Alemanha, como uma forma de resistir a repressão policial e mostrar através de quebras de agências bancárias, por exemplo, sua revolta diante da conjuntura política global (presença marcante em alguns protestos “alterglobalização”). Certamente uma expressão radical de uma insatisfação, mas que existe como algo que nasceu pela repressão violenta e sistemática das forças policiais em protestos mundo afora. Não entrarei aqui num juízo de valor sobre eles, até porque sei de como essa questão foi e será sempre associada aos protestos como um bloqueio normativo, que deseja criar um consenso de medo e criminalização de protestos.

De volta ao dia 15 de outubro, em plena Cinelândia, a polícia é novamente a primeira a incitar a violência. Após o término da passeata, os que ali permaneceram foram forçados a saírem após uma série de bombas de gás lacrimogêneo ser lançadas. Nesse dia, já havia um intuito de uma repressão ainda mais violenta. Os PM’s circundaram a praça, com uma determinação pré-concebida, com um plano traçado de acabar com qualquer foco de resistência. Não por acaso, diversos manifestantes foram presos, 70 no total, enquadrados na lei 12.850 (sancionada pela presidenta Dilma Rousseff no dia 2 de agosto). Dois dias depois, o jornal “O Globo” publica uma capa com a manchete: “Lei mais dura leva 70 vândalos à prisão”, debaixo da retranca “Crime e Castigo”. O mesmo estampa fotos de alguns ativistas, ainda na capa, traçando seus “perfis” com frases bizarras para representá-los, como do ativista Rodrigo Azoubel, com o título “Engajado e baleado”, do ativista Bahiano, chamado de “Maconhão” e da ativista Elisa Quadros, chamada de “Sininho do Barulho”. Em cima das fotos, apresentam um bordão “Sem máscaras”.

Não é necessário dizer o nível de arbitrariedade e parcialidade que pode chegar esse jornal. Só mencionaria que nenhum dos três citados usava máscara durante o

protesto e a maioria desses presos era de estudantes, e alguns deles participantes do “Ocupa Câmara Rio”. Na verdade, já eram pessoas visadas pela polícia e pela mídia por suas atuações nas manifestações, até porque passado meses do início dos protestos de rua, pelo menos no Rio, já havia um histórico de lutas. Naquele dia, esses mesmos ativistas tiveram a ousadia de permanecer sentados pacificamente nas escadarias da Câmara Municipal, mesmo que tenha sido forçado à um toque de recolher de P.M, quando deixaram a praça completamente branca, numa densa neblina de gás lacrimogêneo. Os camburões da polícia militar se aproximaram e fizeram o que já havia sido previsto. O acampamento do “Ocupa Câmara Rio” foi posto abaixo sob protestos daqueles que ali resistiam. Bruno Cava, narra assim esse momento:

“É a presença da própria polícia que tem disparado os circuitos de violência nas manifestações. Por exemplo, na manifestação de 50 mil no Rio, no 15-O, no final da marcha os manifestantes ocuparam pacificamente a praça da Cinelândia, com presença dos professores em greve, movimentos sociais, ativistas dos mais diversos coletivos, e pessoas de máscaras vestidas de preto. A polícia sitiou a praça fechando todas as saídas e, quando alguns grupos resolveram se movimentar para sair do cerco, ela começou um ataque maciço contra a manifestação como um todo. A alegação posterior, divulgada na imprensa, era que os “black blocs” estariam rumando para depredar a ALERJ. Ou seja, a polícia teve que usar a violência contra a manifestação para evitar a violência, numa lógica busheana de “ataque preventivo. O que faltou explicar é porque os ditos “black blocs” iriam vandalizar o prédio da ALERJ se, nesse dia, não tinham sequer arranhado a desprotegida Câmara dos Vereadores na Cinelândia, que era precisamente o foco dos protestos dos professores”. (CAVA, 2013, pg.143)

Após essa noite, outro período se inicia. A repressão se torna mais escancarada, os ativistas são perseguidos nas redes e nas ruas, as manifestações diminuem drasticamente. Há certo clima de apreensão no ar. Há motivos claros para isso. No dia 20 de dezembro, o Diário Oficial da União publica uma nota do Ministério da Defesa estabelecendo normas de atuação das Forças Armadas em operações de “Garantia da Lei e da Ordem”. O documento qualifica como “Forças Oponentes” todas as “pessoas, grupos de pessoas ou organização cuja atuação comprometa a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio” e “prevê o uso de tropas militares nas ruas para impedir “ameaças à ordem pública”. Evidentemente, diversos setores protestam contra o documento, sabendo que o mesmo abriria caminho para a criminalização de movimentos sociais e atuação do Exército na repressão dos protestos.

Já em 2014, as passagens de ônibus de diversas cidades que haviam sido reduzidas (a maioria foi baixada em Julho de 2013) voltam a aumentar. No dia 6 de fevereiro, em manifestação contra o aumento das passagens no RJ (que seria confirmada no dia 8 de fevereiro), um rojão atinge o cinegrafista Santiago Andrade, da emissora de televisão Bandeirantes. O estudante Fábio Raposo admite ter manuseado o rojão, e outro estudante, Caio Silva de Souza é preso por ter acendido o mesmo. A situação é um verdadeiro balde de água fria em uma já fragilizada relação da opinião pública com as manifestações. Não é necessário ressaltar que após o ocorrido há uma verdadeira campanha contra os protestos, na repetição constante da expressão vândalos pela mídia hegemônica. É importante notar que já haviam morrido outros manifestantes durante os protestos no Brasil, vítimas da ação direta<sup>25</sup> ou indireta da Polícia Militar, que quase não foram noticiadas pela imprensa.

O ano era de Copa do Mundo e o governismo preparava seu arsenal repressivo contra possíveis protestos. Um dia antes da abertura dos jogos, dia 11 de Junho no Rio de Janeiro, dez ativistas são presos por policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), por possível envolvimento em atos de violência em protestos, que nunca foi confirmado oficialmente. Um mês depois, dia 12 de julho, numa operação denominada “Firewall 2”, 17 ativistas são presos e tem suas casas vasculhadas. São apreendidos panfletos contra a copa, revistas e bandeiras de movimentos sociais. A OAB e a Anistia Internacional condenam a operação como atos de intimidação para impedir protestos durante a Copa. No dia 18 de julho, outros 23 ativistas são presos aceitando denúncia do Ministério Público acusados de associação criminosa armada. O grupo teria objetivos declarados, e seria uma “organização de protestos e difusão de ideias que contestam o status quo vigente”. Cinco dias depois o desembargador Siro Darlan concede habeas corpus aos 23 ativistas, questionando a DRCI e a legalidade desse ato. No dia 26 de agosto, o tribunal de justiça do Rio confirma a condenação em primeira instância do morador de rua Rafael Braga, preso desde o dia 20 de junho de 2013, sob a acusação de porte de material explosivo, que ao que tudo indica era apenas uma garrafa de pinho-sol. Rafael Braga é o único a permanecer preso até o momento, sem provas de seu envolvimento em qualquer ato criminoso ligado aos protestos.

---

<sup>25</sup>Ver: ([www.vice.com/pt\\_br/read/quem-morreu-nas-manifestacoes](http://www.vice.com/pt_br/read/quem-morreu-nas-manifestacoes))

Não caberia aqui discutir as relações jurídicas de cada caso e as forças envolvidas nessas decisões. Cito esses eventos, dentro de um contexto mais amplo de fatos em 2014, com o intuito de construir as características desse período das Jornadas de Junho. As operações policiais serviram ainda mais para esvaziar e criminalizar as ruas, justo no momento em que as eleições gerais se aproximavam e o país estava em plena evidência em todos os noticiários devido a realização da Copa do Mundo. A trágica goleada levada pela seleção brasileira vai logo coincidir com o terrível cenário pós eleições de 2014. O Brasil definitivamente enxerga seu próprio abismo e a visão do fundo não é nem um pouco bela. Depois das eleições e manutenção do governo, entramos num período complexo que se estende até o atual momento. Aqui seria impossível descrevê-lo. Nesse sentido, poderíamos dividir as Jornadas de Junho da seguinte forma. Uma cronologia bem simples, mas que ajuda a dividir o modo como as manifestações se desenrolaram e o próprio movimento das Jornadas de Junho. A divisão consiste em 4 períodos:

- 1- Janeiro de 2013 até o dia 20 de junho de 2013
- 2- Do dia 21 de junho até o dia 15 de outubro de 2013
- 3- Do dia 15 outubro de 2013 até o período eleitoral
- 4- Eleições em diante

#### **2.4 A tentativa de desconstrução das Jornadas de Junho pela polaridade**

Perpassando os períodos descritos acima, a desconstrução em torno das Jornadas de Junho é cada vez mais evidente. Por um lado, grupos ligados ao governismo apresentam a possibilidade de saírem como vítimas e saem ao ataque. A filósofa da USP, Marilena Chauí, em artigo publicado<sup>26</sup>, descreve com desdém as manifestações, partindo do movimento na cidade de São Paulo. Afirma que a convocação pelas redes se assemelhou aos procedimentos midiáticos e as mesmas, por isso, seriam indiferenciadas: “poderia ser para um show da Madonna, para uma maratona esportiva etc., e calhou ser por causa da tarifa do transporte público”. Apontou também para certa espetacularização, pontualidade e desestrutura constitutiva:

---

<sup>26</sup>Matéria escrita pela filósofa no site: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>.

“Tem a forma de um evento, ou seja, é pontual, sem passado, sem futuro e sem saldo organizativo porque, embora tenha partido de um movimento social (o MPL), à medida que cresceu passou à recusa gradativa da estrutura de um movimento social para se tornar um espetáculo de massa. (Dois exemplos confirmam isso: a ocupação de Wall Street pelos jovens de Nova York, que, antes de se dissolver, tornou-se um ponto de atração turística para os que visitavam a cidade; e o caso do Egito, mais triste, pois, com o fato de as manifestações permanecerem como eventos e não se tornarem uma forma de auto-organização política da sociedade, deram ocasião para que os poderes existentes passassem de uma ditadura para outra). ” (CHAUI, 2004, pg.2)

Destituir as manifestações a algo meramente pontual, sacramentando tanto sua falta de passado e sua impossibilidade de futuro é desviar o olhar para uma série de antecedentes históricos e reflexões sobre a própria natureza do fenômeno. Usando um Guy Debord às avessas, Chauí parece resignada a desqualificar essas experiências, num tom pejorativo, sepultando-lhes qualquer destino. Se em sua crítica, é destilado um temor de quem pertence ao âmbito governista, de quem mede, com medo, suas consequências, ainda sim soa absurdo negar-lhe qualquer futuro.

Um dos maiores questionamentos em relação às Jornadas é sua falta de objetividade, de organização, de concretude. Parece irracional esperar uma vitória pragmática de uma manifestação que não tinha apenas um fim, um *télos* final. Sim, a questão dos transportes era uma pauta específica, não só importante como disparadora de todo o acontecimento. Mas sabia-se que o que estava em disputa era mais do que os vinte centavos (apesar da sua importância). A questão dos ônibus aglutinou todo um arco de indignação e conseguiu relacionar diversos segmentos sociais. A evidente falta de qualidade dos transportes públicos em contraste com o aumento do seu preço era uma realidade que precisava ser questionada, pela pauta em si e pelo que ela conseguia questionar.

Era esse o grito ao intolerável, de um sistema mais amplo, que não se reduz aos ônibus, mas nele encarna sua luta. A luta por circulação da cidade, pelo direito à cidade. Uma luta que é múltipla e ao mesmo tempo carrega uma centralidade. Foi por isso que a mesma não impediu a proliferação de outras pautas e questões relevantes, imbricadas ou não com as reivindicações levantadas inicialmente pelo MPL. Vale ressaltar que as manifestações não foram organizadas pelo MPL, apesar de sua extrema relevância na mobilização, até pela sua estrutura de ação autônoma e ligada as novas dinâmicas de movimentos sociais em âmbito mundial. Nesse sentido, Junho não teve uma

organização centralizada ou personificada por algum segmento, mas ao mesmo tempo mobilizou uma quantidade de pessoas impressionantes. As redes mostraram, enfim, seu poder no Brasil.

Ao pensar a dinâmica das manifestações e como elas se modularam é impossível não fazer uma associação com o próprio modo de organização das redes. Elas parecem funcionar como um sistema rizomático (DELEUZE, 1992), de maneira descentralizada, fluida, sem se prender a nenhum nó, a nenhuma fonte primeira. A falta de matriz, de ponto central, é sua força mobilizadora, já que não depende de nenhuma emanção específica (CASTELLS, 1999). Surge da confluência dos multipontos que a compõem, dos compartilhamentos que viraliza, das múltiplas subjetividades que a formam. Em 2013 essa dinâmica se tornou bem clara: mesmo que os eventos convocatórios tenham sido divulgados a princípio pelo MPL, depois do dia 17 foram muitas as fontes de indivíduos e coletivos que fizeram suas chamadas.

A organização que tomou forma ao nosso presente é fruto de uma série de problemáticas e renovações. Estas envolvem um questionamento profundo sobre nossas representatividades, deslocando e ao mesmo tempo multiplicando o campo das lutas (COCCO, 2014). São reações orgânicas ao tempo histórico, que se fazem encontrar pelas redes e desbravam outras potencialidades de organização tanto no espectro virtual, quanto no real. O uso cada vez mais difundido de suas ferramentas alastra as conexões em dimensões assimétricas e imprevisíveis e, ao mesmo tempo, objetifica uma transformação no campo social de forma clara. As Jornadas de Junho carregam esse uso, inédito em sua proporção, das redes sociais e de diversas tecnologias, que já estavam se intensificando a algum tempo.

Nunca se viu tantas formas de registrar e propagar o que acontecia: a quantidade era proporcional à difusão dos meios e isso foi uma de suas tônicas. Mas isso não pode ser visto como nenhuma “mistificação” ou algum tipo de aversão tecnológica, como expressa Chauí:

“(…)assume gradativamente uma dimensão mágica, cuja origem se encontra na natureza do próprio instrumento tecnológico empregado, pois este opera magicamente, uma vez que os usuários são, exatamente, usuários, e portanto não possuem o controle técnico e econômico do instrumento que usam – ou seja, desse ponto de vista, encontram-se na mesma situação que os receptores dos meios de comunicação de massa. A dimensão é mágica porque, assim como basta apertar um botão para tudo aparecer, assim também se acredita que basta querer para fazer acontecer.” (CHAUÍ, 2014, pg.4)

O uso tecnológico em massa carrega seus dilemas, e os conflitos são inerentes a qualquer mediação. Certamente é um campo que passa pelas formas de controle contemporâneas, mas levam em si muitas potencialidades. Uma delas é justamente o inverso do que pensa Chauí. Os usuários das redes sociais possuem sim algum controle sobre os meios (não o controle econômico) sendo os próprios geradores dos seus fluxos informacionais. O instrumento é justamente o uso de computadores, de câmeras e qualquer aparato ou informação que facilite a troca e o contato social. Não são meros receptores e sim formuladores de seus conteúdos, através de *posts* e compartilhamentos. Sua mobilização é feita numa dinâmica outra, compreensível num tipo de modulação *peer to peer*, das conexões rizomáticas das redes, nos processos de autoconvocação, que não é reduzido a uma fonte específica, em algum tipo de “botão” que faz tudo aparecer.

As plataformas e tecnologias digitais foram fundamentais e não foram nenhum passe de mágica. O meio continua sendo a mensagem, e nesse ímpeto da rua, se fortaleceu a necessidade de criar espaços mais autônomos, afastado das vertentes da tradição midiática. Uma mídia que narrasse a experiência por dentro, uma mídia que pudesse ser mediada por qualquer um, com toda a parcialidade subjetiva, nos fluxos de opinião tão presentes nas redes sociais. Aqui, novamente, cheia de tensões e problemáticas que não se reduzem a nenhuma exaltação ou negação simplista. Sabemos também a participação da grande mídia buscando construir sua própria narrativa e disputando as ruas, evidentemente defendendo uma representação social que a interessa. E também dos interesses que circundam certos formadores de opinião e coletivos que desejam se contrapor ao hegemônico para estabelecer outras formas de poder similar, ou mesmo servir uma outra fonte de hegemonia, só que concorrente.

Afinal, as redes também serviram a favor da repressão nos próprios protestos. Marcelo Castañeda, em texto publicado<sup>27</sup>, afirma: “Vale atentar que os imbricamentos sociotécnicos não se verificam apenas do lado de quem se indigna e se manifesta. O aparato repressor também faz uso dele.” (CASTAÑEDA, 2015, pg.110) A guerra pelo uso tecnológico é posta de forma direta: “ Um aspecto sintomático da importância das tecnologias da internet pode ser visto na atitude das polícias de confiscar telefones celulares dos manifestantes ou de procurar suspeitos em *sites* de redes sociais”. (Idem)

Entretanto, não se pode negar que a quantidade de câmeras gerou um substantivo aumento dos vídeos e potencializou a capacidade de se gerar notícia e

---

<sup>27</sup>Ver livro “Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou.”, Marcelo Castañeda,( As manifestações de 2013: imbricamentos sociotécnicos e perspectivas , pg. 110)



informação. As redes são virais em propagar todo tipo de conteúdo (vídeos, fotografias, notícias, crônicas, *posts*) e com a disponibilização dessas plataformas sociais proliferou-se a quantidade de coletivos de produção independente. Na velocidade do acesso a celulares, cada vez mais equipados com câmeras e internet, muitas pessoas se juntaram em causas comuns, compartilhando e dividindo as ruas. Nesse sentido, criou-se um espaço híbrido, um imbricamento sociotécnico (CASTAÑEDA, 2015), no qual não há uma separação *online e offline*, não há uma separação estanque entre as redes e as ruas.

O controle econômico e a relação entre o receptor e o meio são mais complexos do que essa visão de uma indústria impositiva, que rege sua vontade de cima para baixo sem nenhum tipo de resistência ou contraposição. Claro, o *Facebook*, por exemplo, é uma empresa privada que tem controle sobre esse meio, é dono da ferramenta. Mas ele depende exclusivamente de seus usuários para fazer valer sua dinâmica, seu valor. O *Facebook* está na ponta de um parasitismo dos fluxos no atual paradigma do capitalismo cognitivo: “ele é de graça, e não nos paga” (COCCO, 2015). Essa afirmação se baseia no pressuposto que todo seu valor de mercado está na sua capacidade de se apropriar da nossa produção de conteúdo, da capacidade de capitalizar em relação a quantidade de usuários. É justamente nesse ponto que incide seu paradoxo e está na própria contradição do atual capitalismo. Ele confere uma possibilidade de uso de algo potente, que pode ser usado de diversas formas. Tanto para uma indústria cultural enorme e difusa, quanto para diversas formas de divisão de grupos, coletivos e amigos.

Em certa medida, a vazão dessas trocas, desses contatos virtuais é como aquele gás que escapa ao controle (DELEUZE, 1989), abrindo canais para a própria contestação social. No entanto, até por ser um meio recente, as formas de controle ainda são incipientes e talvez até por isso as Jornadas de Junho tenham acontecido em suas proporções. Toda dinâmica de visibilidade se insere nele, em grande medida os próprios contatos de trabalho e de família são fontes de possíveis repressões. Além disso, há algum tempo, o *Facebook* tem dificultado a proliferação de seus conteúdos ao reduzir os algoritmos de compartilhamento e outras sutis formas de controle e provavelmente isso será expandido em outras formas no futuro. Existem hoje diversas outras redes sociais que se contrapõem ao próprio *facebook*, como *loreia*, *exodus* etc. De qualquer maneira, não possui qualquer ligação com a ideia de magia e de uma vontade “que basta querer para acontecer”. O querer certamente é importante, e talvez ele sempre esteja ali latente, só precisando mesmo de uma forma, de um meio para se realizar.

Por fim, M. Chauí ainda se utiliza de velhos axiomas teóricos, para inverter a perspectiva das manifestações:

“a recusa das mediações institucionais indica que estamos diante de uma ação própria da sociedade de massa, portanto indiferente à determinação de classe social; ou seja, no caso presente, ao se apresentar como uma ação da juventude, o movimento assume a aparência de que o universo dos manifestantes é homogêneo ou de massa, ainda que, efetivamente, seja heterogêneo do ponto de vista econômico, social e político, bastando lembrar que as manifestações das periferias não foram apenas de “juventude” nem de classe média, mas de jovens, adultos, crianças e idosos da classe trabalhadora.” (CHAUÍ, 2015, pg.5)

A “sociedade de massa” nem de perto se assemelha à composição das manifestações. De fato, elas são heterogêneas, (eram muitos jovens, mas certamente havia diversas pessoas de diferentes idades) mas nunca se pretenderam passar por uma representação de uma juventude única e indiferente. Não havia homogeneidade e a recusa era justamente a estas mediações de liderança, que pretendiam fazer delas uma massa de interesses únicos. Eram e buscavam reivindicar suas múltiplas autonomias, tanto que ocorreram em diversos segmentos e classes sociais, numa dimensão plural que perpassou o país. Sua relação levantava questões locais, de diferentes juventudes e da própria classe trabalhadora. Claro, com diferentes prerrogativas, discursos, necessidades. Atravessadas em laços assimétricos, como nas redes.

O discurso anti classe média é carregado de um preconceito teórico antigo e a desqualificação da “juventude” como sendo aquela que merece aspas, demonstra além de uma desinformação do perfil dos manifestantes, um repúdio caricato daquelas supostas manifestações que seriam legítimas. As massas trabalhadoras com os jalecos dos sindicatos ou dos partidos, numa mesma frente e com o mesmo ideal e uma mesma cor. A mistificação está aí, em esperar uma forma mórfrica simétrica, uma convergência total de vontades, e não a diferença de desejos, disputas, classes associadas em diversas modulações e variantes. Para não dizer que houve avaliações mais pertinentes por parte da esquerda, ressalto a avaliação de André Singer<sup>28</sup>, bem mais relevante e assertiva em vários pontos. Apesar de não conseguir visualizar que a “classe média pós-materialista” não é necessariamente de variações de “centro” e sim que é ampla e avessa a taxações e rótulos. Insiste na ideia de um proletariado que teria ficado à deriva de suas vontades, mesmo quando analisa os cruzamentos plurais do espectro político ali representados. O

---

<sup>28</sup>Ver: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003)

proletariado, como tipo social é ainda reminiscência do pensamento dualista que caracteriza uma visão antiga das dinâmicas sociais metropolitanas:

“Com as evidências atuais não é possível afirmar para que lado pendeu o novo proletariado. Tanto pode ter havido uma compreensão de que os problemas postos só poderão ser resolvidos com gastos sociais do Estado, como pensa a esquerda, quanto uma adesão à noção contrária, defendida pela direita, de que só o combate à corrupção (da esquerda) pode levar a uma maior produção de riqueza. Mas também é plausível ter havido uma simpatia pela ideia de que a solução dos problemas sociais brasileiros passa por maior participação social e uma redução do Estado, como quer o centro pós-materialista. Até mesmo uma divisão entre as três correntes é imaginável.” (SINGER, 2013)

Vale ressaltar também que não era só a classe média que foi às ruas: “uma parte considerável é oriunda de camadas populares e grupos sociais discriminados, para os quais a alimentação, as bolsas estudantis e a democratização do transporte são, de fato, necessárias, e condições para sua produção”<sup>29</sup>. Cava expõe essa relação:

“Em vez de abandonar por um momento os cálculos eleitorais e as certezas por assim dizer “epistemológicas”, e buscar compreender o vulcão social nas bases das manifestações; parte da esquerda simplesmente tratou de negar a realidade, exilando-se em certezas antigas e prendendo-se a esquemas interpretativos que o próprio tempo histórico rasgou em pedaços. Parte da esquerda foi não somente dogmática, como também neurótica, ao acusar com virulência tudo aquilo que não podia entender (e controlar). A esquerda aproximou-se da direita sem cerimônia. Uma reação tipicamente ocidental e colonialista, que impinge ao Outro desconhecido a pecha de irracional, do perigoso, do que “pode ser pior do que o poder existente” (eles mesmos!)” (CAVA, 2014, pg. 16)

Se a postura governista se desenha na perspectiva construída pela M. Chauí, e é usada como uma maneira unilateral por segmentos da esquerda brasileira, setores da direita também buscam desconstruir Junho, mas por outro viés. No começo, sem saber como controlar os protestos, buscam enquadrar os manifestantes na polaridade manifestantes pacíficos (de preferências patrióticos) x vândalos (*black blocs* ou vermelhos). A grande mídia tem papel fundamental nessa dicotomia e na criminalização desse último, insistindo constantemente nessa divisão. Com efeito, impulsiona pautas ligadas a aspectos morais e jurídicos. Insistem nas pautas anticorrupção e se dirigem principalmente contra o governo do P.T, simbolizados na figura da Dilma e Lula. Após as eleições, há certamente uma guinada dos protestos em direção a estas pautas (essa vertente jurídica), deixando de lado diversas outras demandas da multidão de Junho. O

<sup>29</sup>Ver livro “Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou.”, Alexandre do Nascimento(Ações afirmativas e jornadas de junho: tudo a ver!, pg. 102)

país sai das urnas dividido entre um PSDB de Aécio Neves e o P.T de Dilma Rousseff, com uma margem de diferença de votos muito pequena.

Nesse meio tempo, a nova direita começa a trocar de roupa<sup>30</sup>. Eles também ganham as ruas em outros trajes. O modelo verde-amarelo, em defesa da “nação”, ganha força. Movimentos como Movimento Brasil Livre (MBL), numa clara tentativa de associação com a sigla do MPL (Movimento do Passe Livre), saem nas ruas tentando imitar os novos movimentos sociais, mas com outro intuito. A figura de Kim Kataguri como líder é emblemático de um arranjo forçado e financiado por alguns oportunistas<sup>30</sup>. Aqui é importante fazer uma ressalva: os manifestantes que saem com bandeiras brasileiras não são todos de direita estritamente falando, e nem a pautas anti-corrupção são da direita. Mas a unificação dessa estética verde-amarelo, sob essa perspectiva única, trouxe para as ruas diversos setores ligados ao conservadorismo político, com as velhas retóricas do neoliberalismo. (A mais recente parece se pautar na dicotomia populismo x liberalismo).

## 2.5 A Esfinge não é bipolar

Avesso a estas limitações duais, busco pensar as Jornadas de Junho por outro viés. A meu ver, sua emergência apontou para outros campos semânticos, não tendo um foco ou direcionamento específico. Foi como a força da esfera constituinte, sua existência fundamental: “O movimento não representou nada e ninguém, ao passo que, por um tempo mais ou menos longo, elas expressaram tudo e constituíram tudo” (...) Semelhante, assim, a um “terceiro Estado”: é tudo, não representa nada, quer e deve se tornar algo.<sup>31</sup>(COCCO, 2014, pg.169). A existência das manifestações se deu justamente por essa falta de líderes ou grupos condutores<sup>32</sup>: o fundamental era a liberdade de cada um ali ser um agente político, de representar suas próprias ideias e atitudes, abrindo brechas para uma maior participação da população, independente da experiência ou ideologia política. Se havia uma crise da forma partido, da representação, da figura do político não se pode dizer que o movimento era anti-político, ou qualquer derivação nesse sentido.

<sup>30</sup>Ver: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>

<sup>31</sup> Referência a Emmanuel Joseph Seyès. *Qu'est-ce que Le Tiers État?* [1970]. In: Emmanuel Joseph Sieyès. *Écrits politiques* (Roberto Zapperi, org.). Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 1985.

<sup>32</sup>Não está se negando a importância do MPL, mas os mesmos por serem um movimento de origem nova, nunca quis ser o condutor de nada, e sim foram abertos a quem se aglutinava.

Representava diferentes esferas políticas, para além de uma pragmática coesa. Era fruto de uma participação efetiva e afetiva pela cidade, daquelas forças desejosas por uma nova relação com a cidade e com o país, encarnadas em outros modos de existência. Era certamente diferente em seus arranjos, reinventando seu estar no mundo, seu estar na rua e fazer sua presença manifestar. Numa espécie de caos criativo, onde a ousadia de compartilhar o espaço público irrompe nessa necessidade de liberdade. Marcus Reis Pinheiro<sup>33</sup>, descreve essa sensação:

“Junto ao desejo de ir para a rua veio a liberdade de estar presente no mundo de outras formas, a liberdade que legitima o imprevisto, a criação de espaços novos, de uma nova geografia urbana que absorva modos ensaísticos de existência. Veja bem, em toda tentativa de criação de novas identidades, de novas modalidades de reconhecimento e compartilhamento do espaço público, aquilo que era costumeiro e normativo entra em xeque, é desafiado, e a ousadia dos espíritos livres ensaia novas formas de ocupação. Acredito que o que mais temem os agentes repressores (presente em várias instâncias capilares, dentro e fora de nós) é a irrupção do desejo, sempre ensaístico, sempre improvisador, sempre buscando as novas formas de manifestar e usufruir a existência”. (REIS PINHEIRO, 2014, pg. 378)

Acima de qualquer questionamento em relação a sua composição, Junho foi também um sonho de juventude (que não se relaciona com idade necessariamente), mas não o sonho de ingenuidade encarnada como uma deficiência de uma massa jovem desinformada e apolítica. Certamente pulsava mudanças, acreditando que o poder poderia ser outro, e sociedade podia mais, pedia por mais. Para além de qualquer causa, de qualquer direito, Junho foi a explosão de uma luta biopolítica. Uma luta pela vida, pela liberdade de ser. Foucault define assim essa relação, mas pensando a política na contemporaneidade:

Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O ‘direito’ à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o ‘direito’, acima de todas as opressões ou ‘alienações’, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse ‘direito’ tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania. (FOUCAULT, 1988, p. 158).

Além disso, a política que emergiu não aceitava o papel de antagonista, como aquela geradora do caos, da desordem pela desordem. Ela irrompeu também como um testemunho de positividade, de esperança não por algo pior e sim pela luta por

---

<sup>33</sup>Entrevista 30/11/2013 “Emergência de algo novo” em “Brasil em movimento- reflexões a partir dos protestos de Junho”

dignidade, por expansão, por bios, por vida. Teve, em alguns momentos, um clima de ritual, como uma procissão circense que ri dos poderes. Da sátira que dança, carnaliza, faz piada com essa grande fábula que nos envolve. O Brasil, país do futebol, que estava se preparando para a Copa do Mundo, jogando a Copa das Confederações, fez uma festa para poucos convidados. As ruas fizeram outra, dando nome aqueles que vivem e morrem nas periferias, como no caso Amarildo. Teve, em outros momentos, a fúria de uma revolta contra o intolerável, uma insurgência contra o poder constituído. Os mesmos que estavam proibidos de entrarem nos estádios, cada vez mais privilégio dos poucos que conseguem pagar seus ingressos. Eram gritos de uma *cidade menor* que queria ser ouvida:

“A *cidade menor*, criativa, produtiva, alegre, inovadora de corpos desejanter em expansão se insurgiu contra a cidade maior, autoritária, prepotente e individualista, com seus megaeventos e projetos neodesenvolvimentistas e funcionalistas. A *cidade menor* se insurgiu para afirmar a vida. (Rociclei Silva, “A força de Jô nos levantes de Junho”, pg. 75)<sup>34</sup>

Nesse sentido, Junho foi e continua sendo um acontecimento. São muitos os motivos e causas da sua eclosão – talvez no seu auge aquele sentimento oceânico: “Tem tanta coisa errada que não cabe nesse cartaz”<sup>35</sup>. Um acontecimento, que nos fez perceber nação, o colosso de nossas proporções e problemas: 12 milhões de pessoas nas ruas gritando nossas próprias injustiças. Várias cidades, várias histórias e cenários sociais diferentes. Micro implicações que se conectam a macro consequências, efeitos e causas distintas convergindo ou se diferenciando. Junho, no seu limiar, não fez “correlação de força”, não mediu suas atitudes diante de qualquer status de segurança, de uma *realpolitik* consensual, não teve o “bom senso” de aceitar o mal menor. Disse o que todos sabiam: o Brasil precisa de mais.

Nas ruas, a multiplicidade de indivíduos e coletivos, se reuniam pelo direito democrático ao dissenso, a contestação (COCCO, 2015, pg. 14). Ali foi também uma deliberada vontade de por fim a festa dos poucos: do porto maravilha das remoções, das exigências colonialistas da FIFA, da festa das empreiteiras, dos conchavos do governismo, da elitização dos grandes eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) e seus impactos para a cidade. Era a negação da conveniência dos jogos institucionais, da falácia que política é monopólio do Estado, que nossa participação é só pelo voto, nessa

<sup>34</sup> Texto retirado do livro “Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou”

<sup>35</sup> Cartaz de um manifestante na Avenida Rio Branco durante as passeatas

sensação de que está tudo comprado, corrompido. Máfias associadas tanto no público quanto no privado. É só pensar em quem tem o domínio de poder no Rio, um quadro institucional complementemente corrupto, em várias vertentes criminosos.

Entre segmentos do Estado e o mercado, os mesmos jogos de poder, os velhos esquemas de dominação. Não quero dizer com isso que todos estão no mesmo barco. Entendo que existam distintas participações e posições políticas, e não estou também negando nem o Estado e nem o mercado, até porque eles estão cada vez mais imbricados. Tanto o Estado, em certa medida, está virando um mercado, como o mercado faz também, em outra medida, papel de Estado. São associações que fazem qualquer retórica dualista ser rechaçada. Evidentemente, essas ligações não são simétricas e nem condenam esses dois lados – são duas forças que sempre existiram. São realidades que precisam ser moduladas e entendidas para uma justiça e equilíbrio social, dentro de uma democracia. Há ainda muitos que:

“(…)só conseguem enxergar o mundo em duas cores: ou o Estado—que remete ao socialismo—ou o mercado—que remete ao neoliberalismo. A *sociedade*, que não é Estado nem mercado liberal, no entanto, despertou e mostrou seu rosto em 2013. Ela não é monolítica nem utilitarista, nem conservadora nem progressista, mas múltipla e indomesticável. Aliás, a sociedade unifica seu inimigo na medida em que sabe que ambos—Estado e mercado—sempre andam juntos. Os liberais sabem que dependem do Estado para assegurar o principal dos direitos no seu imaginário: a propriedade privada. Os estatistas, igualmente, sabem que o Estado hoje é um grande mercado comandado pelos oligopólios econômicos, como o próprio caso brasileiro demonstra.” (PINTO NETO, 2015)

Em Junho parecia haver uma mudança perceptiva que se concentrava na forte indignação diante dos laços cada vez mais insustentáveis entre o que é de interesse público e o que é de interesse privado. Nesse sentido, Junho não se resumiu numa luta contra o âmbito privado ou contra o setor público, era transversal a ambos e apontava sua desconfiança para todo o modelo representativo brasileiro. Cava descreve essa característica:

“Não era, neste ciclo, uma luta meramente contra a privatização, o mercado ou o neoliberalismo, como nas décadas passadas, segundo o modelo dicotômico público x privado, - mas uma luta multitudinária que foi diretamente ao coração do público, que não distingue entre estado e mercado, entre a burocracia e o aglomerado de interesses empresariais, financeiros ou mafiosos (três interesses que, no fundo, é o mesmo) que também e sobretudo são estado. Encarnada em sujeitos sociais novos, a recusa e o poder destituente que ela encerra simplesmente não depositaram mais confiança no modelo representativo brasileiro.” (CAVA, 2013, pg. 15)

O enigma de Junho reside aí, justamente na encarnação de novos sujeitos sociais e como eles buscam se representar. Está imediatamente imbricada com um circuito global de lutas, apesar da emergência dessas formas tomarem um corpo particular no Brasil. Se junho foi uma força constituinte, foi ao mesmo tempo, um movimento destituente. Melhor dizendo, Junho continua existindo na bifurcação desse movimento duplo. Isso porque, todo acontecimento aponta para um horizonte novo, com novas práticas e discursos, deixando para trás um passado, um algo que se quer superado – na própria força intempestiva do tempo. Destitui-se assim uma perspectiva que se consolidava como poder, questionando o status quo. Destituíram aquela ideia mesmo de um Brasil realmente democrático. Com isso, expuseram as vísceras de nosso quadro político, da nossa realidade institucional. Disseram não e nesse “não” liberaram a potência de um “sim” múltiplo e constitutivo.

Resta pensar para além daquilo que Junho quer deixar para trás. Uma outra geração está aí e já não se reduz em nenhuma formatação polar. Esta estava lá múltipla, aberta a outros significados e posturas. Porque somos múltiplos e temos visões contrárias. E isso é a democracia. Ela não é capitalista, não é socialista, nem é vermelha, nem verde e amarela. Também não pertence à esquerda e nem à direita. E isso não faz dela um ideal perfeito, o caminho isento do meio. Nem a união de todas as partes. A democracia, por princípio, assegura as divergências. Diante disso, podemos dizer que Junho foi um amplo movimento democrático. A própria ocupação das câmaras municipais comprova essa última afirmação.

É nesse ponto que pretendo me deter no próximo capítulo. A análise de Junho, mesmo que breve e sintética, foi realizada no sentido de retratar algumas facetas desse cenário de contestação e mobilização política no qual a ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi possível. Com essa perspectiva em mente, avanço em direção aos dias em que Junho se deu de uma forma inesperada. Uma narrativa até agora pouco conhecida e analisada, que certamente repercutiu enquanto durou, mas que caiu no esquecimento perpetrado pelos fluxos midiáticos. As memórias de certos eventos tendem a desaparecer ou ser deturpada nos ditames da “História”. O “Ocupa Câmara Rio” foi um fenômeno dentro das Jornadas de Junho quase não refletido, mas que merece um olhar atento e sensível.



### **3. OCUPA BRASIL**

Como demonstrei ao longo dessa dissertação, as Jornadas de Junho foram um *acontecimento*. Todo acontecimento fratura o presente, abrindo caminho para o futuro, para o porvir (DELEUZE, 1992). Nessa abertura, é criado um novo campo de possíveis, que pode ou não ser efetuado. Aqui, buscarei refletir as ocupações ocorridas em 2013 no Brasil e, mais detalhadamente, a ocorrida no Rio de Janeiro, como possíveis efetuados por esse acontecimento. Um acontecimento, no campo da política é, a priori, o surgimento de um novo modo de sentir, uma nova distribuição de desejo (LAZZARATO, 2006). Com efeito, diante desse surgimento, um possível é a criação de um espaço no qual esse novo modo de sentir se expresse e se preserve. Esse talvez seja um dos grandes desafios diante de um acontecimento: preservar a potência criada pela eclosão desse novo regime de afetos. Depois de Junho de 2013, essas novas sensibilidades perseguiram um modo de se efetuarem, de se exprimirem socialmente. Nesse sentido, vejo as ocupações como um local privilegiado, um “espaço-tempo coletivo inédito”, no qual foi possível a expressão dessas subjetividades novas. Zourabichvili concretiza essa reflexão:

Criar o possível é criar um agenciamento espaço-temporal coletivo inédito, que responda à nova possibilidade de vida, ela própria criada pelo acontecimento, ou que seja sua expressão. Uma modificação efetiva da situação não opera no modo da realização de um projeto, pois se trata de inventar as formas sociais concretas que correspondam à nova sensibilidade, e a inspiração só pode vir dessa última. (ZOURABICHVILI, 2000, p. 344).

Posto isso, este capítulo se divide em dois grandes eixos: o primeiro caracterizando as ocupações num âmbito nacional, tentando compreender o modo como se constituíram, suas semelhanças, suas diferenças e a própria proliferação das mesmas, a nível local e global. Num segundo eixo, após essa breve análise conjectural, se enfocará as particularidades da ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e sua dinâmica constitutiva. A busca aqui é justamente delimitar os motivos pelos quais esse evento parece simbolizar uma mudança na maneira de se relacionar e da consequente forma de se fazer e questionar a política na contemporaneidade. Por fim, uma análise estética, acompanhada do documentário<sup>36</sup> feito durante essa dissertação, que narra esta ocupação.

---

<sup>36</sup>Ver:<https://vimeo.com/149302079>

### 3.1 Contágio Brasil

A crise institucional propagada pelas Jornadas de Junho certamente foi determinante para as ocupações. Havia em parte um estado de exceção, de movimentação civil, que permitiu uma espécie de convulsão nos arranjos do poder constituído. A excepcionalidade do momento ampliou em muito a legitimidade das ocupações alterando o modo como as relações hegemônicas, através do aparato repressor, dialogaram com atos como este. Pode-se dizer que houve um grau de permissividade, de alargamento da possibilidade de intervenção direta do campo civil – evidentemente diante de diversos confrontos com a polícia. Esta brecha conquistada pelo poder constituinte foi um dos motivos principais que proporcionaram a existência das mesmas.

Porém, em primeiro lugar, é importante constatar que as ocupações ocorreram depois das grandes manifestações de Junho, tendo nesse sentido características próprias que merecem um olhar atento. Elas se inscrevem na segunda fase das manifestações (ver capítulo 2.3). Nessa segunda fase, diversos grupos resolveram buscar uma atuação mais direta de diálogo e presença diante do poder público. Ao menos 29 câmaras municipais foram ocupadas.<sup>37</sup> Capitais como Belém, Salvador (BA), Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, além de cidades menores como Aracruz (ES), Dourados (MS) e Itapetininga (SP) e Passo Fundo (RS). A primeira foi em Belo Horizonte no dia 29/06 e a última em Riberão Preto se encerrando no dia 22/12 ainda em 2013. A duração de cada uma delas não foi constante, com tempos bem variados, sendo a mais longa a de Dourados, com 43 dias de ocupação interna, e as mais curtas as de Belém e a de Campinas, com apenas 1 dia. A do Rio de Janeiro teve uma dinâmica particular, devido às acampadas, que fez dela a mais longa no total (55 dias na somatória da ocupação interna e a externa). A cronologia nos revela ligações de uma propagação a nível nacional, num movimento que durou mais de 6 meses.

Todas elas se estabeleceram, a priori, para lutarem contra a situação dos ônibus, seja pela redução das tarifas, seja pela abertura de CPI dos transportes a nível municipal e estadual. Essa pauta, evidentemente, era um segmento lógico das manifestações, carregando a questão central do transporte público. No entanto, em paralelo a esse eixo, diversas questões mais locais e até nacionais foram ganhando espaço dentro das reivindicações dos ocupantes, no mesmo sentido da ampliação das pautas em Junho de

---

<sup>37</sup>Ver lista completa Anexo 2

2013. No mesmo sentido, guardam os interstícios de outras formas de organização, de dinâmica subjetiva, de relações micropolíticas, de mudanças discursivas, na diversificação de atores, coletivos, blocos de contestação e de criações artísticas, morais, sexuais. No limite, representam aquele desejo maior de fazer-se cidade, de participar das decisões da *pólis*. Levam consigo toda a bagagem de um contexto histórico mais amplo, mas também levam um tanto de inventividade própria ao seu tempo.

A maioria dessas intervenções parece ter sido organizada por segmentos sociais ligados a movimentos políticos, mas mesmo assim contou com diversas pessoas sem veiculações partidárias, autônomos. Desde organizações estudantis como a ANEL\*, passando por alguns segmentos anarquistas e por partidos políticos como PSTU e PSOL, a tônica das ocupações foi uma tentativa de intervenção política premeditada. No entanto, veremos que esses arranjos foram heterogêneos e levantam algumas questões fundamentais. Ali estavam presentes a própria diversificação das ruas, na confluência de diversos espectros políticos. Era, nesse sentido, uma mistura de corpos, um *agenciamento corporal*. Isso porque não tinham só participantes ligados a partidos e sim eram um *corpo* híbrido, do mesmo jeito que Lazzarato descreveu os dias de Seattle:

“(...)uma mistura de corpos (com suas ações e paixões), composta por singularidades individuais e coletivas (multiplicidade de indivíduos, de organizações – marxistas, ecologistas, sindicalistas, trotskistas, ativistas de mídia, esotéricos, *black blocs*) que praticam relações específicas de “co-funcionamento” corporal.”  
(LAZZARATO, 2006, pg.21)

Pode-se pensar que essa mistura é tradicional aos movimentos políticos desde muito tempo. Mas, como foi característico das próprias manifestações, essas relações, essas maneiras de estar junto se tornaram mais heterogêneas e múltiplas, expandindo a composição das mesmas. Isso porque, mesmo que, em certa medida, tenha sido organizada por alguns setores, não era de modo algum uma imposição de uma maioria sobre a outra, uma homogeneização de cima para baixo. Certamente existiram atritos derivados dessas relações, mas justamente por isso promoveram um alargamento dessas multiplicidades. Outro fator é que muitas dessas singularidades não se definiam por uma corrente e sim eram atravessadas pelas diversas visões, se tornando mais híbridas e maleáveis a alteridade.

Nesse sentido, se assemelha a própria composição da multidão de Junho. É a própria representação da nova composição do trabalho metropolitano (paradigma do

trabalho imaterial) como descrevemos no capítulo anterior. Neste sentido, não era o povo ou as massas em uma uniformização, e sim:

“(...)a composição de inúmeras diferenças internas que não podem ser reduzidas – diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. A multidão é a multiplicidade de todas essas diferenças singulares” (NEGRI E HARDT, pg.12, 2004)

Em uma visão mais ampla, podemos constatar que parecia haver uma desconexão latente entre os desejos das manifestações e das possibilidades reais de efetivação de suas vontades. Nos fluxos do regime democrático atual, ficou evidente o descompasso e a impossibilidade de abrir diálogo com as vozes protestantes, com as vozes das ruas (aqui já se implica a dificuldade de definir quem seriam essas, evitando homogeneizações). Não parecia haver canal ou plataforma para essas demandas a não ser a própria presença ativa nos espaços públicos. A prerrogativa fundamental de um estado democrático, que é a participação popular se mostrava nitidamente distante. Evidentemente, essa limitação já era de conhecimento geral, mas na tensão das manifestações essa assimetria gerava o reforço desse consentimento.

Por trás, residia uma profunda crise de representatividade, que merece ser compreendida dentro de um panorama global. Castells (2012) afirma que as manifestações contemporâneas geram essa perspectiva de uma inserção de novos sujeitos na luta democrática, sujeitos que precisam criar seus espaços de representatividade através de ações mais diretas, tomando decisões que ultrapassam seu isolamento anterior, buscando influenciar o rumo da política na sua comunidade. Diante de um sistema político rígido, engessado, cujas engrenagens parecem afastar a participação popular, as ocupações das câmaras são sintomáticas. São um grito direto dessa distância hierárquica que caracteriza as instituições democráticas.

Ao pesquisar sobre as ocupações, parece importante ressaltar sua conseqüente cobertura midiática. Os relatos não são muitos e de uma forma geral os principais meios de comunicação não aprofundaram suas análises sobre o ocorrido. Os veículos tradicionais descreveram as ocupações de forma simplista, com algumas exceções<sup>38</sup>, e se preocuparam mais em buscar algum indício ou ato de depredação/baderna/vandalismo para classificar o movimento em algum artigo criminal,

---

<sup>38</sup>Ver, por exemplo, o programa “Sala Debate (canal cultura, dia 20/08/2013)”<https://www.youtube.com/watch?v=Ux8iWn574s4/>(<https://www.youtube.com/watch?v=Ux8iWn574s4/>)

do que compreender o que ocorria. A preocupação com o patrimônio público, evidentemente, era mais enfatizado do que as condições e principais reivindicações dos manifestantes. A perspectiva midiática neste momento era claramente parcial. Havia uma necessidade criada em consensos internos das redações de repetir a estigmatização de vandalismo.

Por trás do ímpeto popular, parecia haver uma mudança perceptiva que se concentrava na forte indignação diante dos laços cada vez mais insustentáveis entre o que é de interesse público e o que é de interesse privado. O foco na questão do transporte coletivo, ainda que atravessada por mudanças em relação ao custo de vida, pelos gastos com as grandes obras dos eventos esportivos, a gentrificação, a repressão policial, a corrupção, as remoções (entre muitas outras reivindicações sociais,) era também uma luta pelo espaço público, pelo direito à cidade. As ocupações foram ao mesmo tempo um catalisador das mais diversas reivindicações e expressão de uma mudança perceptiva que almejava o aumento das possibilidades de vida e de atuação social. Bruno Cava, observa esse fenômeno de questionamento entre o público e o privado, das relações entre a esfera estatal e a esfera privada:

“Outro exemplo de mudança está na percepção que a dita “esfera pública” está completamente emaranhada com o “privado”, de maneira que não dá mais para identificar o que poderia separar a razão pública do interesse privado. O Movimento Passe Livre (MPL) e o OcupaCâmara (acampamento de dois meses nas portas e, por um período, dentro da Câmara dos Vereadores) expuseram somente uma das “caixas pretas”, a dos transportes coletivos, entre outras que determinaram as campanhas eleitorais, os contratos públicos e o destino e arrecadação de tarifas” (CAVA, pg.138)

Além disso, podemos pensar as ocupações de Junho de 2013 como um processo instituinte (relação entre o poder destituente e o constituinte). Poderíamos dizer que o movimento da ocupação praticava essa inferência: de um lado era um movimento destituente (ao negar as representações ali estabelecidas) e por outro lado constituinte ao propor, por exemplo, um modo alternativo de tomadas de decisão. Alexandre Mendes, em texto<sup>39</sup> publicado em 2016, compara as ocupações estudantis em escolas públicas em 2015 às “assembleias constituintes contemporâneas (distintas das assembleias representativas modernas)”. Faço aqui a mesma comparação com estas ocupações de Câmaras Municipais no Brasil, até pela conexão com um ciclo maior de “ocupas”<sup>5</sup>,

---

<sup>39</sup> Ver: (<http://uninomade.net/tenda/ocupacoes-estudantis-novas-assembleias-constituintes-diante-da-crise-2/>)

como por exemplo o “Ocupa Rio” em 2012. Como poder constituinte (NEGRI, 2002) entenda-se o seguinte:

“O poder constituinte, ao contrário, não é a força de uma assembleia já determinada pela representação, ou um estágio prévio e metafísico que desaparece ou se amesquinha nas engrenagens do poder constituído. Ele é um procedimento aberto e vivo de questionamentos das relações de poder e constituição de uma prática coletiva que não se encerra na racionalidade de um projeto, estado, instituição ou comunidade identitária. Ele é a continuidade dos espaços de resistência, o campo de atuação do trabalho vivo que rejeita sua exploração e de coagulação entre liberdade e igualdade” (MENDES, 2015)

Nesse sentido, também compartilho da hipótese levantada por Mendes<sup>4</sup> que o ciclo de Ocupas entre 2010-2015 amplia o ciclo anterior altermundialista<sup>40</sup> e latino americano representando um laboratório para pensarmos novas formas políticas e novos direitos de cidadania (em sentido amplo). Isso porque nas ocupações há uma necessidade de experimentar a realização do *comum* através mesmo do poder instituinte. Mendes descreve essa mudança:

“ Ao invés de seguir os calendários das grandes reuniões e *summits*, promovendo estratégias de shutting down com o objetivo de proteger os bens comuns ameaçados pelas decisões das agências, as ocupações decidem experimentar diretamente a construção de uma experiência *em comum*, desenvolvendo profundamente capacidades de gestão do espaço (limpeza, organização, cuidado com o patrimônio etc.) de produção de insumos e serviços vitais (alimentação, água, banheiros etc.), de criação de redes de solidariedade (doações, estratégias de visibilidade, apoio profissional etc.) de programação cultural (música, teatro, saraus, etc) e de âmbitos de decisão democrática (assembleias, enquetes, novas formas de participação).” (MENDES, 2015)

Esse sentido da experiência do *comum*, da vivência de uma prática política comunitária é talvez o ponto onde resida a potência desse tipo de mobilização. Aquilo que se constrói no dia-a-dia, no compartilhar da própria experiência permanece por mais tempo, dando força aos afetos ali reunidos. A prática de uma gestão comunitária parece ser um dos pontos centrais de uma ocupação. Na descrição do “Ocupa Câmara Rio”, a seguir, tento evidenciar essas relações postas acima. Concomitantemente, também tentarei discutir as implicações micropolíticas que surgem a partir desse tipo de mobilização.

---

<sup>40</sup>Ver Anexo 1 (Os Ciclos Globais)

### 3.2 – Ocupa Câmara Rio

Entre os dias 9 e 21 de agosto a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, também conhecida como Palácio Pedro Ernesto, foi ocupada. Em torno de 50 manifestantes decidiram permanecer dentro da mesma após a instauração da CPI (Conselho Parlamentar de Inquérito) dos Ônibus. Do lado externo, algumas dezenas de manifestantes foram gradualmente montando suas barracas em apoio à ocupação interna. Após uma sentença judicial de reintegração de posse proferida no dia 21, os seis manifestantes que ainda ocupavam os salões do poder legislativo da cidade se viram obrigados a deixar o palácio. Amordaçados em protesto e com alguns cartazes em mãos, ultrapassaram seus portões, pisando, enfim, nas escadarias da Cinelândia. O silêncio forçado era sinônimo de uma resistência que não acabaria ali.

Do lado de fora, os últimos seis ocupantes se juntaram aos que ali esperavam, fundindo-se num caos de sons e gritos de apoio: helicópteros, máquinas fotográficas, sirenes policiais, mídias, ambulantes, manifestantes e transeuntes, atravessados numa miscelânea sonora. Após a saída, a ocupação permaneceu existindo, de fato, por mais 55 dias, no acampamento montado na base da câmara. Efetivamente, ela só foi terminar dia 15 de outubro, dia dos professores, após o protesto que atravessou a Avenida Rio Branco e culminou com confronto por toda a extensão da Cinelândia. Não por acaso, sentado na escadaria da Câmara Municipal, o último foco de resistência foi cercado e levado pela polícia. O acampamento da ocupação havia sido derrubado e as nuvens de gás lacrimogênio ainda permanecia no ar quando diversos camburões da polícia militar seguiram para a prisão com cerca de 190 manifestantes. Na manhã do dia seguinte, a manchete do jornal “O Globo”<sup>41</sup> decretou o ato criminal. Uma lei já havia sido sancionada (lei: 12.850 no dia 2 de agosto) na surdina, e 70 pessoas foram indiciadas por crime organizado.

Voltando um pouco no tempo, cinco dias após o 20 de Junho, um grupo de políticos do PSOL, liderados pelo vereador Eliomar Coelho, pede a instalação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos ônibus para investigar a relação das empresas de ônibus com a prefeitura da cidade. Poucos vereadores comparecem a sessão, mas em

---

<sup>41</sup> Ver: <https://coleguinhas.wordpress.com/2013/10/22/em-email-interno-editor-do-globo-elogia-cobertura-capa-de-bandido/>



número suficiente para instalar a mesma. Após a instalação, um site é lançado sobre a CPI, algumas reuniões são convocadas para discussão no Clube de Engenharia na Avenida Rio Branco e o debate sobre o tema se prolifera nas redes sociais. No dia 08 de Agosto, um grupo de manifestantes decide tentar ocupar a Câmara, após intenso protesto com cerca de mil pessoas, e permanece lá dentro com o intuito de garantir a abertura da CPI. Um grupo de aproximadamente 30 ativistas é expulso durante a mesma noite.<sup>42</sup>

No dia seguinte, as portas da Câmara são abertas e cerca de 50 ocupantes decidem permanecer sentados, sob a abóboda da galeria central do palácio, em ato de protesto contra a homologação dos vereadores que formaram a mesa da CPI. A idade da maior parte dos protestantes varia entre os 18 aos 30 anos, com algumas poucas pessoas mais velhas, e em sua maioria estudantes. Após o início da sessão, as portas foram seladas com cadeados e mais nenhum manifestante pode entrar. Não houve organização para determinar quem iria permanecer depois da abertura da CPI. Permaneceram as pessoas que chegaram mais cedo na Câmara e conseguiram entrar até a polícia e os seguranças da casa determinarem a lotação. A única decisão, em acordo realizado em assembléia horas depois do fim da plenária, foi manter a ocupação e propor uma comissão de segurança. Apesar de não ter ocorrido repressão física das forças policiais, os debates com os manifestantes, a princípio, eram intermediados por seguranças privados da Câmara e de alguns vereadores, além de porta-vozes da polícia militar.

No final da primeira noite, dia 9 de Agosto, a Justiça do Rio indeferiu um pedido de liminar para reintegração de posse da Câmara Municipal. A decisão foi proferida pela juíza Margaret de Oliveiras Valle dos Santos, da 6ª Vara de Fazenda Pública, concedendo o direito dos ocupantes de permanecerem na mesma. O acordo era baseado no pressuposto que, em contrapartida, os ocupantes não danificassem o patrimônio público e permitisse “a continuação dos trabalhos da Casa”. Os ocupantes aceitaram a proposta. No primeiro dia, também tentou-se marcar uma reunião com o presidente da Câmara, Vereador Jorge Felipe, que não compareceu alegando falta de segurança. A reunião foi transferida para o dia seguinte e ela foi um divisor de águas para a ocupação.

A ocupação interna da Câmara do Rio de Janeiro pode ser separada em dois grandes momentos. O primeiro foi marcado pela presença de um número bem maior de ocupantes e durou apenas 2 dias. Havia inicialmente uma grande participação de

---

<sup>42</sup>Ver: <http://oglobo.globo.com/rio/protestos-confusao-na-alerj-nova-ocupacao-da-camara-do-rio-9427539>

integrantes de algumas filiações partidárias – em sua grande maioria membros do PSOL.

A própria pauta inicial parecia já ter pontos pré-definidos por questões partidárias anteriormente estabelecidas. No segundo dia, a reunião com o Vereador Jorge Felipe, do PMDB, parece ter sido bem desanimadora, principalmente para alguns dos ocupantes ligados a partidos. Segundo um dos entrevistados, a posição irredutível do mesmo e a retórica de que não era possível atender nenhum ponto da pauta, por uma questão “legal” do regimento interno da Câmara.

Diante desse impasse, os ocupantes decidiram fazer uma assembléia para debater os rumos do movimento. Após quase 5 horas de reunião, com diversas discussões sobre os motivos de se manter a ocupação e sobre o que seria a democracia, decidiu-se, em votação aberta, desocupar a câmara. Uma das principais discussões girava em torno da questão se a democracia seria o desejo da maioria ou se era também a defesa das minorias, ou de ambos. Pelos relatos, tentou-se chegar a um consenso, mas o clima era de uma clara divisão: no final, a votação foi bem apertada 19 x 21. Como veremos a seguir, essa saída e a conseqüente permanência de apenas 13 membros, que preferiram não seguir a decisão da maioria, serão decisivas para compreender diversas questões que se colocarão neste capítulo. Segundo um dos “Amarildos”<sup>43</sup> que preferiu continuar na ocupação:

“O argumento dos partidários era o argumento do pragmatismo, do foco na CPI, ocupando eles não teriam como fazer a CPI avançar, seria um desgaste desnecessário, e eles não estavam afim de estar lá, até por ter uma prática rotineira de política, eles acabaram subestimando o momento.”

Segundo ele parecia haver ali uma postura diferente entre os que seriam “militantes” mais experientes e indivíduos mais afastados das dinâmicas tradicionais. O foco na questão da CPI, enfatizada na pauta inicial, foi nesse momento uma barreira para a continuação da ocupação. A maioria que decidiu sair considerou que não seria produtora para a própria mobilização da CPI, manter-se dentro da câmara. Mas os que não eram partidários, tinha outras visões. Segundo esse mesmo “Amarildo”:

“não tinha porque desistir só porque se achava que talvez não fosse possível, a própria ocupação já era um simbolismo, por si mesma, eu acredito, um questionamento dessa democracia representativa,

---

<sup>43</sup> “Amarildos”: nome em referência ao pedreiro e morador da Rocinha Amarildo Dias de Sousa. Ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso\\_Amarildo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Amarildo)

questionamentos desses modelos que afastam a população dos centros de poder”

No entanto, o mesmo enfatizou que a presença dos membros partidários não homogeneizou os conflitos internos e a organização que se tentou criar respeitou essas diferenças. Houve questionamentos derivados dessas distinções, mas inegável que qualquer busca coletiva deva coexistir justamente nessas heterogeneidades. A organização que se tentou criar, inicialmente, tentava seguir uma dinâmica mais aberta e cooperativa. A assembléia e as inúmeras reuniões eram exemplo disso. Porém, ainda parecia haver certa busca por “protagonismos”, de quem teria a voz final e do que seria “o melhor a fazer”. Isso, no entanto, ainda segundo um dos ocupantes, não era a prática de todos partidários.

Nesse sentido, não se trata aqui de condenar a participação partidária e separar o movimento nesta dualidade. Como ressaltou Mendes (2015), as divergências entre os partidos e a ocupação se dá pela forte recusa do último de “qualquer razão transcendente à própria ocupação. Isso significa que os partidos precisam abandonar sua prática de aglutinação de forças para um projeto pré-definido e deixar-se levar pela imanência do processo decisivo construído na própria ocupação” (ibidem, pg.06). O mesmo diz que diante disso, um dos efeitos dessa realidade, está fazendo com que os partidos se apresentem de uma forma diferente:

“não como uma unidade formal organizativa, mas através de coletivos distintos que deixam de lado os programas mais amplos e atuam, muitas vezes, por segmentação. O quanto isso se releva como uma simples tática artificial ou uma verdadeira abertura para processos de produção de *decisões comuns* depende de cada prática efetiva e da capacidade dos dissensos produzidos nas acampadas estudantis atenuarem qualquer tentativa de impor uma lógica heterogênea ao *comum*.” (MENDES, 2015, pg.7)

No entanto, apesar de uma tímida tentativa de alguns membros repensarem sua atuação, isso não ocorreu. Nesse mesmo sentido, é necessário entender que após a partida de diversos membros partidários, a dinâmica da ocupação se diferenciou, tornando-se outra.

### **3.2.1 – A Ocupação ganha uma outra dinâmica**

A princípio, havia um propósito consensual de questionar a legitimidade da CPI dos ônibus. Não se pode negar que foi este o motivo agregador daquela ocupação inicialmente. Certamente, a mobilização se constituiu a partir desse tópicos primeiro. Havia

um objetivo e um “objeto” de luta. No entanto, essa finalidade inicial, com a saída descrita acima, foi aos poucos se dissolvendo em diversas outras questões. Após a retirada da maioria dos manifestantes, o ambiente interno mudou consideravelmente e os próprios debates conduziram-se por outros caminhos. A ocupação externa foi aumentando e ganhando cada vez mais presença nos debates internos e no consequente alargamento da pauta. Para aqueles que permaneceram, ficou claro que esse tópicos inicial era mais uma das causas que os havia mobilizado e não o fim em si da ocupação. A ocupação externa respaldava o lado interno e através de uma campanha de abaixo assinado, conseguiu-se reunir um pouco mais de dez mil votos à mão, contra a instauração da CPI e em apoio à pauta debatida e já ampliada.

Desde o início, a constituição do “Ocupa Câmara Rio” tinha uma condição frágil. Após a saída dos partidários, a instabilidade da permanência naquele local perpassava ainda mais os ocupantes envolvidos. Havia um estado de emergência e medo em relação à própria desintegração da ocupação. As pressões internas e externas eram enormes e aos poucos as 13 pessoas que continuaram foram deixando o lado interno da Câmara. Inúmeros motivos causaram as desistências: as condições iniciais de estadia eram péssimas, questões familiares e trabalhistas, incompatibilidade ideológica com o movimento, temor de uma possível retirada pela polícia, etc. Apenas 6 ocupantes se mantiveram até o final dos 12 dias.

Entretanto, em um sentido maior, essa noção de emergência e fragilidade permitia uma fluidez na própria constituição da ocupação. Permanecia quem assim desejasse e pudesse. Essa porosidade, por certo aspecto, garantia a liberdade individual ao mesmo tempo em que fortalecia a intensidade de quem permanecia. Isso porque, os laços de amizade iam se consolidando junto com a legitimação da ocupação perante alguns setores da opinião pública. Todavia, a diminuição gradual dos integrantes também funcionava como uma limitação. Havia uma necessidade de expansão do movimento que encontrava na barreira física das grades sua impossibilidade, até porque não podiam entrar mais ocupantes. Buscando transpor esse bloqueio, as redes sociais eram bastante utilizadas.

A partir da segunda fase, criou-se um outro grupo no *Facebook*, com constantes atualizações das atividades da ocupação, aumentando a divulgação e a recepção com o público. O nome “Ocupa Câmara Rio” foi decidido somente nesta segunda fase da ocupação. Claramente, buscava-se a legitimação através do apoio popular vindo das redes. Com efeito, a ocupação conseguia promover a ampliação de suas fronteiras,

expandindo suas atividades para outro campo espectral: diversas atividades e debates foram pensados pelas redes sociais.

Além disso, para além da pauta e sua tentativa de concretização, talvez a maior dificuldade da ocupação foram as tentativas de dialogar com os representantes da casa. Desde o começo, ainda nos dois primeiros dias, os manifestantes buscaram reunir-se com o atual presidente da Câmara, vereador Jorge Felipe do PMDB, e foram constantemente interpelados por membros de sua própria segurança ou porta vozes da polícia militar. De todo modo, a insistência pelo diálogo e pela busca de decisões coletivas consensuais foi defendida enfaticamente dentro das próprias pressuposições democráticas da casa. Após bastante insistência e debate (e até uma tentativa de levar a reunião para um quartel militar) o presidente da Câmara resolveu aceitar essa reivindicação.

Na primeira reunião, a argumentação se baseava na Constituição da própria casa e da sua incapacidade de atender as demandas propostas nas pautas do movimento. Segundo o mesmo, ele como presidente não poderia praticar atos não descritos na própria legislação da Câmara. Sustentava que qualquer ação sua para atender as reivindicações dos manifestantes seria um ato de ilegalidade: a retórica funcionava como um bloqueio inviolável já que indo contra as leis ele estaria indo contra o próprio funcionamento democrático da casa. Um dissenso se fez. Essa argumentação do presidente da câmara, foi um dos motivos para os partidários quererem sair. Eles permanenciam presos ao regimento institucional, presos a pragmática da CPI.

Na segunda reunião oficial os discursos não se alteraram substancialmente. O rearranjo dos ocupantes foi o que de fato mudou. O presidente da Câmara continuava a usar argumentos legalistas. Mas aqueles que continuaram perceberam que o que também estava em jogo era uma luta discursiva no âmbito dos postulados constitucionais da casa. Será que era legítimo a composição da mesa da CPI, já que os próprios vereadores que a compõem votaram contra a abertura da mesma? Até quando as leis, pensada segundo um dos ocupantes como “construções sociais”, não impedem o exercício democrático? A Constituição da casa sendo do período militar de 1967 já não deveria ser modificada? Ou seja, jogou-se o jogo nos termos contratuais: se instaurou um debate pensando as brechas e a incoerência das próprias vias institucionais. Em contraponto a retórica legalista, se colocava os pressupostos da legitimidade.

Desde a saída da maioria, as reuniões se davam com todos os membros da ocupação e não só com alguns membros escolhidos. Aqui é preciso fazer uma

comparação: inicialmente o primeiro grupo decidia tudo por meio de “assembléias do tipo representativa moderna”<sup>44</sup>, onde alguns porta-vozes escolhidos organizavam as falas e perguntas, e as decisões eram feitas por votação. No segundo, até pela menor quantidade de participantes, decidia-se quase tudo através da presença de todos os membros. Havia a tentativa de se pensar a horizontalidade discursiva dos atores e buscava-se abranger ainda mais as idéias da parte externa da ocupação e as reivindicações e simbologias das ruas. A conversa em roda e com fala de tempo irrestrita foi a dinâmica adotada, com as decisões deliberadas somente por consenso. Nesse sentido, a construção do *comum* se fortalecia pois conseguia agregar mais unidade às decisões.

Além disso, talvez o mais significativo ato que mudou a forma da própria representação da ocupação e reforçou a construção do *comum* foi a decisão de se autodenominarem “Os Amarildos”. A estratégia tinha um efeito claro de apoio à pauta popular e ao mesmo tempo de indeterminação dos sujeitos dos coletivos. O anonimato individual foi capaz de impedir que a mídia hegemônica, e de um modo geral todas as mídias, analisasse os “perfis” de cada um e com isso constituir qualquer estereótipo. De fato, houve essa tentativa por parte de algumas empresas de comunicação. Segundo testemunhado numa entrevista concedida no portão da Câmara para todos os veículos de imprensa, um jornalista enfatizou que era preciso “conhecer as pessoas lá dentro”. Não poderia haver essa falta, essa desinformação.

Querendo fugir da captura e preservar o anonimato por questões estratégicas e pessoais, os ocupantes se recusaram a dar nomes ou profissões. Ao adotarem o slogan “Somos todos Amarildos”, os mesmos organizavam sua defesa ao mesmo tempo em que partiam para uma ofensiva. Atacavam as identidades e a necessidade de conferir perfis e lideranças ao movimento, ao mesmo tempo em que defendiam o anonimato, autenticando a dinâmica coletiva. Não deixa de ser um paradoxo que a uniformidade dos nomes conferidos aos sujeitos possibilitou um canal com a alteridade e em certo sentido com a multiplicidade. Uma representação como antídoto para a individualização do coletivo, simbolizando-se por uma pauta popular, reforçou as uniões subjetivas e as próprias ideias defendidas.

No entanto, é preciso ressaltar que essa representação estética funcionava como uma não representação. Só era utilizada nos momentos em que qualquer “externalidade”

---

<sup>44</sup>Ver: <http://uninomade.net/tenda/ocupacoes-estudantis-novas-assembleias-constituintes-diante-da-crise-2/>

perguntava pelos nomes dos envolvidos, como em entrevistas, e não como uma propaganda do próprio movimento, repetida efusivamente. Sendo todos “Amarildos”, não havia a proclamação de um líder, de um representante individual que falasse por todo o grupo. Nesse sentido, o movimento seguia sua busca por uma horizontalidade, tentando escapar de qualquer centralidade individual. Evidentemente, através de investigações jornalísticas e com o passar do tempo descobriu-se alguns nomes dos ocupantes. Mas o movimento já havia chegado ao seu fim e o interesse jornalístico diminui drasticamente.

Outra questão levantada pelos manifestantes era a impossibilidade da Câmara de abrir espaços para a própria participação popular. O discurso oficial ressaltava a dimensão da casa e sua incapacidade de abrigar muitas pessoas ao mesmo tempo. No entanto, um dos postulados argumentativos mais usados era que a Câmara sempre foi e será aberta a população que quiser de fato participar. A estrutura da casa, obviamente, não poderia suportar uma parte ínfima da população, sendo esse limite a “fiscalidade” dessa imposição e o paradoxo da mesma retórica. O modelo representativo confere essa desconexão com a maioria da população. O Palácio Pedro Ernesto se fortalecia em seu local de exercício e ao mesmo tempo de exceção e isso dava força aos argumentos institucionais.

Além disso, outro fator decisivo para compreender a dinâmica da ocupação foi sua própria longevidade. A resistência no tempo, demonstrada por aqueles que seguiam ocupando o palácio Pedro Ernesto, foi gradativamente mostrando seus frutos. Com o aumento da convivência as trocas subjetivas cresciam, e crescia também a intimidade entre seus membros. Como foi relatado por alguns dos ocupantes, a constituição daquele espaço fomentou uma necessidade constante de discussões. Foram diversas rodas de conversas, de embates de ideias, de confronto com a fala do outro: a dinâmica em círculo era bem presente. Com efeito, era justamente nesses atritos e meios que o movimento seguia. Os choques das diferentes subjetividades iam produzindo agenciamentos (DELEUZE E GUATTARI 2003) no “entre”, na conjunção sinérgica entre aqueles indivíduos. Os corpos se esgotavam na fadiga de tantos atravessamentos, mas ali se transformavam e moldavam sua refletividade e sua receptividade ao outro. A luta para se produzir um espaço que não sufoque as singularidades e que se abra ao sensível é sempre trabalhoso e se faz em outra ordem mais demorada, mais insistente, mais maleável ao tempo.

É importante ressaltar que na dificuldade dessa convivência algo de *comum* se produziu. Certamente, só através da somatória das diferenças é que um grupo pode ser considerado um lugar de produção do comum. Comum esse que deve lutar contra as dualidades: sujeitos e assujeitados, agentes e agidos, coletivos sujeitos ou sujeitos acima do coletivo. Na imanência da divisão das rodas, a partilha se faz circular. O grupo se torna aberto à alteridade. Metamorfose de opiniões e de certezas, nas conexões que se fazem possíveis e nas convicções que se produzem. Espaço aberto a união das oposições: ser o outro, ser com, ser comum, comunidade.

### **3.2.2 A micropolítica da ocupação**

De qualquer maneira, não se trata aqui de vangloriar esse movimento e sim possibilitar uma descrição mais minuciosa, tentando evidenciar os questionamentos envolvidos nessas intervenções políticas. Os debates sobre o “como fazer?”, em contraponto a famosa máxima de Lênin sobre “o que fazer?”, parecem permear esse tipo de ocupação. Os dilemas enfrentados seguem na esteira da crise das tradicionais formas de organizações políticas como sindicatos e partidos e apontam para dinâmicas que levem em conta as novas formas de produção subjetiva, de afetos e percepções. Fenômenos micropolíticos como este parecem se enredar num fluxo de renovação dos meios de atuação política. Evidentemente, ainda se faz necessário questionar suas dinâmicas para compreender se existe coerência entre suas práticas e seus discursos. Em qualquer grupo, coletivo ou ocupação que busque produzir laços comuns parece ser importante a luta por não constituir qualquer centralidade e estar sempre aberto às multiplicidades e às diferenças.

A distinção entre “grupo-sujeitos” e “grupos assujeitados” proposto por Félix Guattari e descrita por Deleuze (2006), parece fundamental a esta análise. Os “grupos assujeitados” são aqueles que por um desejo de unidade, de se criar uma dinâmica hierárquica e verticalizada acabam homogeneizando as diferenças em prol de uma ideologia maior, um *télos* final. Este tipo de grupo, não se propõe a abertura de vozes dissidentes e muitas vezes se tornam sectários acabando por negar outros grupos e sujeitos que se oponham a sua estrutura: a vontade de coesão acaba impedindo qualquer ruptura diante de novos problemas e suas possibilidades de soluções. O grupo pode



acabar se fechando às críticas e não permite as próprias transformações (pela adição ou pela perda) que seriam benéficas ao mesmo.

Por outro lado, os “grupos-sujeito” buscam não condensar todas as heterogeneidades em um conjunto único e se colocam sempre em atravessamento com outros grupos, ou de forma mais ampla com a alteridade. Nesse sentido, são transversais e dispostos a sempre se reinventar, se reestruturar e até se extinguir. São grupos que não almejam se fixar em uma estrutura rígida e sim se modular diante do que vêm de fora, do que não faz necessariamente sentido e/ou ao que lhe faz oposição, podendo no limite levar a sua própria “morte” ou “explosão”. Deleuze explicita essas distinções elaboradas por Guattari:

“[o] critério de um bom grupo é que ele não se imagina único, imortal e significante, (...) mas se dirige a um fora que o confronta com suas possibilidades de não-sentido, de morte ou de explosão, ‘em razão mesmo de sua abertura aos outros grupos’”. (DELEUZE, 2006, pg. 04)

Os questionamentos de Guattari e o pensamento deleuziano, nos apontam a necessidade de não se pensar de maneira dualista. A separação proposta acima não se estabelece de forma abrupta e as características dos “grupos-sujeito” e dos “grupos-assujeitados” por diversas vezes se mesclam e conflitam dentro de um determinado agrupamento: “grupos-sujeito” podem acabar se transformando em “grupos assujeitados” e vice-versa. A preocupação guattariana, consiste em fazer aproximar alguns questionamentos psicanalíticos das dinâmicas de grupos políticos. De uma maneira geral, seu pensamento propõe a necessidade de questionar as operações dentro de um movimento político, para que o mesmo não lute somente por sua auto-conservação ou expansão.

As ocupações, por exemplo, são uma espécie de grupo que precisam sempre estar atento às individualidades que compõem suas dinâmicas: sensíveis a opiniões dos sujeitos envolvidos que desejam se exprimir, harmonizando ou não as diferenças que se estabelecem nessas relações. Em outras palavras, e pensando aqui de maneira ideal, os grupos devem buscar uma dinâmica que module as necessidades coletivas e as individuais. Não se trata de um meio termo homogêneo constante, mas sim um atrito e uma rotatividade que não crie espaços verticalmente hierarquizados e esteja aberto a mutações e a variações. Uma ocupação, por exemplo, não deveria fazer unidade, e sim ser formada pela irradiação dessa intensidade, um condensador, agregador de sujeitos e ideias, em constantes aproximações, distanciamentos, adesões e desgarramentos.

Nesse sentido, será que é possível comparar o “Ocupa Câmara Rio”, aos “grupos-sujeito”? Podemos dizer, pela descrição acima, que uma ocupação é um campo de troca privilegiado, uma concentração de encontros de intensidade distinta, permitindo uma troca afetiva mais latente. Por essas evidências, parece razoável afirmar que a ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, proporcionou também uma dinâmica intensa. Além disso, a sua constituição parece ter levado em conta a necessidade de não se manter fechado em si mesmo, de propor renovações e abertura a novas ideias e grupos (como, por exemplo, o aumento da pauta e a constituição junto ao lado externo). Sua porosidade, com a saída de membros do lado interno e externo e com o aumento do lado externo, mostrou ser importante para conferir uma maior liberdade de movimentação e composição. Além disso, a recusa estratégica de não conferir identidades aos ocupantes ajudou na perspectiva coletivista do mesmo e legitimou sua abertura.

Certamente, a ocupação se instaura num quadro de maior excepcionalidade e as condições de sua longevidade dependiam, em certo sentido, mais das premissas jurídicas e repressivas do que da própria vontade do grupo de se constituir. É salutar também compreender que a permanência confinada naquele espaço permitiu um arranjo político diferente, em um tempo mais frágil e emergencial, e que acabou intensificando ainda mais as relações dos indivíduos envolvidos. As condições adversas de estadia, de comida, água, saída ao sol e distancia das próprias casas aumentava ainda mais as relações.

Além disso, vale mencionar que uma ocupação se difere de outros grupos e coletivos, no sentido de já saber, a priori, que suas ações (na grande maioria das vezes) se dão no espectro da ilegalidade e investem contra o poder público e/ou privado. Essa relação aumenta em muito a tensão e o conflito social. Evidentemente, coletivos podem em muitos casos também ir contra a ordem legal. Porém, um coletivo não necessariamente preside de um lugar estabelecido, ao contrário de uma ocupação. Em relação a divisão guattariana, o fluxo de uma ocupação parece estar constantemente se modulando entre essas duas tendências: a tentativa de se estabelecer uma pragmática, de tomar decisões e a vontade de pautar as mesmas considerando todas as vontades e posições individuais.

São dificuldades inerentes ao processo organizativo democrático: como criar dinâmicas de enunciação, que sejam ao mesmo tempo coletivistas e individuais? Como lidar com as diferenças discursivas e a longevidade muitas vezes caótica dos debates?

Como dosar todas as reivindicações em pautas comuns? Como fazer com que as necessidades coletivas não suprimam as relações subjetivas? No mesmo sentido, diversas questões ainda persistem: como canalizar as práticas e desejos de uma ocupação, no momento que ela termina, em outras pragmáticas? Como fazer que esse tipo de organização mobilize outros espaços e não seja codificada, captada ou esvaziada por injunções conservadoras ?

Perguntas que parecem não ter narrativas únicas e que se encontram muito mais no processo do que em formulações prontas. Inserem-se em um debate mais amplo sobre como fomentar uma maior participação coletiva nas instâncias democráticas e a conseqüente crise de representatividade em que estamos inseridos. As grades e portas tão presentes nessa ocupação permanecem trancadas, o poder ainda se esconde por trás de um sistema legal que opera cortando as operações de diálogo. A resistência daqueles que permaneceram colocou, em larga medida, evidência nas retóricas legislativas e parlamentares dos nossos representantes e na própria dinâmica tradicional de organização política. Mendes (2015) pensa a “forma-ocupação” como um laboratório para novas formas experiências políticas e novos direitos de cidadania. A experiência do *comum* nessas relações conseguem renovar as lutas dos movimentos sociais. Segundo ele:

“ A forma-ocupação pode se transformar num dispositivo político permanente que supere a crise da representação e das formas de ação dos sujeitos tradicionais. Nesse sentido, pode-se afirmar que os espaços de deliberação (estudantes sentados em roda situados em lugares de grande trânsito) já superam enormemente as formas de deliberação sindical (ainda no modelo mesa-plateia e representação por segmentos).” (MENDES, 2015)

É nesse mesmo sentido que vejo a forma-ocupação: como um laboratório de mobilização política autônoma. A meu ver, a autonomia desses movimentos é sua maior virtude. Ao não se prenderem a nenhuma instituição, a partidos, sindicatos etc, questionam mesmo as velhas formas de organização política, renovando os movimentos sociais, muitas vezes presos aos encargos institucionais. Ao serem radicalmente contra hierarquias pré-definidas acabam por abrir brechas para a superação da nossa crise de representação. A forma-ocupação, como definiu Mendes, leva esse sentido libertador de fazer por si mesmo, ou melhor, de fazer por nós mesmos, sem a necessidade de nenhuma instância superior. O ato de criar uma pequena comunidade, que se auto-sustente, que produza sua própria forma de viver garante a autonomia das ocupações.

Ocupar é um ato de resistência, mas acima de tudo, de residir, de permanecer, de se fixar em algo coletivamente. O “Ocupa Câmara Rio” tomou posse da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, mas não como quem quer ser dono de nada. Ao fixar ali seu território, “desterritorializou”, por um determinado tempo, aquele espaço, abrindo as brechas para uma expansão democrática. Poderíamos pensar com Pelbart, que uma ocupação não se refere apenas a uma prática de ocupação e sim também a seu aspecto subjetivo. O efeito da ocupação tinha essa imanência de representar a desconstrução simbólica daquele espaço. Não era uma questão de “destruir” a casa, de esvaziar ela de sentido e sim de instituir outras formas de realizar política, de atribuir novos sentidos e possibilidades de práticas democráticas:

“Ocupa um território, mas ao mesmo tempo o desmancha, dificilmente entre em confronto direto com aquilo que recusa, não aceita a dialética da oposição, que sabe submetida de antemão ao campo do adversário, por isso ele desliza, escorrega, recusa o jogo ou subverte-lhe o sentido, corrói o próprio campo e assim resiste as injunções dominantes. O nômade, a exemplo do esquizo, é o desterritorializado por excelência, aquele que foge e faz tudo fugir. Ele faz da própria desterritorialização um território subjetivo.” (PELBART, 2004, pg. 20)

Uma das táticas dos ocupantes era evitar o confronto direto, de deslize diante daqueles entroncamentos e armadilhas da retórica oficial. Sabia-se da necessidade de escapar das capturas mais óbvias, como por exemplo, um embate direto com as forças policiais ou qualquer confronto de natureza física (como depredações do patrimônio – apesar de inicialmente ter ocorrido algumas, mas sem grande relevância). Sabia-se também a abertura histórica e o grau de excepcionalidade social daquele acontecimento. Além disso, o que causava estranheza, indecisão e perplexidade na esfera política era essa vontade de realmente se dispor das ferramentas essenciais do fazer democrático para que não houvesse formas diretas (sejam discursivas ou físicas) de qualquer arbítrio jurídico, político ou policial. Como por exemplo, nas reuniões com o Presidente da câmara, rebatendo argumentos legalistas com a noção de legitimidade.

Havia um medo diante daquelas figuras, a princípio, anônimas que apresentavam uma nova intenção. Essa força motriz, essa intensidade determinava que aquele confronto contrabalanceasse a hegemonia dos nossos ilustres parlamentares e seus extensos secretariados de retóricas prontas. Podemos fazer uma alusão àquela dimensão qualitativa, vislumbrada pelo pensamento operaísta italiano<sup>45</sup> das mudanças da composição de trabalho. Os ocupantes sabem da potência de questionar o sistema

---

<sup>45</sup>Ver: <http://uninomade.net/tenda/o-que-e-operaismo-italiano/>

democrático por dentro, entrando em confronto pelo viés da não aceitação e de uma postura imanente de garantir outra forma de participação, mesmo no campo da política representativa, de estar numa assembleia municipal e saber usar esse território.

### 3.3 A Estética do “Ocupa Câmara Rio”<sup>46</sup>

Pode-se dizer que a contemporaneidade é marcada pela incessante presença de imagens, onde somos constantemente atravessados por produtos audiovisuais, seja na televisão, na internet, no cinema ou em qualquer dispositivo midiático. Nesse cenário, a sociedade é cada vez mais ligada à esfera virtual-informacional (Muniz Sodré 2003), na qual, a forma é muitas vezes mais importante que os conteúdos semânticos e a espetacularização da vida fragmenta a percepção dos indivíduos. Ao mesmo tempo, essa constante virtualização da vida, nos impele também ao desejo de experimentar o real, a *bios*, usando também essas mesmas ferramentas. Não é uma relação dualista e oposta. Essa relação, ocorre também no campo do pensamento. Para H. Gumbrecht (2010), no momento em que o campo de significação (e isso no âmbito político é ainda mais alarmante), de tudo aquilo que lida com o sentido, com a interpretação, com a hermenêutica se exaure, se satura, se complexifica é compreensível esse ensejo de se “materializar” o pensamento, de querer jogar com os corpos, ocupar os espaços. Evidentemente, na esteira do pensamento de Gumbrecht, não se trata de negar a interpretação, o sentido, em alguma dicotomia metafísica cartesiana e sim compreender essa ânsia de estar-no-mundo, de se fazer presente. Talvez essa relação sempre tenha existido, mas hoje se transforma diante das novas ferramentas tecnológicas e comunicacionais.

Essa busca de presença, em alguns sentidos se assemelha a questão da experiência em W. Benjamin (1985). Gumbrecht (2010) nos diz que a presença e o sentido não são opostos e sim estão juntos, tencionados entre si, numa oscilação permanente. Benjamim ao pensar a perda da experiência oral, daquilo que foi aos poucos se reduzindo em nossa cultura, pela expansão do jornalismo informacional, pela barbárie das guerras (entre outros motivos) encontra nesses sintomas a decadência da capacidade narrativa. Esta capacidade narrativa está intrinsecamente associada à nossa “faculdade de intercambiar experiências”. Ora, num caso ou no outro o que parece

---

<sup>46</sup> A leitura desse subcapítulo tem mais força ao assistir o documentário “Ocupa Câmara Rio”. (<https://vimeo.com/149302079>)

aproximar esses dois pensadores é a necessidade dessa troca física, dessa experiência do boca-a-boca, para se formar um homem capaz de narrar. Narrar, nesse sentido benjaminiano, certamente causa presença, necessita dela. Em ambos os casos não há como existirem essas experiências sem esses contatos imateriais e também materiais (livros, quadros, filmes, etc.). Nas manifestações (e especificamente dentro da ocupação) esse mesmo desejo de troca, de intercâmbio de experiência foi tratado como algo essencial: era preciso fazer transmitir as experiências, se atravessar as diversas opiniões em assembleias, fazer valer nossa capacidade narrativa.

Dentro dessa necessidade de narrar às experiências as plataformas e tecnologias digitais são fundamentais. O meio continua sendo a mensagem nesse ímpeto da rua, se fortaleceu a necessidade de criar narrativas mais autônomas, longe das vertentes da tradição midiática. Uma mídia que narrasse a experiência por dentro, uma mídia que pudesse ser qualquer um, com toda a parcialidade subjetiva, nos fluxos de opinião tão presentes nas redes sociais. Não se pode negar que a quantidade de câmeras gerou um substantivo aumento dos vídeos e potencializou a capacidade de se gerar notícia, informação, narrativas. As redes são virais em propagar todo tipo de conteúdo (vídeos, fotografias, notícias, crônicas) e com a disponibilização dessas plataformas sociais se proliferou a quantidade de coletivos de produção independente. Na velocidade do acesso à celulares (cada vez mais equipados com câmeras e internet) muitas pessoas se juntaram em causas comuns, compartilhando e dividindo as lutas. Nesse sentido havia essa “materialidade da comunicação” já que ela conseguia aglutinar os corpos, chamando-os para a presença, para o contato. As redes e as ruas, o virtual e o real, estão cada vez mais imbricados.

Durante o “Ocupa Câmara Rio” essa relação ficou clara. A narrativa da ocupação atravessava essa suposta polaridade, transmitindo ao vivo vários de seus momentos. O streaming foi muito usado para esse propósito, e muitas das imagens que me deparei nessa pesquisa eram desse tipo. A estética gerada por esse tipo de transmissão levanta algumas reflexões importantes. Em primeiro lugar, ao se deparar com uma imagem transmitida “ao vivo” por streaming, via celular, em muitos casos, a primeira impressão gera certa repulsa. A baixa resolução nos confere um efeito desagradável: a imagem *pixerizada* nos remete a algo sujo e defeituoso, fugindo completamente do padrão qualitativo. Esta precariedade imagética, no entanto, nos permite algumas reflexões. Se por um lado, ela se caracteriza como algo de baixa qualidade, por outro nos leva ao turbilhão que foi o próprio movimento. Sua estética é

um tantoperturbadora, refletindo a pulsão de filmar uma ação política em tempo real, “ao vivo”. Nesse sentido é uma imagem que encarna os corpos, os gestos, os desejos daqueles manifestantes tão ávidos em agir diretamente sobre a sociedade, em marcar sua presença. As mesmas também fazem lembrar algo que está em via de se extinguir, de um fluxo de uma “atualidade integral” como ressalta Didi-Huberman (1997). Imagens vaga-lumes da era digital, imagens relâmpagos, trêmulas, imprecisas, imagens que *“passam voando e que ameaçam desaparecer”*:

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal com ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja num momento de perigo.” (BENJAMIN, 1964, pg.243)

O sentido de preservar essas imagens e montá-las assinala esse desejo de fortalecer e dar sobrevivência a estes momentos históricos que jamais se adequariam aos refletores dos espetáculos midiáticos. São imagens contra hegemônicas ao conferir sentido e narrativa aquilo que não seria contado, que não teria qualidade estética, que seria descartado tanto pela forma como pelo conteúdo. Desta maneira, se inserem num mundo de resistências – num mundo de imaginação política e poética. São como os restos das experiências, sempre intermitentes, que oscilam entre reparações e desaparecimentos súbitos. Fissuras que ainda persistem em nos mostrar algo que escapa dos fluxos midiáticos tradicionais.

Para além destas características, essas imagens possuem um vigor de presença e interação singulares. Se por um lado a qualidade é baixa, por outro lado o celular estava quase sempre ligado, transmitindo por longos períodos o que ocorreria dentro das manifestações, com poucos cortes, quase ininterruptamente. Dentro dessa perspectiva, conseguiu-se registrar momentos que jamais iriam permanecer nos arquivos gerados pela mídia tradicional e o seu modo de fazer reportagens. O fôlego documental de tais transmissões (e sua consequente capacidade de armazenamento e download) permitiu enxergar o movimento em seus momentos pessoais, na própria dinâmica de como eles lidam com a vivência naquele espaço. Deste modo, era possível perceber os indícios de algumas construções subjetivas daqueles atores políticos, revelando momentos pouco registrados, justamente os interstícios, os intervalos entre as ações mais “significativas”, o registro mesmo dos afetos, tão importantes para compreender as subjetividades em jogo.

Outra relação desse tipo de filmagem é a presença virtual dos espectadores que podiam interagir ao vivo com o transmissor. Os celulares conseguiam transmitir a ocupação “ao vivo” para quem tivesse acesso ao *link* na internet. Milhares de pessoas acompanhavam de casa e podiam interagir com o operador da câmera, interferindo sobre o acontecimento, com opiniões e perguntas através de *posts* no *twitcast*, sendo simultaneamente respondido. Nesse sentido, o espectador podia questionar ou ressaltar a ocupação, ajudando assim, na construção de uma visão coletivista do movimento, já que o fora estava também possivelmente presente. De fato, esse era um dos objetivos – uma mídia que não se colocava a parte – uma mídia que não analisava de um ponto de vista “imparcial” e sim participava ativamente do processo, buscando dialogar e construir em consonância com o outro.

Essa dinâmica não só resignifica o modo de se fazer uma cobertura alternativa aos meios tradicionais, como também se constitui como uma espécie de arma diante de qualquer abuso do poder institucional. Ao constatarem que estavam sendo filmados, ao vivo ou não -para além das câmeras de celular, muitos levavam outros tipos de câmeras - policiais, seguranças e membros do poder legislativo, em geral, pareceram modificar suas condutas (isto fica claro em alguns momentos da transmissão). A câmera ali cumpria um papel de proteção e de contraprova das possíveis ações coercivas do estado.

Além disso, fica também evidente nessas discussões algumas questões referentes as reflexões sobre o documentário contemporâneo. Os ativistas do movimento sentiam a necessidade de fugir de uma estética jornalística, buscando uma aproximação com a linguagem fílmica. Acima de tudo, era notório que a denúncia passava por uma necessidade de ressaltar a incorporação ao movimento, não partindo de pressupostos de uma suposta imparcialidade, enfatizando a opinião e a interferência. Nesse sentido, se colocavam contra a ideia de um “cinema direto” (comparação que será analisada mais a frente), de um dispositivo falsamente não intervencionista – aqui a radicalidade era justamente fazer parte do que se pretendia narrar, se colocando enfaticamente a favor das lutas.

Evidentemente, essa posição carrega seus paradoxos: muitas vezes essa incorporação à luta, não problematiza criticamente o que está sendo ressaltado e o que



está sendo criticado. Uma mídia tão fortemente intervencionista pode muitas vezes não relativizar as práticas e os discursos do movimento, tendo uma visão deturpada do mesmo. Sem contar a possível apropriação das narrativas e dos caminhos das manifestações por alguns coletivos, que em tese seriam independentes, mas que no fundo buscam consolidar um projeto de poder - como é o caso da “Mídia Ninja” que ao taxar as mídias alternativas como “Ninja” tenta associá-las a sua própria marca. De qualquer maneira, todas elas ressaltam a falácia de um jornal que parte dos pressupostos de imparcialidade, de ser uma “mosca na parede”, quando evidentemente isso é impossível. O único gesto de apontar a câmera e escolher o enquadramento já é um gesto político.

Além disso, a prática desse tipo de documentação e o uso dessas ferramentas parece mudar o cenário audiovisual, inclusive no que concerne ao cinema. No entanto, para afirmar que há algo de novo nessas práticas é importante assinalar algumas discussões a respeito do documentário contemporâneo na era digital. Parece ser produtivo resgatar esse debate, caracterizando suas dinâmicas produtivas e a consequente transformação do cenário audiovisual.

### **3.3.1 Ocupa Câmara Rio: entre o documentário direto e o cinema *vérité***

Antes de classificar essa estética das redes como algo “novo”, no sentido de uma atualização da linguagem audiovisual, devido ao surgimento de novas ferramentas e plataformas digitais, é preciso rever algumas questões levantadas pelo artigo “A maldição do “jornalístico” na era digital”, de Brian Winston<sup>47</sup>. Em suas reflexões, Winston (2005) problematiza essa suposta transformação que o digital teria trazido ao cinema, argumentando que “todos os debates sobre o advento do dv [digital vídeo] se remeteram às discussões provocadas pelo surgimento do cinema direto quarenta anos atrás”. Em sua concepção o cinema direto e o cinema *vérité* já introduziram estas supostas mudanças não só no modo de filmar (com câmeras mais leves, sincronizadas, gravadores portáteis, etc.) mas também nas suas consequências estéticas e

---

<sup>47</sup> Entrevistas em forma de artigos na coletânea: “O Cinema do Real” (Cosac Naify, 2005)

antropológicas. O advento do “novo” ainda estaria oscilando entre essas duas correntes – “a mosca na parede” e sua suposta não interferência do cinegrafista e a “mosca dentro da sopa” e a evidência da presença do diretor e do aparato técnico na construção narrativa.

Nesse sentido, Winston acredita que não se pode falar em “novas narrativas, novas edições, novos estilos ou novos métodos de pesquisa simplesmente porque se tem um novo meio de registro que, na verdade, nada mais é que um novo sistema de modulação de sinal. ” Claro, que o mesmo ressalta a maior facilidade de se filmar em *dv*, até pelo baixo custo e simplicidade operacional (seja na própria dinâmica de filmagem ou na sua conseqüente edição), mas enfatiza que isso não transformou o documentário, em termos qualitativos ou mesmo ontológicos. Por outro lado, Winston acredita que o advento do *dv* influenciou e aproximou muitos documentaristas dos pressupostos do cinema direto. A ideia de que “os eventos devem acontecer diante da câmera sem intervenção, de preferência com os cineastas totalmente ignorados” ganhou mais força com a dinâmica mais flexível e leve do digital.

A retórica de não intervenção, de um documentário que deveria ser “simplesmente evidências não mediadas do real”, aproximou-o cada vez mais da linguagem jornalística. Essa aproximação, na concepção de Winston, desconstrói a pressuposto de John Grierson do documentário como “o tratamento criativo da realidade”. A adequação do mesmo às normas jornalísticas, aos poucos vai corroendo a “liberdade poética, o engajamento político e a expressão pessoal” que um documentário pode ter – aqui fica evidente sua aproximação e preferência estética e ideológica com o cinema *vérite*. Seguindo essa perspectiva, Winston entende que a discussão sobre o modo de realização técnica na era digital não deveria ser foco de preocupação intelectual e sim o desaparecimento do limite que separa o jornalístico (e a adesão aos pressupostos do cinema direto) dos muitos caminhos e horizontes que o documentário possui.

Na mesma coletânea, Laurent Roth conduz seu pensamento em outra direção. Ao contrário de Winston, acredita que o advento do *dv* transformou radicalmente não só o documentário, mas o cinema de um modo geral. Para Roth, há uma mudança não só

estética, como também ontológica, na chegada desse suporte fílmico, devido à leveza das novas câmeras digitais e a maior possibilidade do cineasta de “imersão no mundo”. Suas inflexões, a partir da comparação de dois filmes (*Festa de família* (1998), de Thomas Vinterberg e *Férias prolongadas* (1999) de Johan van der Keuken), (adicionar suas referências fílmicas no digital) nos questionam sobre o surgimento da “realização corpo-máquina”, de um corpo que “sobre influência e que age, mas que não está mais ligado a um controle da razão, ao contrário, é um corpo influenciado pelos instintos e age no interior dele mesmo”.(ROTH, 2005)

Em suma, Roth acredita que a câmera digital é fruto de um movimento antropológico e político que por um lado permite uma maior circulação, prolonga o desejo de liberdade, de movimentação, de indiferenciação e de troca, mas também possui um movimento de uma câmera “totalizadora, que é o ponto de vista tanto de um espectro quanto de um poder que está recôndito, de um poder inominável” (ROTH, 2005) Além disso, acentua que o cinema digital se tornou a “arte da mão e da palavra”, já que estamos diante de uma renovação artística, da renovação artesanal do cinema, com toda promessa democrática que isso implica e de uma maior difusão do uso da palavra, pela própria facilidade de registro do som. O cinema de seu desejo é aquele humanista, longe das forças totalizadoras das correntes publicitárias, onde uma nova representação é possível: aquela que fuja de uma “tirania do visível”, longe da “teorização do cinema até o cinema direto, que é talvez a última escola a pregar a religião do visível”.

Comparando as perspectivas de Roth e Winston, e compreendo o momento histórico de suas reflexões, é possível pensar numa outra via que incorpore e distensione essas duas visões. Os quase vinte anos que separam os seus textos e os dias de hoje, complexificam consideravelmente esse cenário. Não há dúvida que a disseminação de tecnologias e plataformas digitais se deu de maneira intensa e o aumento de usuários com acessos a diferentes tipos de câmera modificou as perspectivas audiovisuais (do cinema a todas as formas de vídeos). As câmeras nos celulares são quase uma unanimidade, e isso altera não só a quantidade, mas a facilidade de compartilhar essas imagens.

A distinção entre essas visões a respeito do documentário é rica para compreender em que medida essas diferentes fontes e o uso dessas tecnologias altera ou não nossa maneira de produzir. A questão do fazer, da ação ganha outras dimensões: a facilidade do acesso aos meios multiplica de forma rápida a quantidade e o acesso à produtos audiovisuais. Nesse sentido, Roth parece que, ao falar do cinema especificamente, também compreendeu essas possibilidades que o digital, em sua massificação, proporcionaria em termos de renovação democrática e ampliação das ferramentas digitais.

A “imersão no mundo” que ele ressaltou parece traduzir o modo como aqueles manifestantes, armados de câmeras de todos os tipos, se jogaram nos protestos e filmaram suas ações. Essa imersão se conecta diretamente com a vontade de presença em Gumbrecht, que apesar de algumas diferenças, resalta essa necessidade de tocar o real, de se apropriar dele e dele falar. Não do mesmo modo oral que tanto Benjamin admirava, mas, em certo sentido, nesse mesmo ímpeto de traduzir uma experiência, de não se calar diante da opressão e fazer a própria história.

Do mesmo modo, Roth ao focar nas possibilidades criativas do cinema *verité*, nos enfatiza essa distância que o documentário pode ter da linguagem jornalística. Durante as manifestações, essa apropriação da linguagem jornalística é transformada e em alguns sentidos se aproxima mais de linguagem experimental, criativa. De fato, durante as manifestações a linguagem usada se afastou de um modo objetivo, de uma suposta imparcialidade e ganhou aquela dimensão subjetiva que Roth acredita. A “liberdade poética, o engajamento político e a expressão pessoal” nunca tiveram tão claramente postas nos vídeos gerados e montados durante as manifestações. Nesse sentido, podemos aqui pensar numa via que incorpore a visão de Roth e de Wilson, acreditando que a inovação se dá tanto pelas possibilidades técnicas que mudam inevitavelmente e pela capacidade de através dessas alterações das ferramentas digitais, inventar formas mais expressivas de atuação no mundo.

É preciso fazer a ressalva, para aqui não cair num tom otimista exagerado, que essas mudanças estão em processo (assim como os efeitos das Jornadas de Junho), se constituindo de maneira embrionária. Alguns documentários recentes fazem uso dessas

imagens e assinalam caminhos possíveis, como “The Square” de Jehane Noujaim, que narra a experiência da “Primavera Árabe” no Egito, “Os Gritos da Rua” de Marcos-Aleotti e o próprio “Ocupa Câmara Rio”. Nesses exemplos a uma busca por um tratamento mais autoral, fugindo da ideia de vídeos denúncias, de uma militância partidária, jornalística-informacional (não se trata aqui de desqualificação ao jornalístico e ao militante, mas sim uma distinção de forma e intenção). As possibilidades de apropriação e circulação dessas imagens e documentários ainda são incipientes e muitos deles passam despercebidos, esquecidos em algum recanto das redes.

De todo modo, o que estava presente na Ocupação e de uma forma mais ampla nas manifestações é essa dimensão híbrida, oscilante entre a vontade de presença e as formas de expressão, das narrativas compartilhadas. Entre as redes e as ruas, entre a participação virtual e a física, entre a representação e a ação, entre o cinema *verité* e o cinema direto, essas dicotomias cada vez mais se conectam e se transversalizam. Na busca em ressaltar a autonomia dos movimentos, essas narrativas tentam traduzir uma variedade de vozes, de estéticas, de subjetividades, buscando uma abertura ao coletivo e suas relações dissonantes. A ampliação e proliferação das tecnologias digitais são fundamentais nessa criação. Transcrevem um passado ainda não definido historicamente, que luta para não ser apagado e esquecido.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Esta dissertação nasceu na imanência das manifestações de rua, da perplexidade em presenciar o que havia acontecido durante aqueles intensos dias e meses que transformaram a realidade brasileira. Ninguém esperava por algo parecido. Três anos depois o espanto continua intenso. Tentando buscar algumas ideias para se aproximar de uma visão mais ampla sobre as Jornadas de Junho, percorreu-se um caminho em descendente conduzido desde uma perspectiva teórica global até uma narrativa bem particular da ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 2013. A partir das discussões macropolíticas sobre as transformações do capitalismo, enfatizou-se um universo conceitual que aponta uma série de mudanças no processo de subjetivação contemporâneo.

No primeiro capítulo, mesmo que de maneira breve e condensada, refletimos a passagem das sociedades disciplinares para as de controle, enfatizando a emergência

paradigmática do trabalho imaterial, do avanço tecnológico da dinâmica das redes e suas ligações com a ação política. Com efeito, buscamos também caracterizar, o que seria essa ação, no momento em que o intelecto se torna mais difuso e a relação entre trabalho e ação se modifica. A diferenciação entre biopoder e biopolítica, nos mostrou um caminho para resistir às injunções dominantes, aquelas mesmas que não se reduzem às dualidades do modo de governança global, que resistem ao controle do *império*.

Em seguida, na conjunção dos conceitos de multidão e público, averiguamos que esse embate se dá dentro de uma ideia de expansão democrática, da abertura às multiplicidades tanto individuais quanto coletivas, nas infinitas formas de interação entre as redes e as ruas. As metrópoles transformadas pelas novas relações de trabalho estão em constante modulação, inseridas numa dinâmica viva entre o sistema de redes e a vida nas ruas. O amálgama das relações emergidas desse cenário é um sistema aberto de multiplicidades que se conectam, se afetam produzindo ou não sinergias coletivas. Para além de qualquer determinismo sobre como conduzir uma mudança social, enfatizamos a necessidade de pensarmos a ação política atrelada às mudanças no campo dos sentidos, na esfera subjetiva. Diante desse cenário, a filosofia do acontecimento nos propiciou uma visão fora dos mecanismos binários da dialética, no qual a relação com o mundo se dá como ato de criação, de abrir novos devires, novas possibilidades.

No segundo capítulo, voltamos a enfatizar que um acontecimento não se conclui em nenhuma data e não se limita ao próprio significado da palavra. Nesse sentido, ele continua se propagando, reverberando em outras direções, perdendo ou ganhando intensidade, a depender da uma complexa rede de afetos e mobilizações coletivas. As Jornadas de Junho de 2013 não acabaram. A cratera que se abriu no país ainda está dilatando e a visão do seu fundo está longe de ser agradável. Estamos acompanhando uma crise de proporções gigantescas e vendo, com mais intensidade do que nunca, o abismo institucional brasileiro. Alguns formadores de opinião, como já analisamos, chegam a culpar as manifestações por toda essa situação. Não deixa de ter uma verdade, só que distorcida. Junho foi indistinto aos esquemas partidários, acabando por atingir todos os espectros políticos. Nesse sentido, não foi polarizado, apontou para algumas das raízes dos nossos problemas mais constitutivos, que perpassa o *modus operandi* do nosso sistema representativo. Outros pensadores argumentam que Junho foi cooptado pela direita, por um conservadorismo que se inflou a partir daquele momento. Novamente distorcem a verdade. As Jornadas de Junho para além de qualquer

orientação política definida conseguiu levar as ruas à multiplicidade que caracteriza mesmo nossa sociedade. Fez ver uma boa parte do que somos.

Ainda há aqueles que dizem, com desdém, ser um movimento de classe média, com isso relegando tudo a certa mediocridade, estereotipando uma estratificação por renda, criando um rótulo de participação restrita a um nicho. Sabemos que as Jornadas de Junho foram bem mais amplas. A composição metropolitana brasileira é outra e muita mais múltipla do que essa estratificação por renda, (como se isso definisse, a priori, alguém subjetivamente) e a mesma, apesar de proporções diferentes, esteve presente em diferentes contextos e intensidades a depender das características de cada local.

De uma maneira mais ampla, o que ocorre agora no país é, em larga medida, símbolo de uma inflexão constituinte geracional. Mostra-se nesses momentos, de uma forma mais evidente, as forças constituídas e suas disputas por hegemonia e controle das narrativas. Os velhos poderes tramando, cooptando, fazendo alianças para liderar a situação. Mas todos ainda giram em torno de seus próprios limites e interesses, não estão dispostos a apostar em nada de novo. Querem a reformulação do que já existe. Apenas uma reconfiguração. Há um ranço político de outra geração que precisa ser superado. A renovação aponta outro caminho. Mas não um fácil, e sim um descrente de desvios, de qualquer mal menor, do eterno tapar o sol com a peneira. Estamos vendo o país sangrar. Mas não há cura sem a revelação da doença.

Não se trata só do nosso lamentável quadro representativo. Nada escapa ao abalo de um acontecimento. As instituições se mostram fracas e incapazes, o mercado se retrai e se mostra inflexível, frágil e monopolista. Enquanto isso, uma boa parte da sociedade ainda está presa as velhas dualidades, lutando segundo os pressupostos dos mesmos poderes, numa trama que gira em torno dos partidos, de alguns personalismos e da bipolaridade ideológica. Após as eleições de 2014, este quadro ficou ainda pior. Ficamos presos entre o governismo vestido de vermelho e as bandeiras verde-amarelas de um nacionalismo, em larga medida, conservador. Esse cenário ainda piorou após o golpe do impeachment e a ascensão da direita no Brasil e no mundo.

Avesso a essa polaridade, já no terceiro capítulo, encontrei no próprio “Ocupa Câmara Rio” uma abertura que possibilita discutir essa crise de representação afastada, na medida do possível, das perspectivas binárias que circundam os espectros políticos brasileiros. A mobilização da forma “ocupação” está ligada a um tipo de política que busca experimentar a construção em comunidade, na vivência mesmo do que é comum,

do conviver numa luta. É a expressão da sociedade que se renova, e que emana uma positividade, uma alegria subversiva, uma forma de cooperação que marca um jeito de pensar e fazer próprios. É por esses afetos que temos que nos encarar novamente. A noção de “grupos sujeitos” em contraponto aos “grupos assujeitados”, por exemplo, mostrou-se fundamental para entender a dinâmica desse tipo de mobilização. A discussão encarnada na “forma-ocupação” é também uma discussão sobre o poder constituinte: como não verticalizar decisões, como possibilitar à convivência das diferenças e uma abertura as multiplicidades ou, em outros termos, sobre os fundamentos mesmo de uma democracia real. A pergunta “como fazer?” assume um caminho essencial nas resistências constituintes, num zelo pelo próprio modo de organização de uma luta social.

O “Ocupa Câmara Rio”, para além de suas inúmeras características que tentei elucidar, foi uma entre as 27 ocupações (até aonde consegui pesquisar) das Jornadas de Junho que se disseminaram pelo país. Nesse exato momento, em sintonia com as diversas ocupações dos secundaristas em São Paulo 2015, inúmeros colégios públicos no Rio de Janeiro estão ocupados pelos próprios estudantes. Suas dinâmicas são muito similares as ocupações das Câmaras Municipais, como também aos movimentos como “*Occupy Wall Street*” de 2011 e o “Ocupa Rio” em 2012. As ocupações são um fenômeno ao mesmo tempo global, por sua sintonia com as mudanças contemporâneas e suas formas de resistência mais atuais, com também local, por sua capacidade de afetar territórios diversos, se difundindo não só em metrópoles como em pequenas cidades.

A discussão sobre a estética, em paralelo com a realização do curta-metragem “Ocupa Câmara Rio”, demonstrou a possibilidade criativa de utilização dos conteúdos produzidos durante uma manifestação ou uma ocupação, diretamente relacionadas com o aumento exponencial dos meios digitais. Para além de uma linguagem jornalística, demonstramos a possibilidade poética de utilizar essas imagens para gerar outros tipos de narração sobre esse acontecimento. Essa discussão aponta um campo em transformação dentro do próprio cinema e da cultura em geral, que utiliza cada vez mais as redes para a criação de obras audiovisuais.

De uma forma geral, percebe-se que esse modo de organização será cada vez mais difundido como uma resistência política coletiva, especialmente aqueles que desejam uma renovação das práticas sociais. Esse legado é bem recente e está conectado a prática da autonomia organizacional, dentro de uma cultura que está se transformando,



se transmutando. É muito importante que os estudantes tenham puxado essas iniciativas, porque mostram claramente a capacidade de mobilização social de uma nova geração.

Não se pode evitar uma reconstrução, o presente está rachado e se transformando. Mas mesmo assim os velhos poderes constituídos cada vez mais se encastelam, se conservando e não querendo qualquer mudança. Vivemos tempos bélicos, de grande instabilidade política. O enigma persiste: Como as Jornadas de Junho serão lembradas no porvir? Como e quais as forças constituintes que irão se fortalecer? Como o poder constituído está se reconfigurando? Quais serão as transformações tanto em termos institucionais, quanto no âmbito social? Como essa nova ordem de sentido reverberada por Junho pode resistir e prevalecer diante do abalo político que estamos presenciando? As perguntas ainda são muitas, mas uma coisa é certa: as Jornadas Junho nunca irão se repetir da mesma forma, mas permanecerão no fluir da história como devir, expandindo seu desejo por mudanças, constituindo um verdadeiro marco na democracia brasileira.

\*\*\*\*\*

### **Referências Bibliográficas:**

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BEY, Hackin. *TAZ – Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad, 2001.

BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo. *Brasil em movimento – reflexões a partir dos protestos de junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: Economia, sociedade e cultura (Volume I) A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra S.A., 1999

\_\_\_\_\_, *Redes de indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012

CAVA, Bruno, Org; COCCO, Giuseppe, Org; *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo, Annablume, 2014

CAVA, Bruno. *A Multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out)*. Rio de Janeiro: Anna Blume, 2014.

COCCO, Giuseppe. *KorpoBraz: por uma política dos corpos*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

COCCO, Giuseppe. *MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Francisco Alves, 1978

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie Editora, 2015

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997 v.1

\_\_\_\_\_, *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* São Paulo: Editora 34, 1997 v.5

\_\_\_\_\_, “*Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*”. In: *Conversações (1972/1990)*. 2ª.ed. São Paulo: 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. Controle e devir. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. Três problemas de grupo. In: DELEUZE, Gilles. *A ilha deserta e outros textos*. Textos e entrevistas (1953-1974). Edição organizada por David Lapoujade. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mai 68 n’a pas eu lieu*. In: DELEUZE, Gilles. *Deux régimes de fous: textes et entretiens (1975-1995)*. Édition préparée por David Lapoujade. Paris: Minuit, 2003.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. *Artes do impossível: l protesto de rua no movimento antiglobalização*. São Paulo: Annablume, 2012

GUATTARI, Félix. Somos todos grupelhos. In: GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Graal, 1976

\_\_\_\_\_, *Ditos e Escritos 5: Ética, Sexualidade e Política*. Rio de Janeiro, Forense  
\_\_\_\_\_, *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

\_\_\_\_\_, *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos: vol. 4*. Rio de Janeiro: Forense  
Universitária, 2006b.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro. Edição Graal, 1977.

.HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro:  
Record, 2004.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo.  
*Vinte Centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2014

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Editora 34, 1994

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Edições Sesc  
São Paulo: n-1 edições, 2014.

LAZZARATO, Maurizio, NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A,  
2001

\_\_\_\_\_. *As Revoluções do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização  
Brasileira, 2006.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed.34,2003

MENDES, Alexandre. *Ocupações estudantis: novas assembleias constituintes diante  
da crise?*, 2015.( <http://uninomade.net/tenda/ocupacoes-estudantis-novas-assembleias-constituientes-diante-da-crise-2/>)

MORAES, Alana; GUTIÉRREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE,  
Hugo; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador. *Junho- potência das ruas e das redes*.  
São Paulo, Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2014

NEGRI, Antonio. *Para uma definição ontológica da multidão*. Lugar Comum: estudos  
de mídia, cultura e democracia. Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 15-26, jan./jun. 2004.

NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*.  
DP&A: Rio de Janeiro, 2002.

PELBART, Peter Pal. *Vida capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Editora  
Iluminas, 2003

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROQUE, Tatiana. Por uma nova internacional. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/por-uma-nova-internacional/>. Acesso: 09. Jun. 2014.

SODRÉ, Muniz. “O Monopólio da Fala: função e linguagem da televisão no Brasil”. Petrópolis: Editora Vozes, 1999

ZOURABICHVILI, François. Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política). In: ALLIEZ, Éric. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

### **Textos, Ensaios e Artigos retirados da Internet:**

CAVA, Bruno: <http://www.quadradosoloucos.com.br/4991/maquinico-devir-terra/>

COCCO, Giuseppe. *Não existe amor no Brasil Maior*  
[www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1413](http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1413)

COCCO, Giuseppe; NEGRI, Antonio. *Da bolsa família ao levante da multidão*  
<http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=1534>

MIGLIORIN, Cezar. *O que é um coletivo?*  
<http://a8000.blogspot.com.br/2013/08/o-que-e-um-coletivo.html>

PARRA, Henrique; ADAMS, Gavin *Nem eixo sem seixo*  
<http://www.trezentos.blog.br/?p=6070>

*Digitofagia: territórios e práticas digitais libertárias*  
<http://dev.midiatica.info/wikka/RedesLivres>

*Mapeando o bem comum de Rio de Janeiro*  
<http://mappingthecommons.net/mapeando-o-bem-comum-de-rio-de-janeiro/>

### **Reportagens:**

<http://www.sul21.com.br/jornal/camara-de-vereadores-de-porto-alegre-e-ocupada-por-manifestantes/>

<http://jornalismob.com/2013/07/19/ocupacao-da-camara-de-porto-alegre-a-cobertura-do-coletivo-catarse/>

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/07/apos-nove-dias-de-ocupacao-manifestantes-deixam-camara-municipal-de-belo-horizonte.htm>

[http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/06/29/interna\\_gerais,414978/manifestantes-decidem-manter-ocupacao-na-camara-municipal-de-bh.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/06/29/interna_gerais,414978/manifestantes-decidem-manter-ocupacao-na-camara-municipal-de-bh.shtml)

[http://www.oregional.com.br/2013/08/ocupacao-o-resgate-da-representacao-popular\\_303672](http://www.oregional.com.br/2013/08/ocupacao-o-resgate-da-representacao-popular_303672)

<https://www.facebook.com/ocupacamarario>

<http://www.diariodopoder.com.br/estados/distrito-federal/ocupacao-da-camara-esvaziamento-plenario/>

[http://correio.rac.com.br/conteudo/2014/03/capa/campinas\\_e\\_rmc/161191-policial-indicia-108-pessoas-por-ocupacao-da-camara.html](http://correio.rac.com.br/conteudo/2014/03/capa/campinas_e_rmc/161191-policial-indicia-108-pessoas-por-ocupacao-da-camara.html)

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-08-16/ocupacao-na-camara-do-rio-completa-uma-semana>

<http://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/servidores-da-educacao-que-ocupam-plenario-da-camara-municipal-de-goiania-tem-servicos-de-agua-e-energia-eletrica-reestabelecidos-7309/>

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ao-menos-23-cidades-tiveram-camaras-municipais-ocupadas-3078.html>

ANEXO 1

**Os ciclos globais**

Há uma série de acontecimentos, de ciclos de protestos alinhados e conectados com o modo de se manifestar na contemporaneidade. O primeiro ciclo, mais longo, engloba a luta (neo) zapatista mexicana em 1994, e o movimento “antiglobalização” ou “alterglobalização”: a Batalha de Seattle (1999), os protestos de Praga (2000), a Batalha de Gênova (2001) e as manifestações em Buenos Aires (2001), com seu slogan “Que se vayan todos! ”. Um segundo ciclo, mais recente e curto, começou na Tunísia em dezembro de 2010, se concentrou na Praça Tahrir no Egito, e se espalhou por diversos países árabes como a Líbia e a Síria. As “Primaveras Árabes, em conjunto com a crise de 2008, geraram alguns levantes na Espanha, Portugal, Grécia, Turquia e Rússia, além de se proliferarem pelos Estados Unidos, na irradiação do movimento Occupy Wall Street, em Nova York. No Brasil, essa onda de contestação tomou nome e forma no Ocupa Rio, São Paulo e Salvador e teve seu ápice nas Jornadas de Junho de 2013.

Evidentemente, dentro desses dois ciclos, houve milhares de outros protestos imbricados, numa série de eventos que permitem pensá-los dentro de uma disseminação de âmbito global. Esses ciclos se confluem e se conectam em arranjos e características similares, apesar das inúmeras singularidades constituintes a cada um. Não se deseja aqui fazer uma cartografia dos protestos contemporâneos, somente focar em alguns deles para delinear algumas características das próprias manifestações no Brasil.

## **O primeiro ciclo**

No primeiro dia do ano de 1994, no estado mexicano de Chiapas, um grupo de cerca de 3 mil pessoas, entre homens e mulheres mascarados e armados, se insurgiu no momento em que entrava em vigor o Tratado de Livre Comércio das Américas (NAFTA). Com uma forte presença indianista, o Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN), conclamava a população mexicana a lutar contra o governo e a exploração do povo originário, resgatando a memória das lutas de resistência históricas, como a encarnada por Emiliano Zapata em 1910. O zapatismo, ou neozapatismo, assumiu ao mesmo tempo uma luta prática e concreta por direitos: autonomia de suas terras, justiça social, educação, saúde, etc<sup>1</sup> (os índices sociais na província de Chiapas eram muito graves), como também resignificou o imaginário ativista contemporâneo, através de um novo modo de expressão singular. Julia Ruiz di Giovanni(2012), descreve essa relação:

“A expressão mobilizadora do EZLN surgia como uma grande novidade, poética, antineoliberal e universalista, num momento em que o desgaste das ideologias de esquerda era o tema político dominante. A convocatória dos zapatistas não era apenas internacionalista, mas “intergaláctica”. A ideia de uma totalidade em que as alteridades permanecem florescentes vai marcar, a partir daí toda a expressão do movimento antiglobalização, da tática dos protestos de rua à carta dos princípios do Fórum Social Mundial.” (DI GIOVANNI, pg.32, 2013)

Era uma mescla política-poética que se manifestava a favor de outro mundo, um mundo novo, no qual o devir-índio deveria restabelecer os preceitos de uma outra cultura identitária, ao mesmo tempo singular e universal. Incorporava uma perspectiva ameríndia, defendendo os “oprimidos da terra”, numa cosmopolítica associada à produção de outros modos de vida (ou os mesmos que já existiam - resistir nas tradições) e de relação com o planeta, indo contra a dominação das formas de ser do capitalismo imperial. Compreendendo o momento em que se inseria, o zapatismo também foi marcado pela luta comunicacional, que mobilizou pela primeira vez a internet, nos fluxos das redes e das mídias globais. Para M. Castells(2012) foi o primeiro movimento de “guerrilha informacional” e o primeiro movimento social de dimensão internacional.

Outra característica importante foi a busca por formas de poder menos hierarquizadas e própria tentativa de desconstrução da hegemonia atual. Uma das primeiras práticas era mudar o papel da mulher no interior das comunidades, conferindo-lhes a mesma importância no movimento. Uma outra era a negação da necessidade de tomar o poder, como era comum nas lutas da esquerda armada na década de 60/70. A figura do Subcomandante Marcos, um líder “sub” e sem identidade conhecida, era símbolo desse novo tipo de relação, que pedia por cooperação e não liderança.

“Em cada praça fomos dizendo a todos: <<não viemos dirigir vocês, não viemos dizer-lhes o que fazer, mas sim viemos pedir-lhes ajuda>>. Mesmo assim, ao longo da marcha recebemos papéis e mais papéis contendo reivindicações que vinham antes da revolução mexicana à espera de que alguém resolve o problema. Se pudéssemos resumir o discurso da marcha zapatista até hoje seria:<<ninguém vai fazer isso por nós>>. É necessário mudar as formas de organização, e inclusive refazer a ação política para que isso seja possível. Quando dizemos não aos líderes, no fundo estamos dizendo não também a nós

mesmos.” Gabriel Garcia Marques e Roberto Pombo, *habla Marcos, em Cambio*, edição eletrônica<sup>48</sup>.

Ele ressalta a necessidade de *mandar obedecendo*, no sentido de uma luta que se constrói a partir de baixo e com todos, no qual os líderes podem ser destituídos caso não obedeçam aos desejos coletivos. A ideia de autogestão e da reformulação das organizações democráticas, baseadas na negação do sistema representativo e da busca por autonomia é um dos prismas do zapatismo. As decisões eram tomadas consensualmente em assembléias. Esses pressupostos foram postos em teste através de lugares de encontros com a sociedade civil, o primeiro chamado de *aguascalientes* e o segundo chamado de *caracóis*. Era uma sociedade contra o Estado, semelhante ao pensamento de P. Clastres, numa clara tentativa de restabelecer o paralelo entre o modo de organização indígena e seus pressupostos e práticas políticas. Aqui também o desejo das lideranças mais fluidas, no estilo daquele líder (Que se pese também a questão da liderança – havia um líder, uma ordem, uma hierarquia).

Na trajetória do zapatismo, um dos pontos mais polêmicos é a própria existência do EZLN e sua premissa de força beligerante. A luta armada era pensada como uma forma de garantir a autonomia contra o Estado e suas formas de imposição social – o propósito bélico de confrontação seria uma espécie de resistência transitória. Na concepção inicial do zapatismo, sem a presença de um exército não seria possível sustentar sua autonomia e a própria proliferação do movimento, mesmo que eles ressaltassem ser uma solução radical que pretendia ser superada. Entretanto, a questão da luta armada ainda parecia ser um retrocesso – a própria resposta da sociedade civil ao levante colocou essa questão em cheque, a ponto deles retrocederem na prática. Evidentemente, o Estado sempre se legitimou e se expressou através da violência, até por isso fazia mais sentido negar essa possibilidade do que partir para uma confrontação armada. O próprio “subcomandante Marcos”<sup>49</sup>, porta-voz poético do movimento, refaz e repensa o zapatismo, e a necessidade bélica:

“Se o EZLN se perpetua como uma estrutura armada militar, caminha para o fracasso. Para o fracasso como opção de ideias, de posição diante do mundo. E, fora isso, o pior que pode acontecer com ele seria chegar ao poder e se instalar com um exército revolucionário. Para nós seria um fracasso. (...) O que seria um sucesso para uma organização político-militar das décadas de 60 e 70, nascida com os movimentos de libertação nacional, para nós seria um fracasso.” Pg. 36

<sup>48</sup>Trecho tirado de “As Três Flores da Esperança”, pg. 37

<sup>49</sup>Trecho tirado de “As Três Flores da Esperança”, pg. 36-37



“No EZLN chega o momento que se vê superado pelo que é o zapatismo. A letra E da sigla fica bem reduzida, com as mãos armadas, de tal forma que, para nós, não só representa um peso nos mobilizarmos sem armas, como, em certo sentido é também um alívio. (...) Não se pode reconstruir o mundo, nem a sociedade, nem reconstruir os estados nacionais, agora destruídos, sobre uma disputa que consiste em quem vai impor sua hegemonia na sociedade” (pg. 37)

De qualquer forma, a iniciativa radical do zapatismo colocou em órbita diversas linhas de resistência para as lutas na contemporaneidade. Reforçou essa conduta em não mais buscar tomar o poder hegemônico, de virar Estado tomando algum palácio de inverno e assim comandar uma revolução de cima para baixo. A premissa de sua prática apontou para o reverso dessa ideia, alinhando a necessidade de autonomia e da busca por autogestão e autogoverno, com formas de destituir um tipo de concepção hierárquica, através do anonimato e de decisões coletivas. Essa declaração feita em 11 de março de 2000, na praça principal da cidade do México, por alguns zapatistas, nos mostra o caráter do movimento:

Irmão, irmã indígena e não indígena:

Somos um espelho.

Estamos aqui para ver-nos e mostrar-nos, para que você olhe para nós, para que você se olhe, para que o outro se veja no nosso olhar.

Estamos aqui e somos um espelho.

Não a realidade, e sim apenas o seu reflexo.

Não a luz, e sim apenas uma centelha.

Não o caminho, e sim apenas alguns passos.

Não o guia, e sim apenas um dos tantos rumos que levam ao amanhã.

Irmão, irmã da Cidade do México:

Quando dizemos o que somos, dizemos também o que não somos e o que não seremos.

Por isso é bom que, aquele que lá em cima, é o dinheiro e que o apregoa, anote a palavra, ouça atentamente e a observe atentamente aquele que não a quer ver.

Não somos daqueles que aspiram assumir o poder e, a partir dele, impor o passo e a palavra. Não seremos isso.

Não seremos daqueles que colocam um preço à própria dignidade ou à alheia, e transformam a luta num mercado onde a política é a ação de mercadores que não disputam projetos e sim cliente. Não seremos isso.

Não somos aqueles que esperam o perdão e a esmola de quem faz de conta que ajuda quando, na realidade, compra, não perdoa e sim humilha quem, pelo simples fato de ser como é, é desafio, queixa, reivindicação e exigência. Não seremos isso.

Não somos daqueles ingênuos que esperam que venha de cima a justiça que só cresce a partir de baixo, a liberdade que só se consegue com todos, a democracia que é a base de tudo e pela qual se luta o tempo todo. Não seremos isso.

Não somos a moda passageira que, tornada monótona, é arquivada no calendário das derrotas que este país faz brilha com saudade. Não seremos isso.

Não somos o cálculo astuto que simula a palavra e nela esconde uma nova impostura, não somos a paz hipócrita que anseia a guerra eterna, não somos quem diz três e, logo em seguida, dois ou quatro, tudo ou nada. Não seremos isso.

Não somos o arrependido de amanhã, aquele que se transforma na imagem ainda mais grotesca do poder, aquele que simula sensatez e prudência onde não houve outra coisa a não ser a compra e a venda. Não seremos isso.

Somos e seremos mais um na marcha.

A da dignidade indígena.

A da cor da terra.

A que revelou e velou os muitos méxicos que debaixo do México se escondem e sofrem.

Não somos o seu porta-voz.

Somos uma voz entre todas as vozes.

Um eco que repete dignidade entre todas as vozes.

A elas nos unimos, com elas nos multiplicamos.

Continuaremos sendo eco, somos e seremos voz.

Somos reflexão e grito.

Seremos sempre isso.

Podemos ser com ou sem rosto, armados ou não de fogo, mas somos zapatistas, somos e sempre seremos”. (pg.36)

Além de ser uma clara crítica ao atual sistema comercial e político, as ideias e a estética do zapatismo fundaram algumas tendências dos protestos que surgiram nos anos 90 para frente. A força oral e literária das posições zapatistas repovoou o imaginário global ao defender uma política voltada para a proteção da natureza e dos valores indígenas, usando em suas falas, fábulas e mitos de origem ameríndia. No mesmo sentido, modernizou (o que poderia até parece um contrassenso ou uma dissonância) seu modo de atuar ao utilizar a internet como rede mobilizadora. Em certo sentido, buscou criticar alguns binarismos modernos, ao enfrentar as dicotomias do poder que dividem homem x mulher, moderno x ancestral, singularidade x coletivo, índio x não-índio. Ao mesmo tempo em que o zapatismo aponta para o universal, se insere também no âmbito local, defende uma problemática regional – premissa básica dos movimentos que irão surgir na contemporaneidade: pensar a totalidade sem esquecer as singularidades.

Em 1998, impulsionado pelo Encuentros Intergalácticos promovidos pelo zapatismo, forma-se a Ação Global dos Povos (AGP) que segundo Di Giovanni é uma “coalizão que ao longo dos anos seguintes lançaria uma série de chamados à ação contra as instituições da ordem econômica mundial” (DI GIOVANNI, 2012, pg. 37). O AGP tinha a seguinte proposta organizativa: buscava a descentralização e a autonomia em relação a partidos políticos e agências de financiamento, chamava à desobediência civil não violenta, à construção de alternativas a partir de comunidades locais e rechaçava

qualquer instituição de liberação comercial, como a OMC (Organização Mundial do Comércio).

Em 16 de maio do mesmo ano, a AGP e diversos outros grupos ativistas, como ecologistas, feministas, camponeses e anarquistas – por ocasião do encontro ministerial da OMC em Genebra, na Suíça, e do encontro do G8 em Birmingham, Inglaterra – se unem nas ruas das duas cidades em protesto. Essa pequena onda de manifestações, num clima festa-protesto, se espalha simultaneamente por outras cidades como São Francisco (EUA), Toronto (Canadá) e Berlim (Alemanha). O levante de 16 de maio de 1998 acaba sendo definido pela AGP como o primeiro Dia de Ação Global. Os dias de ação global, como define Di Giovanni, são:

“Convocatórias internacionais à realização simultânea de protestos descentralizados e diversos, muitas vezes em solidariedade a uma concentração mais massiva em algum ponto do planeta onde houvesse um evento promovido pelas instituições identificadas com o capitalismo ou com o poder das empresas transnacionais” (DI GIOVANNI, 2012, pg. 38)

A “Batalha de Seattle” (1999) correspondeu à terceira convocação aberta a nível mundial da AGP. Com cerca de 50 mil pessoas nas ruas, os protestos em solo norte-americano, durante a reunião da OMC, foram um marco nas lutas contra os postulados do capitalismo cognitivo. Para além dos confrontos de rua, bastante ressaltados pela mídia, o que aparecia ali era uma manifestação que direcionava sua indignação contra as políticas *imperiais*. O caráter global é expressão dessa mudança de enfoque, como analisa Lazzarato quando reflete a frase: “Um outro mundo é possível” estampado no cartaz de algum manifestante. Na esteira de um discurso, muito difundido na época (e ainda existente), do fim das utopias, do fim da história, do fim das metas narrativas, os protestos “antiglobalização” respondem, em certo sentido, à essa distopia. Não de uma forma “revolucionária” que pensa um projeto de poder, mas em uma forma de “levante”, de atuação pontual, temporária e autônoma (HACKIN BEY, 2001, pg.15).

Esse outro mundo possível, que espantou Lazzarato, surge da presença de uma enorme diversidade de grupos e identidades presentes nessas manifestações. O “corpo” de Seattle era composto por sindicatos, ambientalistas, feministas, estudantes, pacifistas, anarquistas, além de uma quantidade considerável de grupos de jovens. Uma das frases sínteses dos protestos foi: “Teamsters and Turtles together at last!”, algo como “sindicalistas e tartarugas enfim juntos”. Um grupo de quinhentos ambientalistas vestidos de tartarugas marchando junto com sindicalistas, que tinha uma Igreja com

base (United Methodist Church), era a síntese, a convergência simbólica dessa nova composição de protestos de rua. Seattle foi uma espécie de vanguarda<sup>3</sup> que abriu espaço para diferentes forças sociais participarem, em conjunto, desse tipo de ato.

De fato, Seattle foi palco de diversos protestos que duraram 5 dias e tiveram algumas organizações por trás, como a DAN (Direct Action Network), Ruckus Society (organização especializada no treinamento para a ação direta), Earth First (ambientalista), Food not Bombs (pacifista), Jobs with Justice (organização de trabalhadores precários/imigrantes e estudantes), black blocs, além de diversas outras ONG's e coletivos autônomos. Como era parte de um “dia de ação global”, diversos segmentos organizados se prepararam para o evento, não tendo uma espontaneidade e sim uma articulação prévia e um objetivo de atrapalhar a reunião da OMC. No entanto, não havia nenhuma espécie de liderança verticalizada e sim uma cooperação entre essas diversas organizações, nos chamados Centros de Convergências (funcionava de uma maneira bem específica, buscando a horizontalidade da organização por meio dos chamados grupos de afinidades).

O conjunto de ações, muitas vezes caótica em si, foi marcado por um tom festivo e ao mesmo tempo de enfrentamento. Houve diversas performances, resistências simbólicas - entre “gandhianos e atiradores de pedra” - transformando Seattle numa verdadeira batalha. A repressão policial e o revide de alguns protestantes foram propagados pelos principais canais midiáticos e essas imagens rodaram o mundo. A violência policial e a ação de alguns *black blocs* ganham ali o tom polemicista que irá acompanhar os ciclos de lutas globais. Muitos ativistas, que se declaravam não violentos, iam contra a ideia dos *black blocs* de destruir alguns símbolos do capitalismo, de fazer barricadas, destruir vitrines, revidar ou atacar policiais. A maior parte da mídia via nesses atos uma maneira de incriminar todos os protestantes ou de fazer uma espetacularização dos atos, legitimando a ação coerciva e abusiva do estado. A criminalização dos protestos ganha uma estética: os homens vestidos de preto.

Nesse quadro, é importante ressaltar que, para além do pertencimento a algum grupo específico de ativismo, há inúmeros sujeitos que aderem aos protestos para defender suas singularidades, suas próprias pautas. Essa relação cada vez mais comum dos indivíduos levarem em si não necessariamente uma causa, um grupo e sim uma multiplicidade de grupos, de pautas e ideias, é uma das marcas não só de Seattle, como dos movimentos de rua que surgem na contemporaneidade. Subjetividades fragmentadas em composições diversas, do não unitarismo, dos atravessamentos de

várias linhas de luta. O corpo das manifestações contemporâneas leva essa mestiçagem, esse “antropofagismo” de digerir as identidades e, como elas, se compor e se decompor. Sujeitos que, nesse não pertencimento, se espalham nas múltiplas conexões, permitindo a mutação, o ser com o outro, o ser comum, multitudinário, receptivo e fluido. Essa é a carne da *multidão* que pulveriza as identidades, não se definindo por uma categoria e sim pela diversidade.

Isso não quer dizer que essa junção seja harmônica e que nela não haja contradições. Existia no interior dos protestos grupos e concepções muito diferentes de mundo e de modos de atuar nele. Os protestos de Praga, em 2000, foram nesse sentido uma tentativa de garantir essa diversidade de Seattle, ao mesmo tempo que tentava organizá-la. Por causa da reunião do FMI e do Banco Mundial, a AGP novamente lança um chamado para ação global e diversos grupos e ONG’s se reúnem. Um grupo chamado INPEG (Iniciativa contra a Globalização econômica) é criado e o mesmo busca levar o legado de Seattle adiante. Um dos participantes, em entrevista, define a ideia:

“A INPEG havia decidido tentar retomar o modelo de organização de Seattle, quer dizer, de maneira não hierárquica, por grupos de afinidades, com os porta-vozes que se coordenam etc (...) Os grupos de afinidades funcionariam extremamente bem, as pessoas eram organizadas por tarefas específicas: transmitir as comunicações, escolher os vídeos, dar os primeiros socorros após os gases, bloquear uma zona específica, etc.” (Ludd, 2002:1240)

Nesse sentido, eles dividiram os grupos por cores: o Bloco Amarelo associado aos Macacões Brancos<sup>1</sup>, que tinham propósitos de enfrentamento com a polícia, mas com o intuito defensivo, iriam pelo norte. O Bloco Azul, composto por *black blocs*, preparados para o confronto ofensivo, inclusive armados de coquetéis molotov, iriam pelo oeste. Pelo Sul, o Bloco rosa-prateado com fantasias e adereços não objetivava nenhuma confrontação e um quarto Bloco Vermelho, reunindo políticos socialistas e organizações sindicais, que não tiveram muitos relatos. O objetivo de bloquear e isolar os delegados do FMI e do Banco Mundial teve êxito e os 15 mil participantes de Praga ajudaram a mobilizar outras ações pelo mundo. Mas a evidência da violência policial já trazia uma sombra para o movimento.

Gênova, um ano depois, entre os dias 19 e 22 de julho, motivado pela reunião do G-8, é visto por vários autores como um “ponto de virada” das manifestações antiglobalização. Na cidade italiana, impulsionado pelo Fórum Social Mundial em Porto Alegre no mesmo ano, é criado o Fórum Social de Gênova (FSG) que busca coordenar

as ações pela mesma lógica dos grupos de convergência de Seattle e Praga. No entanto, essa tentativa se mostrou problemática. Contando com a participação de 200 mil manifestantes, evidenciou-se segundo de Di Giovanni “os limites dos protestos contra cúpulas, em particular dos limites de desenho pluralista ante uma ação abertamente violenta de controle por parte da polícia (...)”. A dimensão do ato, a evidência da barbárie policial, com a fatídica morte do jovem Carlo Giuliani de apenas 23 anos, além de 63 feridos, inúmeros presos e torturados, demonstrou as consequências de um enfrentamento contra a polícia - que se pese a recém eleição de S. Berlusconi e seu governo reacionário. De todo modo, Gênova ficou marcada por uma divisão interna sobre o modo de atuar, as táticas próprias de cada grupo. A presença de *black blocs* (bb’s) ou “Bloco Negro” (em referência a mudança de cor em relação a Praga – onde formaram o “Bloco Azul”) gerou diversos questionamentos sobre a tentativa de uma “unidade na diversidade” buscada pelos movimentos “antiglobalização”.

A questão da violência e a associação direta aos bb’s foi o maior foco da cobertura midiática e das discussões sobre as manifestações. A existência dos *black blocs* remonta a década de 80 na Alemanha e em Seattle já se faziam presente de forma contundente. Como analisa Morjane Baba<sup>50</sup> (2003) “O Bloco Negro, como qualquer bloco, não é uma organização, um grupo unificado permanente, mas uma tática. É uma marca registrada, uma denominação incontrolada”. Suas ações se contrapunham a diversos grupos que se diziam “não violentos” ou pacíficos e um dissenso se fez. Evidentemente, seria simplista dividir os protestos entre violentos e não-violentos. No entanto, a tática dos bb’s de resistir à repressão e destruir propriedades símbolos do capitalismo foi para muitos participantes um argumento usado pela polícia para agir de forma ainda mais violenta. Além de ser uma maneira de facilitar o estereótipo de “vândalos” produzido por uma parte da mídia.

Neste trabalho não desejamos nos deter sobre essa discussão acusatória. De fato, a violência principal veio do aparato policial. O “Bloco Negro” tem sua parcela de responsabilidade, mas não pode ser instrumentalizado para se achar um culpado último que no fundo só endossa a ação repressiva do estado. De qualquer forma, a discussão sobre os *black blocs* voltará com mais ênfase na análise das Jornadas de Junho. Aqui é

---

<sup>50</sup> Trecho tirado do livro de Di Giovanni: Artes do impossível: protesto de rua no movimento antiglobalização.

importante mostrar que a polêmica a respeito dos *bb's* já era preponderante há 15 anos atrás.

O movimento “antiglobalização”, que se estende de Seattle a Gênova, ajudou a difundir a ideia de um “movimento de movimentos”, de cunho internacionalista, que pretendia discutir o sistema político a nível global. O ensejo de ir às ruas era anti-sistêmico apontando para uma crítica da política no seu nível imperial (NEGRI, 2000). Um dos aspectos singulares desse movimento foi seu lado “ritualístico”. Existia uma necessidade de reinventar a maneira de se protestar, de positivar as manifestações como algo celebrativo, que emitisse a ideia de uma visão alternativa de mundo, por uma outra “globalização”. Por isso, o próprio nome “antiglobalização” foi muitas vezes questionado – muitos preferiam usar a alcunha “alterglobalização”, no sentido de uma globalização alternativa. Um dos integrantes do DAN, em Seattle, descreve essa característica de uma parte do movimento:

A noção de carnaval corria fundo nos nossos planos – carnaval como a mistura irresistível de festa e protesto, de celebração e revolução, do reapropriar-se do espaço público e do criar algo memorável. Nosso objetivo de paralisar a cúpula estava inextricavelmente ligado à nossa visão de um festival de rua de massa, que criaria uma visão alternativa do mundo que queríamos (Dissent, 2005, pg.120)

Nesse sentido, para além dos “Blocos Negros” existia para uma parte dos manifestantes, principalmente o “Bloco Rosa”, uma espécie de frivolidade tática, com diversos manifestantes fantasiados e adereçados. Esse clima carnavalesco incorporado nas manifestações não tem nada de ingênuo e sim reflete uma recusa, uma resistência às mediações habituais do capitalismo e dos próprios hábitos do ativismo tradicional. Segundo uma das manifestantes presentes em Gênova, a ativista Rosie do Rhythms of Resistance, a frivolidade tática seria “um espaço que existe no abismo entre a concordância total e o confronto violento. Ela não se guia por absolutos, mas pelo alargamento dos limites da compreensão, para incluir todos os humanos num fluxo produtivo construtivo rumo a uma celebração alegre da vida.”

Nesse sentido, ao misturar protesto com carnaval se confundem as identidades normativas da ação política. Segundo Morjane Baba, “é brincar ao mesmo tempo com as identidades ideológicas, com a identidade da militância e com identidades sexuais atribuídas à ação política.”

Assim, percebe-se que essas manifestações tinham em seu cerne uma diversidade simbólica ampla, fundindo diversas gamas de ativistas. Essa pluralidade

certamente era complicada e paradoxal, mas abria vertentes para expandir os modos de se protestar na contemporaneidade. Justamente nessa mistura que eclodia as “Zonas Autônomas Temporárias” (HACKIN BEY 2001) de experimentação, de liberdade de expressão, de catarse coletiva contra as injustiças dos nossos tempos. É importante frisar que não se pode avaliar esses movimentos por uma pragmática de resultados obtidos, como se houvesse uma possível solução para um contexto tão complexo. O ciclo de lutas cravou imagens de indignação nos fluxos mediáticos internacionais, re-simbolizou as correntes de oposição ao sistema dominante, ajudando a difundir as lutas pelo globo. A vitória está muito mais na possibilidade de expansão das consciências, do “tornar-se”, do que do “obter”. Está na capacidade de mobilizar os desejos por outras possibilidades de mundo, por outras utopias, como reflete Di Giovanni:

“ Sua utopia se quer inversa à mão invisível do mercado: é apegada ao concreto, nostálgica da terra, do trabalho e de comunidades, de tudo que preserva uma escala humana, a escala do corpo humano. É nesse plano, rente ao chão, que se constrói a intensidade das coalizões dos eventos. Ela é feita de afinidades, de habilidades manuais, de improvisação, sacos de dormir, cozinhas, caronas, hospitalidades, sensações e muitas discussões necessariamente intermináveis em que algo dever permanecer não dito. Para escapar da maldição da história, a unidade dos diversos não pode ser enunciada em termos ideológicos. Só pode realizar-se como uma prática, dilapidando-se em ultrapassar os limites do possível. ” (pg. 148/149)

No mesmo ano, é importante frisar, o movimento “Que se Vayan Todos” na Argentina deixa evidente os ditames da política imperial na figura ditatorial do FMI, levando milhares de pessoas às ruas de suas principais cidades. Certamente o contexto do país sul-americano é bem diferente de Seattle, Praga ou Gênova: em plena crise financeira e bem perto de uma falência total do estado, as manifestações se dirigem para todos os representantes das castas políticas locais. Não havia ali qualquer distinção entre figuras do espectro da “esquerda” ou da “direita”. “Que se vayan todos” é um lema que se dirige à raiz da crise de representatividade que estava emergindo no começo do século XXI e anuncia um dos principais focos de lutas na contemporaneidade. Em consonância com o movimento “antiglobalização”, o levante argentino, que chegou a contar com 70% da aprovação da população, foi autoconvocado pelas redes e não contou com a participação de nenhum partido político ou sindicato, não tendo assim nenhuma liderança ou figura preponderante. Além disso, alguns Fóruns Sociais Mundiais (FSM) são convocados (Porto Alegre, Belém, Índia) e servem de laboratório e disseminação das novas tendências de lutas contemporâneas.



## O segundo ciclo

Depois de 2001, os movimentos “antiglobalização” têm um declínio considerável. O atentado de 11 de setembro nos EUA e o consequente acirramento das políticas “antiterroristas” marcam esse momento. Muitos manifestantes espalhados pelo globo focam na oposição da invasão do Iraque. Em 2003 mais de 5 milhões de pessoas foram às ruas em diversos países, sendo considerada por alguns órgãos de imprensa, como a maior manifestação internacional de rua de todos os tempos. As afinidades com o ciclo “antiglobalização” se evidenciam no sentido da autoconvocação pela internet, do âmbito global, da diversidade de ativistas, da falta de direcionamento de lideranças, mas o foco dos protestos se altera significativamente ganhando uma causa específica. Nesse meio tempo, o ativismo global se congela por um tempo, até voltar com força diante depois da crise financeira global de 2008.

Manuel Castells (2012) enxerga na situação da Islândia e da Tunísia o catalisador dos protestos que iram surgir no mundo, especialmente no Oriente Médio, na Europa, nos EUA e no Brasil. Apesar dos contextos amplamente divergentes, os acontecimentos nesses dois países entre 2009-2011, constituíram os pontos de referência para esse segundo ciclo global de protestos. Castells ressalta essa ligação:

“Qual seria o fio comum que unia, na mente das pessoas, suas experiências de revolta, a despeito de contextos amplamente diversos em termos culturais, econômicos e institucionais? Em resumo era a sensação de empoderamento. Ela nasceu do desprezo por seus governos e pela classe política, fossem eles ditatoriais ou, em sua visão, pseudodemocráticos. Foi estimulada pela indignação provocada pela cumplicidade percebida entre as elites financeiras e política. Foi desencadeada pela sublevação emocional resultante de algum evento insuportável. E tornou-se possível pela superação do medo, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano. Além disso, tanto na Tunísia quanto na Islândia, houve transgressões políticas tangíveis, assim como novas culturas cívicas emergindo dos movimentos num intervalo muito curto de tempo. Elas materializaram-se na possibilidade de atender as principais demandas dos manifestantes”.

(pg.24 – prelúdio da revolução)

. Nesse cenário, Castells descreve três características do cenário tunisiano que resume alguns dos motivos por trás da Primavera Árabe: a presença de um número considerável de mídia ativista, existência de um grupo ativo de desempregados com educação de nível superior e uma taxa alta de difusão do uso da internet. Não iremos aqui tratar os meandros específicos de cada país árabe que se insurgiu contra seu governo. O que é necessário ressaltar é a capacidade das mídias digitais de mobilizar as forças civis desses países oferecendo a infraestrutura necessária para estabelecer os laços de comunicação e a conseqüente capacidade de convocação e organização desses movimentos. Não se trata aqui de afirmar que essa tecnologia determinou esses movimentos sociais, e sim que essa ferramenta conseguiu aglutinar as expressões de indignação e de esperança que já existiam na sociedade, dando visibilidade aos anseios dessas populações.

De fato, na Tunísia e no Egito os movimentos foram mais contundentes, mas na esteira das insurreições nesses dois países, diversas nações árabes presenciaram levantes: Argélia, Líbia, Jordânia, Kuwait, Bahrein, Líbano, Iêmen, Omã, Mauritânia, Sudão, Marrocos, Arábia Saudita e Síria. De todo modo, a forma como o governo de cada país lidou com essas manifestações variou bastante e o próprio cenário político-social conferiu diferentes relações com estas. Alguns duraram apenas um dia, no chamado Dia de Fúria ( Youn al-Ghadah), como no Kuwait ou no Líbano, outros tiveram um processo mais longo, que desembocou em guerra civil, como na Líbia.

A Primavera Árabe, ou como alguns analistas preferem denominar as “Revoluções Árabes”, é historicamente singular pela sua mediação digital em larga escala, e por proporcionar o fortalecimento das lutas por democracia nesses países e no mundo como um todo. Em que se pese a situação atual no Egito, os movimentos populares conseguiram derrubar a ditadura do governo de décadas de H. Mubarak neste país e de Ben Ali na Tunísia. Evidentemente, a situação na maioria dos países ainda é grave, mas incontestavelmente esses levantes conseguiram algo até então impensável. A grande maioria dos movimentos não foi liderada por organizações políticas formais, contava com uma composição polimorfa de manifestantes e quase todos conseguiram, por algum período, ocupar o espaço urbano (como a simbólica praça Tahrir, no Egito, que significa praça da liberdade). Para Bruno Cava<sup>51</sup>, a primavera árabe, em especial os

---

<sup>51</sup>Ver resenha, Bruno Cava: <http://www.quadradosloucos.com.br/4991/maquinico-devir-terra/>

egípcios da praça Tahrir, produziram uma nova síntese para as lutas contemporâneas: “uma hibridação até então inédita entre movimentos mais antigos (sindicais, pela terra) e o enxame de singularidades nascidas do tecido das redes e mídias sociais. Uma maneira mais veloz e transversal de organizar, mobilizar e produzir-se”.

Se a Tunísia e o Egito foram uma espécie de síntese árabe, a Islândia foi o símbolo da crise européia e do sistema financeiro global e de possíveis caminhos para combatê-la. A partir desse país, as injustiças e a corrupção das finanças globais ficaram ainda mais evidentes. De uma maneira sintética, a especulação de alguns bancos do país<sup>2</sup>(fonte Castells pag.35) (em especial três deles: Landsbanki, Kaupthing e Glitnir) aliado com o governo conveniente e corrupto levou a economia islandesa à falência. Esse cenário se repete em qualquer país contemporâneo, mas na Islândia o nível especulativo chegou a patamares extremos. O Banco Central tentou tranquilizar o mercado comprando 75% das ações de um dos bancos, o Glitnir, mas a iniciativa teve efeito oposto. O crédito despencou, os três bancos citados acima faliram, e a Islândia provocou perdas equivalentes a sete vezes o valor do seu PIB. Diante dessa situação, a população islandesa foi às ruas na chamada “Revolução das Painéis”.

Diante do parlamento, milhares de manifestantes que haviam se organizado pelas redes sociais, exigem a renúncia do governo e a realização de novas eleições. Além disso, ao som de painéis e frigideiras, demandam a elaboração de uma nova constituição, refundando uma República na qual os políticos não estariam mais subordinados à elite financeira. Novas eleições são abertas e os partidos tradicionais, que haviam governado a Islândia desde 1927, têm uma derrota avassaladora. Um novo governo é criado, com intensa participação feminina, coligando setores ligados à causa ambiental e à causa social (ficam conhecidos como “verdes-vermelhos”). Inicialmente assume três frentes de trabalho: regular o sistema financeiro, reforçando as instituições de fiscalização, abrir processo judicial contra os responsáveis pela crise e iniciar uma reforma constitucional com a participação popular. Em pouco tempo, conseguem resultados bem contundentes, nacionalizando os bancos em primeira instância (depois dois deles acabam por ter administrações mistas), realizam consulta popular dizendo não ao pagamento da dívida de US \$ 5,9 bilhões desses bancos ao Reino Unido e à Holanda, além de abrir processo judicial contra os responsáveis pela crise.

Depois de intensa elaboração, através de consultas populares pela internet e presencialmente, a Islândia consegue fundamentar uma nova constituição. O processo é organizado por um conselho, convocado pelo parlamento, chamado Conselho da

Assembleia Constitucional (CAC) em que qualquer cidadão pode se candidatar. Evidentemente, com seus 320 mil habitantes, a Islândia é um caso a parte, mas que também aspira pelo todo, inspira o todo. O princípio fundamental nessa nova constituição, realizada por *crowdsourcing*, é proclamado na seguinte frase: “Nós, o povo da Islândia, desejamos criar uma sociedade justa e com oportunidades iguais para todos”. A conquista acaba se tornando uma referência para os movimentos sociais europeus que em plena crise financeira, vêem no exemplo desse pequeno país um impulso para novas tentativas de conquista democrática.

Na Espanha, com uma taxa de desemprego chegando a 22%, sendo 47% entre os jovens, o ar fresco da vitória islandesa renova as esperanças por uma guinada na situação do país. Através de uma plataforma no Facebook, de um fórum e alguns blogs, um grupo de debate denominado “Democracia Real Ya” se organiza contra os principais partidos políticos do país e sua subserviência ao controle bancário. Inspirados pela primavera árabe, e conectados com a situação islandesa, conclamam a população a ocupar as ruas no dia 15 de março. Sem apoio de nenhuma instituição e desprezados pela mídia, conseguem levar 50 mil pessoas às ruas de Madri, 20 mil em Barcelona e 10 mil em Valência, além de outras <sup>2</sup>cinquenta cidades. Na capital do país, ao fim de uma pacífica manifestação, algumas pessoas decidem passar a noite na praça Puerta Del Sol. Na noite seguinte, Barcelona também tem sua principal praça, Catalunya, ocupada. Surgem as *acampadas* que em um período pequeno de tempo se espalham por cem cidades espanholas e oitocentas cidades pelo mundo.

O movimento denominado 15-M (devido à data da primeira manifestação), ou como foi rotulado pela mídia os “Indignados”<sup>52</sup> durou vários meses e prosseguiu de diferentes formas. Seus acampamentos foram um laboratório de pensamento político e de novas práticas de ação direta. Sua organização não contou com nenhuma liderança (defendiam o anonimato, a autoregulação e a horizontalidade), eram em sua maioria jovens entre 25-30 anos, desempregados (apesar de com o tempo contarem com a presença de pessoas de todas as idades e classes), eram apartidários ( diferente de anti-partidários), eram contra a democracia representativa (defendiam a democracia direta e a autonomia política), eram automediados contando com um aporte midiático próprio – baseado nas redes sociais, tomavam as decisões por assembleias em processos consensuais, buscavam os princípios de uma auto-gestão comunitária e se declaravam

---

<sup>52</sup> Baseado num ensaio do filósofo francês Stéphane Hessel, chamado “Indignez-vous!”

não violentos. Em síntese carregavam os princípios fundadores de um novo tipo de política, que tenta ao seu modo, discutir as bases essenciais de uma democracia plena e participativa.

Com uma grande aceitação da população espanhola, o 15-M abarcou um número incontável de demandas sociais, não tendo um programa ou pauta definidos. Seus discursos são múltiplos e atualizados constantemente. Sua importância no cenário espanhol e mundial é bem ampla, sendo um dos fatores primordiais para o ciclo *Ocuppy* que veio logo em seguida. No dia 15 de outubro, ativistas do mundo inteiro que haviam se encontrado em Barcelona, convocam uma manifestação global que contou com milhões de pessoas pelo mundo: 951 cidades de 82 países, sendo 500mil manifestantes em Madri e 400 mil em Barcelona.

De fato, o movimento dura até hoje com uma guinada que não caberia descrever aqui<sup>53</sup> (a criação do partido Podemos e suas derivações, com base no 15-M, e suas recentes vitórias eleitorais renovam e repensam seus fundamentos primeiros). Antes dessa guinada muitos debatiam as “conquistas” do movimento, e quando se dizia que ali era uma incubadora de consciências políticas, que não se poderia ter essa medida de eficácia, de produtividade para legitimar ou negar o movimento, muitos afirmaram sua inconsistência ou ineficácia. Ganhando ou não um papel institucional, é preciso compreender os Indignados no contexto de uma mudança social e econômica mais profícua, dentro de um contexto de transformações e contradições do capitalismo cognitivo. Castells descreve o 15-M como mais um agente de uma profunda transformação social, evidenciando uma nova cultura econômica que emergia:

“Expressa-se em práticas de vida cotidianas que enfatizam o valor de uso da vida sobre o valor comercial, e que estão engajados em autoprodução, cooperativismo, redes de trocas, moeda social, ética bancária e redes de solidariedade recíproca.” (CASTELLS, 2012, pg. 18)

No contexto de uma crise econômica, essa cultura ganha ainda mais expressão, evidenciando, por outro lado, o modo operante do sistema econômico global. Os EUA ainda sentindo os impactos de 2008 e em plena depressão econômica sofrem com o colapso de parte do seu mercado, com o setor imobiliário falido e as notícias das fraudes, da ganância, do socorro dos bancos com dinheiro do contribuinte (os bônus para os CEO's) e da especulação desenfreada personificada por Wall Street se espalhando pelo país. Num clima de grande contestação social, as notícias da reação

---

<sup>53</sup> Ver resenha: [outraspalavras.ne/blog/2015/06/16/Espanha-novos-movimentos-e-poder-local](http://outraspalavras.ne/blog/2015/06/16/Espanha-novos-movimentos-e-poder-local)

popular em alguns países europeus (Portugal, Itália, Grécia e Islândia), com destaque para os Indignados espanhóis e das lutas da primavera árabe, chegaram aos norte-americanos como uma novidade, uma forma de mobilização outra, de democracia direta, participativa. Nesse ensejo, alguns ativistas que haviam participado das acampadas espanholas decidiram lançar, num site de crítica cultural, a seguinte convocação: #occupywallstreet. No dia 17 de Setembro cerca de mil pessoas ocuparam o Zuccotti Park em Wall Street. Os mil se tornaram milhares numa disseminação impressionante pelo território: em menos de um mês mais de 600 cidades norte-americanas<sup>54</sup> foram ocupadas.

Evidentemente, a intensidade variou bastante e as grandes cidades tiveram atividades bem mais movimentadas. De qualquer maneira, na velocidade das conexões virtuais o movimento se viralizou pelo país, extrapolando suas fronteiras nacionais: centenas de cidades pelo mundo aderiam ao movimento. Em sintonia com o 15-M, as ocupações eram centros imanadores de novas práticas políticas, no cerne da crise de representatividade contemporânea. Baseada em princípios cooperativos, de autogestão, de não liderança, de convivência das diferenças, que misturava a presença nos espaços físicos com a esfera virtual o Occupy pôs em prática algumas relações dessa forma de mobilização. Castells definiu o movimento da seguinte forma:

“O movimento occupy construiu uma nova forma de espaço, uma mistura de espaço de lugares, num determinado território e espaço de fluxos na internet. Um não conseguir funcionar sem o outro; esse espaço híbrido que caracterizava o movimento. Os espaços tornam possível interagir face a face, compartilhar a experiência, o perigo e as dificuldades, assim como, em conjunto, enfrentar a polícia e suportar a chuva, o frio e a perda do conforto de suas vidas cotidianas. Mas as redes sociais da internet permitiram que a experiência fosse divulgada e amplificada, trazendo o mundo inteiro para o movimento e criando um fórum permanente de solidariedade, debate e planejamento estratégico”. (CASTELLS, 2012, pg. 128)

Nesse cenário, os desdobramentos do “Occupy Wall Street” chegaram ao Brasil, e fizeram presença em praças do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Ainda que de forma mais discreta os valores estavam todos postos, disseminados pela internet e escancarados nas ruas, mobilizando as agitações que surgiam nesse contexto de contestação global. “Nós somos os 99%” virou um slogan transnacional e repercutiu de maneira expressiva na opinião pública mundial. O ciclo Occupy era assim um

---

<sup>54</sup> Redes de indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet. Pg.124, 125

movimento que se fazia local e ao mesmo tempo global, entendia o sistema como um todo, em sua visão imperial, apontando para as contradições do capitalismo cognitivo.

Na prática, era um experimento, um laboratório de como se criar um movimento. Havia uma vontade de exprimir os valores de uma geração que já não se moldava pelos discursos tradicionais da militância política e tinha aversão à política institucional, constituída. Era preciso inovar, recomeçar pelo princípio, em uma dinâmica que se criasse ali, na imanência dos participantes, em discussões e práticas. A ideia de buscar um processo coletivo, de começar uma “comunidade” é um traço comum, no qual as relações se baseariam na cooperação e na auto-gestão, sem lideranças determinadas. Suas referências eram os protestos discutidos acima, numa grande aglutinação das tendências dos movimentos sociais deste século.

Entretanto, aqui é preciso fazer algumas distinções. O primeiro ciclo, que vai do zapatismo aos movimentos “anti ou antiglobalização” possuem algumas diferenças em relação ao segundo ciclo que começou na primavera árabe. Nesse segundo ciclo, já havia uma maior presença das redes sociais e não contou com tanta organização prévia, sendo convocada quase majoritariamente pela internet. A proliferação de diversas plataformas sociais permitiu uma participação ainda mais híbrida e multitudinal de manifestantes, que também já contavam com um histórico mais prolongado de mídia ativismo. A ideia de ocupar espaços públicos também foi posta em prática no sentido de uma ocupação mais longa, que sustentasse os desejos dos manifestantes na esfera pública, nas ruas. Nesse ato de ocupar, estava em jogo uma forma comunitária de subjetivação política, de organização social que fosse ao fundo de um espírito verdadeiramente democrático, que pensava na pele o lugar público, aquilo que deveria ser de todos, assumindo a vontade de cidade, o dever de participação cidadã. Vale ressaltar que o segundo ciclo foi uma síntese complementar ao primeiro, não um evento em si.

Assim sendo, o que ocorreu no Brasil está indissociavelmente ligado aos ciclos de contestação global. As Jornadas de Junho foram, em paralelo principalmente com o segundo ciclo, um movimento auto-convocado pela internet (majoritariamente pelas redes sociais: *facebook*, *twitter*, *whatsaap*, *youtube*, *tumblr* –entre outros), apartidário e sem organização direta com as formas tradicionais de luta política (frentes, partidos, sindicatos- apesar da participação de filiações ligadas a estas), avessa a qualquer protagonismo ou liderança individual e coletiva. Além disso, estabeleceu como princípio modos de organização coletiva (decisões por assembleias e ocupações),

contou com uma participação massiva de jovens (nova composição do trabalho imaterial metropolitano ou geração nascida no lulismo)<sup>55</sup>.

No entanto, as manifestações de junho tiveram também associação com o primeiro ciclo. A questão da liderança e do anonimato foi posta lá, no “mandar obedecendo” zapatista nas máscaras utilizadas tanto pelos índios de Chiapas, quanto pelos *black blocs* (que apesar de nasceram de uma tática de resistência na Alemanha da década de 80, ganharam protagonismo nas manifestações “alterglobalização”). Também veio do primeiro ciclo o sentido de pensar o local apontando para o universal, ou seja, fenômenos transnacionais, para além de uma ideia de identidade local, devem ser compreendidos como uma história multi-localizada, em que as referências são construídas não apenas a partir de enraizamentos comunitários, mas de uma conexão global que os une, um dissenso em relação ao andamento do processo de globalização. “Um mundo que caiba muitos mundos”. Afinal o Brasil estava incluído, apesar da ilusão criada nos anos anteriores, na crise do capitalismo contemporâneo. O manifesto “Tatu por not tatu” de 2012, da Universidade Nômade, já colocava essa condição, antes mesmo da eclosão de das Jornadas de Junho:

No Brasil são muitos os que ainda se sentem protegidos diante da crise global. O consenso (neo) desenvolvimentista produzido em torno do crescimento econômico e da construção de uma nova classe média consumidora criar barreiras artificiais que distorcem nossa visão da topologia da crise: a crise do capitalismo mundial é, imediatamente, crise do capitalismo brasileiro. Não nos interessa que o Brasil ensine ao mundo, junto à China, uma nova velha forma de capitalismo autoritário baseado no acordo entre Estados e grandes corporações!”

---

<sup>55</sup> Ver KorpoBraz, capítulo 05 “ A constituição do trabalho metropolitano: o levante da multidão de junho de 2013



## ANEXO 2

Aracruz (ES)

<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/07/camara-de-aracruz-es-e-ocupada-e-manifestantes-fazem-reivindicacoes.html>

Belém (PA)

<https://juntos.org.br/2013/07/todo-apoio-a-ocupacao-da-camara-de-belem/>

Belo Horizonte (MG)

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/07/apos-nove-dias-de-ocupacao-manifestantes-deixam-camara-municipal-de-belo-horizonte.htm>

Campinas (SP)

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1323338-apos-acao-da-pm-ocupacao-da-camara-termina-com-mais-de-70-detidos-em-campinas.shtml>

Divinópolis (MG)

<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/07/ocupacao-na-camara-de-divinopolis-mg-completa-uma-semana.html>

Dourados (MS)

<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/08/ocupacao-na-camara-de-vereadores-de-dourados-ms-completa-41-dias.html>

Governador Valadares (MG)

<http://www.drd.com.br/news.asp?id=50089285950148105621>

Indaiatuba (SP)

<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/07/manifestantes-deixam-camara-de-indaiatuba-sp-apos-58h-de-ocupacao.html>

Itapetininga (SP)

<http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2013/06/manifestantes-lotam-camara-de-vereadores-de-itapetininga-sp.html>

Juiz de Fora (MG)

<http://outraspalavras.net/blog/2013/06/24/juiz-de-fora-mg-manifestantes-ocupam-camara-e-entregam-carta-de-reivindicacoes/>

Maceió (AL)

<http://www.camarademaceio.al.gov.br/index.php/noticias/1/8/2013/vereadores-ouvem-manifestantes-em-ocupacao-pacifica-de-plenario>

Montes Claros (MG)

<http://www.une.org.br/2013/07/movimentos-sociais-ocupam-a-camara-de-montes-claros/>

Natal (RN)

<http://www.nominuto.com/noticias/cidades/camara-municipal-e-ocupada-por-manifestantes-em-natal/100121/>

Niterói (RJ)

<http://www.virusplanetario.net/ocupacao-da-camara-de-niteroi-nota-a-imprensa/>

Ouro Preto (MG)

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ao-menos-23-cidades-tiveram-camaras-municipais-ocupadas-3078.html>

Passo Fundo (RS)

<http://www.anoticia.com/noticias/geral/id/2450/ocupacao-na-camara-de-vereadores-de-passo-fundo-ch.html>

Porto Alegre (RS)

<https://amigosdaterrabrasil.wordpress.com/2013/07/11/primeira-manha-de-ocupacao-da-camara-de-vereadores-de-porto-alegre/>

Pouso Alegre (MG)

<http://www.folhasapucaia.com/2013/07/ocupacao-na-camara-de-pouso-alegre.html>

Recife (PE)

<http://www.releasevirtual.com.br/camara-dos-vereadores-do-recife-esta-ocupada-por-manifestantes/>

Ribeirão Preto (SP)

<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/06/leitor-registra-protesto-que-teve-ocupacao-da-camara-em-ribeirao.html>

Rio Preto (SP)

<http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2013/07/ocupacao-na-camara-de-vereadores-de-rio-preto-sp-chega-ao-quinto-dia.html>

Salvador (BA)

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,mpl-mantem-ocupacao-da-camara-municipal-de-salvador,1056555>

Santa Maria (RS)

<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/07/apos-seis-dias-ocupacao-da-camara-de-vereadores-de-santa-maria-chega-ao-fim>

São Leopoldo (RS)

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/521768-manifestantes-mantem-ocupacao-em-frente-a-camara>

São Luiz (MA)

<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/07/ocupacao-da-camara-municipal-de-sao-luis-entra-no-sexto-dia.html>

Teófilo Otoni (MG)

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ao-menos-23-cidades-tiveram-camaras-municipais-ocupadas-3078.html>

Uberlândia (MG)

<http://vemprarua.org/cidades/uberlandia/manifestacao-e-ocupacao-pacifica-e-apartidaria-em-uberlandia-mg/>

